

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Sociologia**

Gabrielle Oliveira de Araujo

**Dinâmicas da Ação Coletiva: uma etnografia sobre o processo de mobilização
contestatório em torno da Copa do Mundo FIFA 2014 na cidade de Porto Alegre**

PORTO ALEGRE

2011

GABRIELLE OLIVEIRA DE ARAUJO

**Dinâmicas da Ação Coletiva: uma etnografia sobre o processo de mobilização
contestatório em torno da Copa do Mundo FIFA 2014**

Monografia apresentada junto ao
Curso de Ciências Sociais da
Universidade Federal do Rio
Grande do Sul como requisito
parcial à obtenção do título de
Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva

**PORTO ALEGRE
2011**

GABRIELLE OLIVEIRA DE ARAUJO

Monografia apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito final
para a obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais.

Aprovada em 19 de Dezembro de 2011.

Banca Examinadora

Marcelo Kunrath Silva
(Orientador)

Arlei Sander Damo
(Membro)

Antonio João Ferreira de Lima
(Membro)

AGRADECIMENTOS

Algumas pessoas foram essenciais para o amadurecimento desse trabalho e pelo suporte emocional necessário a sua conclusão. Sem a dedicação do meu orientador Marcelo K. Silva, que ao longo da minha caminhada acadêmica, se tornou um grande amigo e mentor, esse trabalho não seria possível. As oportunidades possibilitadas foram muito aquém do que eu podia esperar e me proporcionaram um grande aprendizado sociológico. Também foi responsável por me ensinar o trabalho em grupo, sendo que através dele, abraço e agradeço o pessoal do Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento, com os quais compartilhei férteis momentos intelectuais e agradáveis momentos de descontração.

Aos grandes amigos que tenho como irmãos: Carolina, Gabriela, Guilherme e Mário Eugenio. Esses que dividiram suas vidas comigo nos últimos cinco anos e foram muito mais do que colegas, compartilhando dramas e risadas, horas ao telefone, discussões acadêmicas, descontração e muito choro. Muito obrigada meus amores, não conseguiria sem vocês!

A minha família pelo apoio e carinho sempre dedicados. Mãe, Pai, Arianne, Andréa e Daniel, obrigado pelos momentos incríveis que passamos juntas nos últimos anos e que me deram o fôlego necessário a conclusão desse trabalho. Aninha, meu anjo, através de seus olhos de criança me trouxe a força necessária para continuar. Ao Rodrigo, que compartilhou comigo grande parte dessa caminhada, sempre muito dedicado. A Maíra, minha prima querida, que ao longo de 2011, compartilhou o sofrimento de escrever um trabalho de conclusão de curso e que quando pensei em desistir parou para me abraçar, me dando forças para continuar. Ao Matheus, colega e amigo que dividiu idéias (importantes a este trabalho) e que hoje, junto comigo, finaliza essa etapa.

Agradeço em especial e com muito carinho ao pessoal do FERU/RS e do Comitê Popular da Copa, os quais compartilharam comigo momentos agradáveis, em especial ao pessoal da ONG CIDADE. Com os braços abertos, mesmo num momento difícil, me receberam, permitindo assim, a construção desse trabalho.

Por fim, gostaria de agradecer a banca examinadora por aceitar o convite de estar aqui hoje, em um momento tão importante. Ambos fizeram parte da minha formação acadêmica e me inspiraram a escrever o trabalho que hoje apresento.

“Benditos sejam os amigos
que acreditam na tua verdade
ou te apontam a realidade.
Porque amigo é a direção.
Amigo é a base quando falta o chão!”
(Machado de Assis)

“Só que a cidade não é só pedra, cimento, aço e caixas-fortes. As pedras não pensam nem desejam. As cidades só vivem através das pessoas e criminalizar e jogar pessoas para fora dos seus muros não vai revitalizar nada, ao contrário. Ou as comunidades populares e a nova e a velha classe média entendem isso, ou viraremos estátuas de sal”.

(CIDADE, 2010)

RESUMO

Este trabalho tem como objeto o processo de construção de uma ação coletiva contestatória na cidade de Porto Alegre frente aos impactos sociais das obras relacionadas à realização da Copa do Mundo FIFA 2014. Orientado teoricamente pela abordagem da *contentious politics* e operacionalizado metodologicamente pela etnografia política, o presente trabalho busca identificar e analisar os mecanismos que possibilitam explicar a emergência e a forma assumida pela contestação às “obras da Copa” em Porto Alegre. Mais especificamente, a pesquisa empírica focaliza eventos (seminários, audiências públicas, visitas de autoridades), espaços (Fórum Estadual da Reforma Urbana, Comitê da Copa do Cristal) e atores (lideranças comunitárias, organizações e movimentos sociais) que, na sua articulação, conformam o processo analisado.

PALAVRAS-CHAVE: ação coletiva, mobilização social contestatória, etnografia política, Copa do Mundo FIFA 2014.

ABSTRACT

This paper's object is the construction process of a contestatory collective action in Porto Alegre, in the face of social impacts of the construction related to the realization of the 2014 FIFA World Cup. Theoretically guided by the “contentious politics” approach, and methodologically operated by political ethnography, this paper seeks to identify and analyze the mechanism that enable an explanation of the emergence and the form assumed by the contestation of the “constructions of the Cup” in Porto Alegre. More specifically, an empirical research focuses on events (such as seminars, public hearings, and authorities visits), spaces (“State Urban Reform Forum” and the “Cup Committee of Cristal”) and actors (such as community leaders, organizations and social movements) that in its articulation shape the analyzed process.

KEY-WORDS: collective action, contestatory social mobilization, ethnography politics, FIFA World Cup 2014.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZANDO OS CONFLITOS EM TORNO DO ACESSO À CIDADE EM PORTO ALEGRE.....	16
1.1. Panorama sócio-político nacional: gestão urbana e o direito à cidade.....	18
1.2. O cenário da gestão urbana em Porto Alegre.....	22
1.3.“A Copa do Mundo é Nossa”: intervenções urbanas e mobilizações sociais pelo direito a cidade em Porto Alegre.....	31
CAPÍTULO II – ATORES E PERCURSO DA ETNOGRAFIA.....	38
2.1. Entrando em campo e a etnografia.....	38
2.2. O Fórum Estadual da Reforma Urbana do Rio Grande do Sul.....	41
2.3. O percurso da pesquisa junto ao FERU.....	48
2.4. O Comitê Popular da Copa de Porto Alegre – 2014.....	51
2.5. O Comitê Popular da Copa de Porto Alegre – Região Cristal.....	54
2.6. O percurso da pesquisa junto ao Comitê Popular da Copa de Porto Alegre – Região Cristal.....	56
CAPÍTULO III – A DINÂMICA DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO CONTESTATÓRIO EM TORNO DAS INTERVENÇÕES DA COPA DO MUNDO FIFA 2014.....	59
3.1. Processo de Interação entre Mediadores Externos e Internos.....	61
3.2. Atribuição de Ameaça/Oportunidade e Inovação nos Repertórios.....	73
3.3. Criação e Apropriação organizacional.....	80
3.4. Certificação Externa: A visita da relatora da ONU para o direito à moradia digna a Porto Alegre.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS.....	96
ANEXOS.....	99

INTRODUÇÃO

Em 31 de maio de 2009 foi anunciada a realização de alguns jogos da vigésima edição do maior evento esportivo do mundo (a Copa do Mundo FIFA), a ser realizada no Brasil em 2014, na cidade de Porto Alegre/RS. O anúncio feito pelo presidente da FIFA, Joseph Blatter, foi comemorado por cerca de três mil pessoas, no Parque da Redenção, no evento nomeado “O Dia da Copa”¹, realizado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul² em parceria com a Prefeitura de Porto Alegre³. As celebrações seguiram por 2009, ressaltando-se o fato de ser Porto Alegre a cidade-sede de dois times campeões do mundo. Foi só em 13 de abril de 2010, com a assinatura da Matriz de Responsabilidades pelos governos Federal, Estadual do Rio Grande do Sul e Municipal de Porto Alegre⁴, que a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 deixou de ser apenas uma idéia para se atualizar em grandes obras, principalmente de mobilidade urbana, com intervenções na dinâmica da cidade.

Entre os impactos das obras a serem realizadas, havia uma série de remoções de populações que vivem em áreas irregulares. Nos dias 11 e 12 de dezembro de 2010, um conjunto de organizações, movimentos sociais e atores políticos se reuniam em um seminário, intitulado “Mega-projetos e o Direito à Cidade”, com o objetivo debater estratégias de enfrentamento e soluções quanto a diversos mega-projetos que vinham sendo e/ou iriam ser implementados na cidade. Assim, ao mesmo tempo em que o poder público e a mídia exaltam a oportunidade única de desenvolvimento que a realização da Copa traria para a cidade e o país, uma pluralidade de indivíduos e organizações se articulam para denunciar, contestar e resistir aos impactos sociais deste evento em Porto Alegre. Estes conflitos em torno das intervenções urbanas relacionadas à Copa 2014 explicitam as disputas sobre os sentidos da apropriação da cidade por seus cidadãos.

Este trabalho direciona o seu olhar para tais processos de conflito sobre o direito à cidade – entendido como o direito ao acesso à terra, à moradia e aos equipamentos urbanos – a partir de uma abordagem etnográfica⁵. Os agentes que compõem o universo dessa pesquisa

¹<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1§ion=Esportes&newsID=a2529350.xml>. [acessado em outubro de 2011]

² Na época representado pela governadora Yeda Rorato Crusius (PSDB)

³ Na época representado pelo prefeito José Fogaça (PPS)

⁴ <http://w.copa2014.gov.br/tags/matriz-de-responsabilidade> [acessado em Outubro de 2011]

⁵ Este trabalho utilize a seguinte definição de etnografia de Loïc Wacquant (2003, p.5): “social research based on the close-up, on-the-ground observation of people and institutions in real time and space, in which the investigator embeds herself near (or within) the phenomenon so as to detect how and why agents on the scene act, think and feel the way they do”.

são organizações, movimentos sociais e atores políticos articulados em um processo de tensionamento e resistência às intervenções urbanas por parte do poder público municipal de Porto Alegre relacionadas ao mega-evento Copa do Mundo FIFA 2014. Neste processo, tais agentes reativam ou criam articulações, espaços de atuação, repertórios de ação e marcos interpretativos que problematizam e buscam confrontar ações e interpretações de agentes sociais e governamentais que promovem ou defendem aquelas intervenções.

O que se pretende, de forma geral, é contribuir ao avanço do campo de estudos sobre ação coletiva a partir da análise da dinâmica organizativa de caráter contestatório em uma conjuntura político-institucional específica. A opção metodológica pela abordagem etnográfica, pouco empregada nas pesquisas sociológicas sobre contestação social no Brasil, se dá devido a esta metodologia possibilitar uma compreensão mais complexa dos processos de construção e atuação associativa, apreendendo o seu caráter dinâmico e relacional, opondo-se a uma visão que naturaliza o conflito social como uma resposta mecânica à existência de um “problema social” tomado como dado. Neste sentido adota-se a crítica de Melucci (2001, p.29) quando este afirma que o

“modo habitual de referir-se aos movimentos é considerá-los como efeitos de uma situação histórica ou produtos de uma certa conjuntura [refere-se, por exemplo, à crise econômica ou às contradições do sistema], sem levar em conta as motivações, o sentido, os componentes da ação coletiva, como se os modos por meio dos quais esta ação se constitui e se mantém no tempo fossem irrelevantes com relação ao jogo das variáveis ‘estruturais’”.

O amadurecimento da idéia subjacente a essa pesquisa é fruto da minha participação nos debates do Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento que, desde 2009, tem se dedicado ao estudo de processos de organização e mobilização social do tecido associativo brasileiro. As discussões desenvolvidas nesse Grupo de Pesquisa visam identificar, discutir e empregar analiticamente diferentes perspectivas teórico-metodológicas no estudo de processos empíricos de associação, mobilização, engajamento e contestação política presentes no âmbito societário, buscando contribuir no atual processo de renovação do campo de pesquisa voltado a tais temas no Brasil (LIMA, 2009).

A iniciativa de investir na renovação de um campo de pesquisa que tem como objeto específico de estudo os processos de ação coletiva dos atores constitutivos da sociedade civil brasileira é consequência, de um lado da reflexão crítica sobre a literatura de movimentos sociais no Brasil (SILVA, 2010) e, particularmente, sobre suas fragilidades teórico-metodológicas para uma compreensão mais qualificada dos processos de mobilização e

organização social. De outro lado, problematiza-se a literatura contemporânea sobre sociedade civil que, a partir de um enfoque normativo e prescritivo das formas de organização e atuação dos atores sociais, tendeu a definir o “dever ser” dos atores da sociedade civil e a partir deste parâmetro “avaliar” os atores (SILVA, 2010).

No entanto, não é possível compreender o desenvolvimento deste campo de estudos e suas características sem entender o contexto histórico no qual as análises se deram, bem como as perspectivas teóricas dominantes. Os movimentos sociais ganharam relevância como objeto de estudo no final da década de 1970 e início da década de 1980, em uma conjuntura de intensa mobilização social frente a um regime autoritário e repressivo. O surgimento de novas associações civis e movimentos reivindicativos vai se tornar o objeto privilegiado das análises, multiplicando os estudos que apreendiam tais atores sob o rótulo de movimentos sociais (CARDOSO, 1987). O interesse central desta literatura estava no destaque à novidade que esses atores representavam na dinâmica sócio-política brasileira e, particularmente, seu potencial democratizante (SADER, 1988).

Tendo como principal referencial teórico o marxismo (em diferentes versões) e, posteriormente, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (SILVA, 2001 e 2010; ALONSO, 2009; GOIRAND, 2009), as análises voltaram sua atenção para a questão dos valores e demandas de mudança social, estruturando o debate em torno do sentido adquirido por essas mobilizações para a democracia em construção no país (GOIRAND, 2009). Assim, atores sociais que até então eram vistos à margem da cena política passam a ser, a partir de suas “novas práticas”, significados por uma nova identidade que se caracterizava pela autonomia em relação ao Estado e a proposição de formas democráticas de participação política.

A representação desses atores sociais, crescentemente apreendidos como constitutivos da sociedade civil, enquanto agentes contestatórios ao padrão de relacionamento vigente entre sociedade e Estado – pautado pelo clientelismo e autoritarismo – estruturou o debate em torno da centralidade destes à construção democrática brasileira, na década de 1990 (AVRITZER, 2007; FEDOZZI, 2001). Essa leitura política instituiu um pressuposto normativo de uma nova sociedade civil forte, autônoma e democrática (AVRITZER, 2007) em contraposição a um Estado violento, autoritário e conservador.

A radicalização analítica que distanciou Estado e atores da sociedade, empiricamente pertinente no período autoritário, mas pouco sustentável a partir da redemocratização, levou a um tratamento dicotômico e substancialista destes dois pólos (SILVA, 2009), segundo o qual estes se operariam de maneira não relacional e seriam dotados de um conjunto de qualidades que passam a ser tomadas como inerentes às suas “naturezas”. Nesta perspectiva, Estado e

sociedade civil são apreendidos como blocos homogêneos, marcados por características contrastantes e contrapostas de forma maniqueísta (SILVA, 2009).

As práticas dos novos sujeitos políticos autônomos e independentes (SADER, 1998) são interpretadas como portadoras de um novo princípio ético-político, cuja premissa era a radicalização da democracia a partir de uma cidadania ativa (BAIERLE, 1992), que contrapunha “novas” (combativas) formas de atuação às “velhas” práticas (clientelistas). Essa definição por contraste, na qual apenas classificam-se campos distintos e opostos de ação, é limitada quando o objetivo é chegar a explicações dos processos de organização e mobilização social, obscurecendo a complexidade das inter-relações entre os campos societário e político-institucional, bem como as relações que os atores estabelecem com diferentes instituições sócio-políticas na sua prática cotidiana.

Sem atentar para a dinâmica concreta dos atores face ao sistema sócio-político, a perspectiva dicotômica e não-relacional permaneceu nas análises da década de 1990, em uma conjuntura marcada pela crescente presença da participação institucional como repertório de ação das organizações e movimentos sociais brasileiros. Neste contexto, passa a predominar uma visão da atuação da sociedade civil centralmente direcionada para participação institucional, que é tratada como alternativa e contraposta a outras formas de ação, tais como o clientelismo ou a contestação (AVRITZER, 2007; FEDOZZI, 2000). Essa visão dicotômica, que percebe os diferentes repertórios de ação enquanto contraditórios e excludentes, obscurece o processo dinâmico e relacional de construção das ações coletivas, bem como a complexidade do tecido associativo e a dinâmica de suas práticas. Tal visão resultou em uma lacuna teórica em termos das diferentes estratégias empregadas pelos atores da sociedade civil ao se moverem por uma esfera política renovada, que inclui novos espaços institucionais para a ação política, mas que não são os únicos nem são necessariamente eficazes na busca das demandas e interesses daqueles atores.

Em síntese, a sociologia política brasileira, particularmente no campo dos movimentos sociais e da sociedade civil, estruturou seu olhar, sobretudo, na relação entre a mudança sócio-política e esses novos movimentos/ou a sociedade civil. Se, num primeiro momento, o objeto privilegiado de estudo foram os “novos movimentos sociais”, num segundo momento as análises detiveram-se na chamada sociedade civil e o processo de (re)democratização do país. Resguardadas as diferenças, a continuidade entre essas abordagens está na ênfase de questões como autonomia (entendida como não-relação), transformação social, afirmação identitária e democratização a partir de uma abordagem normativa, que acabou por secundarizar a investigação dos processos de construção da ação coletiva. A idealização desses “novos”

atores políticos levou a uma abordagem empiricamente limitada, estática e determinista das estratégias de ação coletiva empregadas por esses atores na reivindicação por seus direitos e pela participação na construção democrática do país, obstaculizando o desenvolvimento da compreensão dos processos de mobilização social (LAVALLE, 2003).

É a partir do olhar crítico a esta literatura que esta pesquisa busca contribuir ao desenvolvimento do campo de estudo sobre processos de organização e mobilização social, dialogando com autores da denominada abordagem da *contentious politics*⁶, ainda pouco incorporados pelas ciências sociais brasileiras e que têm se dedicado ao estudo dos processos de ação coletiva a partir de uma perspectiva relacional. Em especial, este trabalho se baseia em autores que têm desenvolvido suas pesquisas a partir de uma perspectiva etnográfica (tais como Javier Auyero e Julieta Quirós), a qual parece ser dotada de grande fertilidade para a compreensão do processo de mobilização e organização social de caráter contencioso (como é o caso das mobilizações relacionadas às intervenções urbanas por parte do poder público municipal, relacionadas ao mega-evento Copa do Mundo FIFA -2014 em Porto Alegre).

Em primeiro lugar, a escolha pelo método etnográfico, diferencial desse trabalho, é consequência da visão crítica subjacente a esta pesquisa sobre como a temática da ação coletiva vem sendo tratada. O objetivo não é saber se as práticas dos atores estudados correspondem às expectativas normativas sobre suas formas de agir, mas é antes entender como as estratégias de ação coletiva vão sendo construídas na prática concreta dos atores inter-relacionados e interdependentes. Assim, a etnografia apresenta-se como um instrumental útil, como tem demonstrado autores como Auyero (2009) que, a partir de uma investigação etnográfica sobre a prática política dos pobres, analisa como clientelismo e protesto, antes de serem duas formas de ação coletiva que se contrapõem, são fenômenos políticos que tendem a se articular nas estratégias de resoluções de problemas das populações pobres. Nesse mesmo sentido, Quirós (2009) mostra, a partir de um estudo etnográfico sobre piqueteiros, que a separação analítica entre economia e política, que tem guiado as reflexões acadêmicas no estudo da ação coletiva, não se encontra na prática.

Para além da potencialidade de olhar para as práticas concretas dos sujeitos dessa pesquisa de maneira compreensiva e não normativa, a utilização do método etnográfico se mostra particularmente pertinente frente ao objetivo específico dessa pesquisa. A partir da observação participante⁷, do acompanhamento constante – seja das reuniões semanais, seja

⁶ Entre os autores desta abordagem, destacam-se Sidney Tarrow, Charles Tilly, Douglas McAdam e Jack Goldstone.

⁷ A observação participante é entendida aqui, de maneira geral, pela inserção do pesquisador junto ao grupo

dos eventos realizados – numa imersão prolongada no campo seguindo os atores nos seus trânsitos, foi possível acompanhar o processo de construção da contestação no seu desenrolar, apreendendo os arranjos realizados pelos atores que articulam diferentes interesses, processos de negociação, recomposições e estratégias de ação. Assim, o método etnográfico apresenta-se como uma ferramenta metodológica pertinente para a apreensão do complexo processo, sempre dinâmico e relacional, de construção das ações coletivas contestatórias.

Considerando que o foco deste trabalho não é um movimento ou organização específica, mas um processo de ação coletiva de caráter contestatório que coloca em relação uma diversidade de atores e espaços, a etnografia se coloca como um instrumento adequado para atender à demanda de Melucci (2001:32), que defende a necessidade de romper com

“a idéia ingênua do agir coletivo como dado empírico unitário. É necessário, ao contrário, interrogar o dado para descobrir como é produzido e extrair dele a unidade para fazer emergir a pluralidade de orientações, significados, relações que convergem para o mesmo fenômeno. Colocar o problema da formação de um ator coletivo significa reconhecer que aquilo que, empiricamente, se chama ‘movimento’ e ao qual, por comodidade de observação e de linguagem, se atribui uma unidade essencial, é, na realidade, a resultante de processos sociais heterogêneos. Trata-se, pois, de entender como se forma a unidade e a que resultados diferenciados os diversos componentes podem dar lugar”.

O percurso etnográfico que resultou nessa pesquisa teve início em dezembro de 2010 quando participei do Seminário “Mega-projetos e o Direito a Cidade”, organizado pelo Fórum Estadual da Reforma Urbana do Rio Grande do Sul (FERU/RS), com apoio da ONG Cidade. O evento tinha como objetivo discutir em detalhes o conjunto das obras previstas para a Copa do Mundo FIFA 2014 em Porto Alegre e os impactos em cada região, reunindo cerca de 170 lideranças comunitárias, ONGs e outras entidades⁸. Nos dois dias que constituíram o Seminário ocorreram palestras e discussões com professores especializados em áreas como geografia, direito e planejamento urbano. Também foram apresentados pelos moradores das regiões que serão afetadas pelas obras (tais como Morro Santa Teresa, Cristal, Humaitá, Dique e Nazaré, Orla, Ilhas, Cruzeiro, Restinga e Lomba) relatos das situações de conflitos urbanos em Porto Alegre. Se, no início, a minha intenção era compreender o processo de re-articulação

pesquisado, com constante e intensa aproximação e diálogo com os universos pesquisados. Essa envolve, entre outros elementos, um processo longo de interação entre pesquisador/pesquisado; a presença constante com o grupo, contribuindo para gerar uma relação de confiança; o estabelecimento de relações com indivíduos-chaves; saber ouvir, escutar e ver, fazendo uso de todos os sentidos; processos fundamentais para o acesso aos dados necessários a pesquisa (FOOT-WHYTE, 2005).

⁸ http://www.ongcidade.org/site/arquivos/jornal/CIDADE_De_Olho_2011_abril-1.pdf [acessado em Outubro de 2011]

do espaço que constitui o FERU/RS numa dinâmica contestatária à conjuntura político-institucional atual na cidade de Porto Alegre, logo em seguida – ao participar das reuniões e eventos realizados pelas organizações e atores que participavam desse espaço – o problema que se colocou foi entender o processo de articulação contestatário que extrapolava as fronteiras do FERU/RS e que, a partir dos trânsitos de alguns atores, constitui vínculos entre diferentes agentes e espaços. Nesse sentido, a escolha pelo instrumental etnográfico foi de extrema importância, possibilitando que nos trânsitos dos atores – que acabou configurando-se no meu percurso etnográfico – se pudesse mapear o conjunto de atores em relação nesse processo e que configuram a trama relacional do qual se trata esse trabalho.

Os dados empíricos que dão sustentação a esta pesquisa são resultado, assim, de um trabalho de campo que durou dez meses⁹, nos quais participei de reuniões do Fórum Estadual de Reforma Urbana do Rio Grande do Sul, de reuniões do Comitê Popular da Copa do Cristal, do comitê Popular da Copa do Centro e do Grupo de Trabalho de Comunicação. No entanto, a participação nesses espaços não foi homogênea por uma série de questões que serão explicitadas ao longo do trabalho. Dentre as atividades e eventos realizados pelos meus interlocutores, participei da reunião de coordenação do Fórum Nacional de Reforma Urbana, do Seminário “O Morro é Nosso”, da tentativa de articulação do Fórum Municipal dos Comitês Populares da Copa, de audiências públicas com o Ministério Público Federal e com a Câmara de Vereadores e de duas manifestações públicas (“marchas”). Complementando o trabalho de campo, foram feitas algumas entrevistas pontuais – que na verdade constituíram-se em entrevistas abertas – e a análise de atas das reuniões, vídeos, jornais e documentos.

Conforme referido anteriormente, a análise desenvolvida neste trabalho se apóia nas orientações dos autores da chamada abordagem da *contentious politics*, que propõem um método de investigação que envolve três passos para a explicação de um processo social complexo (de contestação ou não):

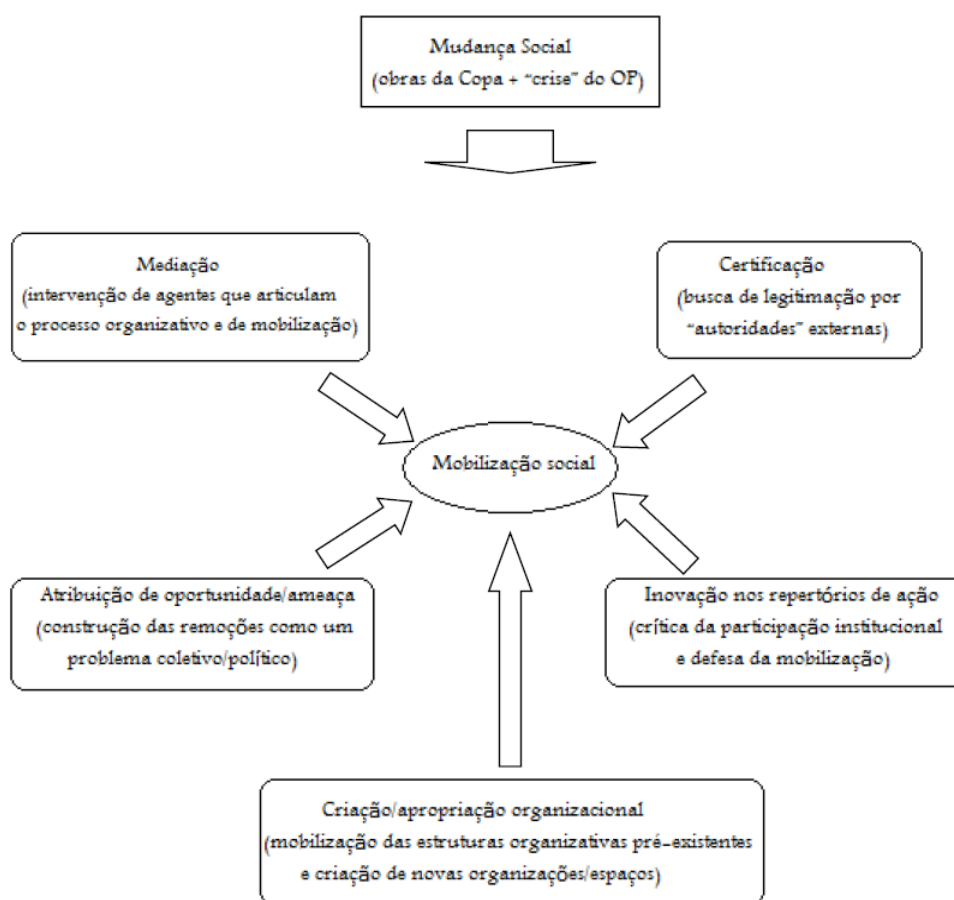
(1) descrição do processo, (2) decomposição do processo nas suas causas básicas [mecanismos explicativos] e (3) reunião destas causas em uma explicação mais geral de como o processo ocorre” (Tilly; Tarrow, 2007, p.27)

Seguindo esta orientação e estabelecendo um procedimento indutivo-dedutivo a partir do método etnográfico, identificou-se, de um lado, um conjunto de mecanismos destacados pela literatura da *contentious politics* (McAdam; Tarrow, Tilly, 2001; Tilly; Tarrow, 2007) que, na sua articulação, possibilitam explicar o processo analisado. De outro lado, no entanto, o

⁹ A partir das minhas observações em campo, elaborei diários de campo que traziam relatos, falas, informações importantes ao trabalho e que constituíram a base de dados dessa pesquisa.

mesmo procedimento permitiu observar como as especificidades contextuais do processo de mobilização investigado conferem um conteúdo particular à forma como aqueles mecanismos se configuram e operam empiricamente, determinando as características próprias (e, mesmo, os limites) desta mobilização social específica.

De forma esquemática, o modelo analítico resultante deste procedimento pode ser sintetizado na figura abaixo:



Tendo este esquema como fio condutor da análise, o presente trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: o primeiro e o segundo capítulos apresentam uma contextualização da pesquisa, relatando o percurso etnográfico realizado por mim, ao mesmo tempo em que situa o processo investigado no contexto político-social mais amplo da cidade e, especialmente, frente às intervenções urbanas relacionadas à Copa de 2014; o terceiro capítulo analisa, a partir de diversos relatos etnográficos, a forma como os diferentes mecanismos identificados operaram empiricamente no processo investigado; por fim, as conclusões apresentam os resultados da pesquisa e uma reflexão sobre a importância da abordagem etnográfica nos processos de organização e mobilização social.

CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZANDO OS CONFLITOS EM TORNO DO ACESSO À CIDADE EM PORTO ALEGRE

Neste capítulo busco, primeiramente, (re)construir o cenário sócio-político no qual os sujeitos dessa pesquisa desenvolvem suas ações. Como salientado na Introdução, o presente trabalho visa contribuir à reflexão acadêmica dos complexos processos de mobilização e organização social a partir de uma abordagem etnográfica, tendo como foco de análise os conflitos urbanos em torno do direito à cidade num contexto de transformação urbana. Mais especificamente, direciona o olhar para a compreensão da dinâmica organizativa em torno da construção do processo de articulação contestatório relacionado, particularmente, às intervenções urbanas do poder público municipal da cidade de Porto Alegre em função das obras associadas à realização do mega-evento Copa do mundo FIFA 2014.

Assim, num primeiro momento, apresento o contexto sócio-político mais amplo no qual os sujeitos desta pesquisa se inserem, enfatizando a conjuntura-político institucional de ameaça¹⁰ instituída pelos impactos sociais das obras da Copa. Como nos ensina Auyero (2005, p.117), ao falar da relação entre o microcosmos da prática política e as transformações políticas em grande escala, a partir da perspectiva etnográfica

“en la construcción de un objeto de investigación siempre tienes una primera etapa de construcción e reconstrucción objetiva del contexto. Antes de incorporar la lógica de las prácticas, la subjetividad de los actores, uno tiene que construir el campo de determinaciones objetivas en donde se mueven los actores. [...] los actores no están en el aire [...] uno no puede pensar que estos fenómenos se recrean solo a partir de la práctica de los actores involucrados”.

Para isso, faço um resgate histórico dos processos de luta pelo direito à cidade, remontando à luta pela reforma urbana no período de elaboração da Constituição de 1988. A partir das conquistas obtidas neste processo, busco mostrar a (re)configuração da conjuntura político-institucional em torno da produção e elaboração das políticas urbanas, que tem como expoente maior a instituição de mecanismos participativos na elaboração das políticas sociais no Brasil. Enfatizando esse processo de generalizada introdução de políticas municipais participativas (GOIRAND, 2009) em Porto Alegre – reconhecida mundialmente pela

¹⁰ Grande parte da literatura sobre movimentos sociais tende a compartilhar a posição de Tarrow, segundo a qual “o confronto é muito mais relacionado a oportunidades de ação coletiva – e limitado por restrições a ela – do que por fatores sociais e econômicos persistentes experimentados pelas pessoas” (1999, p.99). Contemporaneamente, no entanto, autores têm enfatizado o papel da “ameaças” como fatores que, potencialmente, podem ser desencadeadores de processos contestatórios. Neste sentido, ver Goldstone e Tilly (2001).

experiência do Orçamento Participativo –, analiso a dinâmica de recomposição do contexto de ocorrência das mobilizações sociais em função da institucionalização de novos canais formais de participação que possibilitam a construção de um planejamento urbano participativo e a conseqüente introdução de novas lógicas de relação entre Estado e sociedade. Todo esse percurso, que vai delineando o contexto político-institucional que se vive hoje no Brasil, especialmente em Porto Alegre, é importante para refletir sobre a iniciativa de alguns atores, que tradicionalmente participaram desses espaços institucionais, em construir espaços e processos de confrontação às intervenções da Prefeitura (em especial, às ações de remoção de vilas populares) por fora da institucionalidade e/ou articulando as esferas institucionais e não institucionais nas suas ações na busca para a solução dos conflitos.

Além disso, a conjuntura específica de realização de alguns jogos do maior evento esportivo do mundo em Porto Alegre evidencia a questão urbana e explicita os conflitos em torno do direito à cidade. Esse mega-evento, que é exaltado pela paixão futebolística brasileira e pela oportunidade única de desenvolvimento do país, coloca a cidade no centro de grandes transformações urbanísticas que impactam a questão habitacional e acabam gerando uma diversidade de conflitos sociais relacionados à gestão da cidade. Resultantes das exigências da FIFA, diversas obras serão realizadas em Porto Alegre tendo como uma de suas implicações a ocorrência de uma série de remoções de comunidades pobres. Assim, a conjuntura específica de ameaça, em função das denominadas “remoções da Copa”, constitui o contexto para as articulações e ações de diferentes atores envolvidos na luta pelo direito de acesso à cidade.

No entanto, a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e, mais especificamente, as ameaças geradas pelas intervenções urbanas relacionadas à Copa não explicam mecanicamente o processo contestatório que é objeto deste trabalho. Ao contrário, parte-se da idéia de que, por um lado, a construção das ações coletivas não pode ser entendida sem considerar o contexto na qual são produzidas e, especificamente, que para entender os processos de conflitualidade política é preciso colocar em relação a política institucional e as ações contestatórias que se desenvolvem por fora e, por vezes, contra as instituições. Enfatizando o caráter relacional desses processos, a abordagem adotada neste trabalho olha para as interdependências entre os repertórios desenvolvidos e as oportunidades e ameaças institucionalmente estabelecidas (SILVA, 2010). Por outro lado, no entanto, destaca-se que a identificação e as respostas a estas oportunidades e ameaças contextuais dependem da forma como os diferentes atores interpretam a realidade a partir de seus objetivos e estratégias e, ainda, das suas capacidades para intervir nesta realidade.

Assim, se a conjuntura de ameaça condiciona o processo de mobilização e organização

contestatório, não o determina de uma forma direta e mecânica. Este é antes resultado de um complexo processo de construção de ação coletiva, sempre dinâmico e relacional. Ao olhar para o processo de articulação contestatório no seu desenrolar, busco desnaturalizar a idéia que percebe os atores sociais e as ações coletivas que desenvolvem como um dado naturalizado, homogêneo, imutável e, em geral, positivo da realidade (SILVA, 2010). A opção pela abordagem etnográfica vai ao encontro desta perspectiva, na medida em que possibilita, ao olhar para a complexidade das práticas concretas no seu acontecer cotidiano, apreender como as pessoas vivem e dão sentido às suas práticas, bem como à teia de relações que conforma o processo de mobilização, entendendo como tais relações estruturam as escolhas e a atuação dos diversos atores e espaços constitutivos deste processo.

1.1. Panorama sócio-político nacional: a gestão urbana e o direito à cidade

A formação das cidades brasileiras caracterizou-se, historicamente, por uma lógica de irregularidade e segregação territorial. O processo acelerado de urbanização no Brasil na segunda metade do século XX, marcado pela intensa migração campo-cidade¹¹, foi acompanhado por um crescimento de cidades desprovidas de infra-estrutura mínima, levando a uma segregação espacial de bairros que, abandonados ao descaso e à margem de qualquer condição de dignidade, foram gerados a partir do encontro entre a conivência do poder público e a necessidade de moradia de uma população excluída do mercado e das eventuais políticas habitacionais (SAULE; UZZO, 2009). Ao longo do século XX, as políticas habitacionais assumiram diferentes configurações, porém sempre marcadas por um desenvolvimento urbano que privou as faixas de menor renda da população de condições básicas de urbanidade e inserção efetiva na cidade, configurando um panorama urbano nacional caracterizado por um modelo de exclusão sócio-territorial da população pobre (ROLNICK, 2006). Como expõe Maricato (2000, p.21)

As reformas urbanas, realizadas em diversas cidades brasileiras entre o final do século XIX e início do século XX, lançaram as bases de um urbanismo moderno “à moda” da periferia. Eram feitas obras de saneamento básico e embelezamento paisagístico, implantavam-se as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista, ao mesmo tempo em que a população excluída desse processo era expulsa para os morros e as franjas da cidade.

¹¹ Na segunda metade do século XX, entre 1940 e 1990, a população brasileira urbana passou de 31,2% a 75% (Rolnick). Hoje, segundo dados do IBGE obtidos em Maricato 2000, 81% da população brasileira vive nas cidades, somando cerca de 138 milhões de pessoas.

O efeito produzido sobre a forma das cidades brasileiras foi uma paisagem dividida: a cidade legal e formal, caracterizada pela qualidade urbanística em um setor restrito da cidade, e a cidade ilegal e informal, composta por assentamentos irregulares e sem acesso à infraestrutura urbana. Essa dualidade conseqüente do modelo de gestão urbana centralizador, autoritário e privatista de ação estatal (ROLNICK, 2000) que predomina no Brasil até o fim do Regime Militar, acabava por definir quem tinha o direito à cidade legal e quem dela estava excluído. Os processos organizativos visando superar o cenário de exclusão urbana das cidades, articulados em torno do tema da reforma urbana, têm raízes anteriores a 1964¹². Com o estabelecimento do Regime Militar no Brasil, no entanto, há um isolamento dos movimentos populares e a intervenção na realidade urbana fica restrita às iniciativas governamentais, articuladas em torno de interesses empresariais e voltadas ao atendimento das demandas dos setores de maior renda (BAIERLE, 1992).

Os anos de 1980 e, especialmente, 1990 representaram uma ruptura com este modelo de planejamento e gestão urbana, com a ocorrência de importantes mudanças institucionais no campo do direito à moradia e do direito à cidade (ROLNICK, 2006). Tais mudanças, que colocam o Brasil entre os países mais avançados em termos da legislação urbanística (FERREIRA, 2008), foram acompanhadas por diversas experiências de participação social na elaboração de políticas urbanas. Esse movimento de transformações e inovações institucionais foi fruto, em grande medida, de um processo intenso de mobilização social de contestação ao Regime Militar e de reivindicação de direitos sociais, particularmente na questão do direito à cidade, que ganham destaque a partir do final dos anos 1970 e durante a década de 1980, numa conjuntura sócio-política caracterizada pela redemocratização do país.

Com a transição democrática, na década de 1980, os movimentos sociais passam a ganhar maior relevância e visibilidade política, reivindicando, de maneira geral, a reversão das desigualdades sociais, com base em uma “nova ética social” que trazia como dimensão importante a politização da questão urbana, compreendida como elemento fundamental para o processo de (re)democratização brasileiro (SAULE; UZZO, 2009). Nesse contexto, no ano de 1985 é constituído o Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU)¹³, que buscava unificar sob sua bandeira a luta de diversos atores sociais e expressava uma plataforma urbana crítica à dualidade vivida nas cidades brasileiras, marcadas pela profunda desigualdade sócio-

¹² A proposta de uma reforma urbana nas cidades brasileiras foi inicialmente formulada no Congresso de 1963, promovido pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (SAULE; UZZO, 2009).

¹³ O movimento nacional de reforma urbana foi criado em janeiro de 1985 e reunia uma série de organizações da sociedade civil, movimentos, entidades de profissionais, organizações não-governamentais, sindicatos (SAULE; UZZO, 2009).

espacial. Inaugurava-se assim no país um projeto que reivindicava uma nova cidade e propunha a quebra dos privilégios de acesso aos espaços das cidades (SAULE; UZZO, 2009). O debate proposto pelo MNRU, a partir da temática da reforma urbana, tinha como foco a possibilidade de uma nova institucionalidade, colocando em destaque o papel dos cidadãos e suas organizações na gestão da cidade. Assim, segundo Saule e Uzzo (2009) o centro nodal da plataforma do movimento era a questão da participação democrática na gestão das cidades, tão discriminada pela lógica excludente dos planos tecnocráticos dos anos 1960 e 1970, apoiados apenas em saberes técnicos, dos quais a população era considerada incapaz de saber, agir e decidir.

Mas foi nos anos de 1987-88 que as disputas em torno da reforma urbana no Brasil ganharam maior intensidade. A Assembléia Nacional Constituinte foi um espaço catalisador da ação política dos atores envolvidos com a questão urbana (SAULE; UZZO, 2009; ROLNICK, 2006; FERREIRA, 2008), colocando em confronto idéias conservadoras e progressistas a respeito das intervenções urbanas por parte do Estado Brasileiro. Se, de um lado, as forças articuladas em torno da bandeira da reforma urbana reivindicavam o direito à cidade, de outro, as forças conservadoras argumentavam que os princípios de justiça social eram pretexto para impedir o desenvolvimento do país e que uma política urbana de caráter intervencionista seria extremamente estatizante (SAULE; UZZO, 2009).

Segundo Saule e Uzzo (2009), no processo de elaboração da Constituição, as entidades articuladas no MNRU formularam uma proposta de lei que tinha como objetivo mudar o perfil excludente das cidades brasileiras, marcadas pela precariedade das políticas públicas urbanas, assim configuradas pela omissão e descaso do poder público. A plataforma urbana reivindicada pelo movimento era composta por três frentes: o direito à cidade e à cidadania; a função social da propriedade; e a gestão democrática das cidades. Apesar da proposta do MNRU não ter sido aceita em sua integralidade, teve êxito por meio da emenda popular de reforma urbana¹⁴. Segundo Saule e Uzzo (2009, p.262)

“[...] era a primeira vez na história constitucional do país que se obtinha um capítulo intitulado “Da Política Urbana”, sob o título “Da Ordem Econômica e Financeira”. Em linhas gerais, para o Movimento Nacional de Reforma Urbana a Constituição de 1988 representou [...] um avanço significativo, ao estabelecer pela primeira vez, uma política pública urbana que tratasse a questão urbana voltada a atender os objetivos da reforma urbana”.

¹⁴ O processo de participação foi incentivado quando se estabeleceu no regimento interno da Constituinte a utilização de mecanismos da iniciativa popular para a elaboração de emendas populares para o então projeto da Constituição de 1988.

Assim, desde o processo de elaboração da Constituição de 1988 vem sendo construída uma nova ordem legal urbana que, sob a bandeira do direito a cidade¹⁵, se contrapõe à gestão urbana autoritária, excludente e privatista, que caracterizou o Brasil até fins da década de 1980. Entre os avanços e conquistas do MNRU podemos citar: a criação de instrumentos legais para o controle do uso do solo urbano, visando o cumprimento da função social da propriedade; a afirmação e o efetivo estabelecimento da autonomia municipal para a execução de políticas públicas urbanas e a ampliação da participação da população na gestão das cidades; o reconhecimento do direito à moradia como um direito fundamental; a aprovação da lei Estatuto da Cidade, que define os instrumentos que o poder público deve utilizar para o enfrentamento da desigualdade sócio-territorial nas cidades.

As conquistas do MNRU na construção de um marco regulatório jurídico-urbanístico, expresso na Constituição Federal de 1988 e nos seus desdobramentos legais (como o Estatuto da Cidade), representam um novo paradigma de planejamento e gestão das políticas públicas urbanas nas cidades brasileiras. A partir da instituição de um conjunto de instrumentos urbanísticos que visam combater a exclusão de grande parte da população do direito à cidade, na década de 1990, gestores e sociedade civil organizada passam a contar com uma série de mecanismos para a execução de um efetivo planejamento urbano.

Nesse novo arranjo político-institucional, a gestão democrática das cidades configura-se como um princípio central. Com a descentralização do poder, particularmente no campo das políticas públicas urbanas, os municípios passaram a ter maior autonomia e participação no planejamento e gestão das políticas urbanas. Segundo Rolnick (2006), esse movimento foi acompanhado pela instituição de diversas práticas de participação popular e controle social das políticas e do orçamento público em várias cidades do país, de tal forma que a construção de políticas como tarefa de uma esfera pública não restrita ao campo da representação parlamentar foi progressivamente adentrando a prática e agenda dos governos nos diferentes níveis.

Esse cenário de recomposição da conjuntura político-institucional em torno da produção e elaboração das políticas públicas urbanas, a partir da década de 1990, altera os espaços e mecanismos (legais) para a construção de alternativas de gestão urbana, ampliando as possibilidades de efetivação do direito à cidade – o acesso a terra, moradia, equipamentos urbanísticos e serviços urbanos em geral – das populações excluídas até então. O processo de

¹⁵ O direito a cidade expresso pela luta da reforma urbana é caracterizado pela gestão democrática e participativa das cidades; pelo cumprimento da função social da cidade; pela garantia da justiça social e de condições dignas a todos os habitantes da cidade; pela subordinação da propriedade a função social. (SAULE; UZZO, 2009)

generalizada introdução de políticas públicas participativas, principalmente a nível local, inaugura um novo padrão de relação entre Estado e sociedade, marcado tradicionalmente por práticas autoritárias e clientelistas de relacionamento entre gestores públicos e sociedade civil (SILVA, 2004), a partir da idéia do compartilhamento do planejamento e da gestão de políticas públicas urbanas.

1.2. O cenário da gestão urbana em Porto Alegre

Conforme salientado na seção anterior, o arranjo institucional decorrente da promulgação da Constituição de 1988 levou a um movimento de descentralização na direção do poder local (ROLNICK, 2006), segundo o qual os municípios passaram a ter maior autonomia no planejamento e na gestão urbana. Informados pela nova ordem jurídico-urbanística democrática – decorrente do debate em torno da agenda de reforma urbana – o poder público municipal passa a ter relevante papel na formulação e implementação de políticas urbanas e habitacionais que sejam capazes de intervir no processo de urbanização, no sentido de diminuir/romper com tradicional dinâmica de expulsão dos pobres para a periferia precarizada, possibilitando a estes segmentos o efetivo o acesso à cidade. Nesse movimento, a cidade de Porto Alegre apresenta-se como um caso exemplar, configurando-se como um município com trajetória bastante rica de política urbana e habitacional, sendo uma das primeiras cidades a iniciar um processo massivo de regularização fundiária (ALFONSÍN, 2008). Além disto, a cidade apresenta um rico histórico de lutas populares e tradição associativa (AVRITZER, 2007), sendo conhecida internacionalmente pelo êxito do Orçamento Participativo¹⁶ e por sediar cinco edições do Fórum Social Mundial.

Porém, a formação urbana, a ação governamental e os processos de luta em torno da temática urbana em Porto Alegre remontam a um panorama histórico mais longo do que essa pesquisa pretende tratar aqui¹⁷. Na verdade, para os objetivos do presente estudo, o foco recai sobre o contexto sócio-político que caracteriza o final do século XX e início do século XXI. Mais especificamente, a partir das lutas urbanas no período da (re)construção da democracia brasileira e da reconfiguração político-institucional do município no início dos anos 1990 até o momento atual, caracterizado pelos conflitos urbanos em torno da realização do mega-evento Copa do Mundo FIFA 2014.

Mas antes, se faz necessário, apresentar um rápido panorama sobre a problemática da

¹⁶ Foi reconhecido pela ONU como uma das melhores intervenções urbanas (FEDOZZI, 2000).

¹⁷ Ver Baierle (2007, 1992) e Silva (2004).

gestão urbana em Porto Alegre até o final dos anos de 1980. Dando ênfase principalmente à execução das políticas habitacionais decorrentes das ações estatais a nível municipal, a intenção é mostrar, de maneira geral, o contexto sócio-político no qual as primeiras mobilizações populares em torno do tema da reforma urbana se dão.

A cidade de Porto Alegre, assim como grande parte das cidades brasileiras, apresenta um histórico problema de falta de acesso à terra e à habitação para sua população mais pobre (SILVA, 2004). Nas décadas de 1950 e 1960, convergindo com o cenário nacional geral, o município de Porto Alegre passou por um movimento acelerado de migração campo-cidade, crescendo mais de 60% em apenas dez anos (SILVA, 2004). Esse aumento populacional se deu de maneira desorganizada, sem oferecer condições de incorporação do enorme contingente populacional à cidade legal, gerando uma intensa proliferação de ocupações irregulares. As políticas habitacionais desenvolvidas seguiram a dinâmica de constituição das grandes cidades brasileiras, ou seja, de “urbanização com expansão para as periferias” (SILVA, 2004), conformando uma cidade dividida.

Com o estabelecimento do Regime Militar no Brasil, a atuação do governo municipal foi alterada e as políticas habitacionais passaram a ter um caráter autoritário e centralizador a nível nacional, mas o objetivo de erradicação das áreas de ocupações irregulares não mudou, como expressa o lema “Remover para Promover” (SILVA, 2004; ALFONSIN, 2008). Porém, a política autoritária de remoção se mostrou ineficiente para solucionar os problemas habitacionais na cidade. Segundo Silva (2004), o número de habitantes das áreas irregulares cresceu mais de 104% na década de 1980, enquanto a população total da cidade cresceu apenas 12,5% no mesmo período. Em 1989, quando a Administração Popular assume o poder municipal em Porto Alegre, mais de um quarto dos habitantes vivia em habitações irregulares (SILVA, 2004).

Os processos de luta urbana ganham maior visibilidade no final dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980, numa conjuntura nacional de esgotamento do padrão de relação entre Estado e sociedade civil marcado pelo autoritarismo dos governos militares (BAIERLE, 1992). Em Porto Alegre, primeiramente há um movimento de articulação contestatório e reivindicativo que tinha como objetivo enfrentar a situação de exclusão sócio-econômica e/ou política que caracterizou o regime militar. É o chamado “campo combativo” (BAIERLE, 1992; SILVA, 2004) que articulava Associações de Moradores, setores progressistas da Igreja Católica e militantes de esquerda (reunidos, principalmente, em entidades de assessoria aos movimentos sociais). Ao longo da década de 1980, os movimentos populares de luta pela moradia ganham força política e desenvolvem um processo de complexificação político-

organizativa (BAIERLE, 1992), passando a se articular em torno da temática da reforma urbana. Assim, a reforma urbana configurava-se como uma frente de luta pela transformação da realidade urbana e da sociedade em geral (BAIERLE, 1992), apontando a possibilidade de uma nova institucionalidade brasileira.

Segundo Baierle (1992), em Porto Alegre a discussão em torno da reforma urbana, na conjuntura de transição democrática, teve três fases. A primeira foi pós-1986, momento em que houve a aglutinação dos diversos setores populares e políticos interessados na constituição de um campo comum para a conjuntura constituinte, que culmina com a criação do Fórum Estadual de Reforma Urbana do Rio Grande do Sul, em 1987. Este fórum constituía um espaço de articulação entre os diversos atores, de discussão das questões mais gerais que marcavam a conjuntura nacional e estadual e de intervenção em diversos processos de lutas sócias e de disputa urbana (SILVA, 1995).

A segunda fase compreende o período de 1988 a 1990, que abrange a inscrição de novas regras e instrumentos urbanísticos na legislação urbana nos seus diferentes níveis (federal, estadual e municipal). Este processo proporcionou uma troca intelectual intensa entre lideranças e assessorias gaúchas, na qual uma rediscussão dos paradigmas do urbano penetrava com mais força o debate e se enfatizava mais a questão ética e política que deveria estruturar a proposta de reforma urbana. Por fim, o período pós-1990, caracterizado pela dificuldade de passar da legislação à prática. É só com a Administração Popular que o embrião de novas relações sociais começa a emergir na prática em Porto Alegre (BAIERLE, 1992), através de processos como o Orçamento Participativo.

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988 e a entrada da Frente Popular (PT-PCB) no poder municipal em Porto Alegre em 1989, ocorre um movimento de ruptura com a forma tradicional de planejamento e gestão urbana na cidade. O governo empossado tinha estreita vinculação com os movimentos e organizações populares (ALFONSIN, 2008; SILVA, 2004; BAIERLE, 1992) e um discurso marcado pela defesa da abertura das instituições estatais à sociedade civil (SILVA, 2004). Tal discurso se expressava na proposta de governar através de conselhos (institucionais e populares), apontando para uma nova forma de planejamento urbano na qual os sujeitos centrais do processo seriam os movimentos sociais e os cidadãos em geral, atuando nestas novas esferas de exercício do poder no município (BAIERLE, 1992).

Já na primeira gestão da Frente Popular (1989-1992), a reforma urbana começa a sair das leis para a realidade, com a implementação do Orçamento Participativo. Segundo Baierle (1992, p.108)

“a bandeira da reforma urbana tem como objeto a luta pela democratização e socialização do direito a cidade. A cidade é o espaço político de exercício da cidadania, por excelência, designando um território e uma forma de organização política. A luta pela reforma urbana deve ser entendida enquanto luta pela democratização do município e de seu processo político de gestão”.¹⁸

Durante a década de 1990, a idéia de desprivatizar o Estado e reconstruí-lo enquanto espaço público que permitiria a participação popular nas várias áreas da administração pública (BAIERLE, 1992) vai ser reproduzida, via Conselhos Municipais, em outras áreas e programas do governo. Mas a democratização do poder local, expressa na proliferação de uma série de espaços de intervenção e participação institucional, não pode ser atribuída somente às ações da Frente Popular. Ela é, antes, resultado da interação entre um tecido associativo pré-existente e um governo que se apresentava como oportunidade de ruptura com tradicionais relações autoritárias e clientelistas entre governos municipais e sociedade civil (SILVA, 2004). Segundo Baierle (1992, p.118)

“[...] a administração popular não foi um acidente eleitoral, mas a expressão de uma necessidade de espaço dos movimentos populares. E isso permitiu que se começasse a explodir o paradigma estatal (esgotando-o ou superando-o), vigente tanto no ambiente tecnocrático que produziu a modernização capitalista do país durante o regime militar [...] é a própria noção de Estado separado da sociedade que está em cheque aqui.”

Assim, o modelo de gestão urbana que se consolida na cidade de Porto Alegre a partir da década de 1990 apresenta uma ruptura com as políticas centralizadoras até então vigente, a partir de avanços no sentido da gestão democrática e participativa das políticas urbana. Este modelo também inova ao fundar um Programa de Regularização Fundiária (PRF), buscando enfrentar uma concepção tecnocrática e autoritária de planejamento normativo, rejeitando o modelo de expulsão dos pobres para a periferia¹⁹ e investindo na qualificação do espaço ocupado pelas favelas através de intervenções de urbanização (ALFONSIN, 2008; SILVA, 2004). Essa política respondia a uma demanda histórica dos movimentos sociais de Porto Alegre (BORBA, 1998 apud SILVA, 2004) e a importância da demanda pela regularização fundiária se expressa no fato de que esta será uma das principais prioridades eleitas pelos movimentos comunitários via Orçamento Participativo em Porto Alegre por vários anos (ALFONSIN, 2008).

¹⁸ III Fórum Nacional de Reforma Urbana (Relatório), São Paulo, mimeo, novembro-1991, p.01.

¹⁹ Exemplo marcante é a intervenção do PFR no processo de regularização e urbanização na Vila Planetário. Ver Silva (2004).

A dinâmica das mobilizações sociais na cidade de Porto Alegre, na década de 1990, possui uma relação direta com esse complexo processo de construção da institucionalidade participativa. Com uma conjuntura político-institucional relativamente favorável às demandas dos movimentos populares, marcada por avanços no marco regulatório urbanístico e pela presença de um governo de esquerda, a complexa institucionalidade desenvolvida estabelece um desenvolvimento urbano capaz de integrar a população de baixa renda e melhorar a qualidade de vida nas cidades. Este contexto político-institucional tendeu a fomentar os processos organizativos, principalmente no modelo de associações comunitárias, que passam a orientar suas ações e demandas (fortemente direcionadas para obras e serviços urbanos) para os mecanismos institucionais de participação. Esse movimento de institucionalização conforma um novo padrão de relação (mas não único) entre o associativismo porto-alegrense e o governo municipal. Assim, conforme Silva (2003, p.48)

“[...] observa-se claramente, desde o final dos anos 80, uma crescente “institucionalização” da atuação destas entidades (comunitárias). [...] a “institucionalização” dos anos 90 e do início do século XXI se caracteriza por uma nova relação entre as organizações sociais e as instituições governamentais, na qual as primeiras passam, crescentemente, a ocupar um lugar permanente no processo de tomada de decisão e/ou na execução de serviços de interesse público”.

Assim, o cenário sócio-político-jurídico de 1990 apresenta significativas inovações em termos de política urbana em Porto Alegre: a promulgação da Lei Orgânica do Município, incluindo o capítulo Da Política e Reformas Urbanas (ALFONSIN, 2000); a formulação participativa do novo Plano Diretor Urbano e Ambiental, ampliando a participação comunitária com a criação de oito regiões do Planejamento (MARTINS, 2011); a implementação de um Programa de Regularização Fundiária, baseado no direito à moradia, instrumento importante da garantia efetiva do direito a cidade (ALFONSIN, 2000), atendendo as demandas da população via Orçamento Participativo. Consolidada-se, desta forma, um marco regulatório importante que, somado a um planejamento urbano aberto à participação social, gera possibilidades de efetivação do direito de acesso a cidade por parte dos setores populares.

No final dos anos 1990 e início dos anos 2000, o cenário político-institucional começa a mudar em Porto Alegre. Mesmo com o rico leque de instrumentos aplicados pelo Programa de Regularização Fundiária, Porto Alegre continuava com sérios problemas no enfrentamento da produção irregular da cidade (ALFONSIN, 2008). Ao mesmo tempo, segundo Baierle (2009), começam a aflorar contradições entre os diferentes interesses e grupos gestores na implementação de diretrizes, projetos e ações. A virada do milênio também é marcada por

uma série de grandes projetos para a cidade²⁰, com viés de valorização imobiliária (BAIERLE, 2009). Soma-se a isso, a crise fiscal que se instaurou no governo municipal, diminuindo os recursos para as obras definidas através do OP. Segundo Baierle (2009: 25)

“A partir da virada do milênio, a esta tensão entre multiplicação de arenas participativas e disputas intra e extra-governamentais, se somam limites fiscais conjunturais que dificultam a conciliação entre grandes projetos urbanos e demandas regionais do OP”.

Em 2004, o Partido dos Trabalhadores encerra dezesseis anos à frente da administração municipal sem conseguir consolidar uma reforma do Estado e um modelo de planejamento e desenvolvimento local efetivamente conseqüente com o ideário participativo (BAIERLE, 2009). O OP, como estratégia para um planejamento urbano participativo, entra em declínio. Segundo Baierle (2009: 25),

“a expansão da participação em Porto Alegre, ao longo dos anos 90, se deu mais pela multiplicação infinita de arenas participativas do que por transformações estruturais na gestão da máquina administrativa”

Mas é com a eleição de José Fogaça (PPS) para a Prefeitura de Porto Alegre, em 2005 (e sua reeleição em 2008), que vai ocorrer uma mudança significativa no modelo de planejamento urbano da cidade, através de uma reformulação na visão e nas ações do poder público municipal a respeito da gestão das políticas urbanas. Com uma visão de cidade empreendedora ou “*Global City*” (BAIERLE, 2009), o novo governo vai buscar integrar os supostamente excluídos dos processos do OP²¹ numa gestão estratégica, de cunho empresarial, expressa nas parcerias público-privada. Assim, uma nova política urbana passa a ser proposta e articulada no conceito de governança local. Segundo Baierle (2009), a idéia central é instaurar em Porto Alegre uma parceria permanente entre o Poder público, a iniciativa privada e o terceiro setor, que busque resolver os problemas da cidade. Tal concepção se expressa na seguinte passagem do Plano de Governo apresentado por José Fogaça na sua reeleição, em 2008:

“o movimento comunitário verificou a necessidade de renovar-se e partir para uma experiência onde o conflito fosse substituído pela cooperação. Com base nessa visão de futuro as instituições e a comunidade local buscam a formação de uma rede de cooperação. São as chamadas “comunidades de projeto”. A prefeitura, para incentivar e fortalecer esta nova prática social, constituiu a Governança Solidária Local, que se

²⁰ Construção de uma terceira avenida perimetral, a reurbanização de favelas na entrada da cidade e a recuperação sócio-ambiental da orla do Guaíba (BAIERLE, 2009).

²¹ Tais como a universidades, fundações privadas, sindicatos empresariais e organismos profissionais (MARTINS, 2011).

somando ao Orçamento Participativo, promoveu uma nova expectativa de desenvolvimento local”.

Segundo Baierle (2009, p.29) o novo governo passa a operar por uma tríade relacionada às necessidades do desenvolvimento capitalista da cidade: (i) parcerias público-privadas que priorizaram mega-projetos como a “[...] renovação do porto, o metrô e recuperação urbanística do centro histórico [...]”; (ii) higienização social das áreas centrais da cidade (projetos para a remoção de ambulantes, carroceiros, favelados e moradores de rua); e (3) filantropização da pobreza, com a redução drástica de recursos do orçamento público no âmbito do OP e substituição por recursos privados no atendimento de demandas sociais.

Com a instituição do Fórum de Governança Local²², a nova conjuntura política coloca desafios na relação entre participação, gestão pública e desenvolvimento local. Ainda segundo Baierle (2009: 30)

“Interesse público e mercado coincidem e resumem o papel da sociedade. Nesta lógica, a pobreza deixa de ser percebida sob o ângulo da dominação social e passa a ser encarada como uma deficiência individual ou de grupo, cuja cura passa pela absoluta subserviência, o respeito sagrado à propriedade e o “aproveitamento” politicamente passivo das “oportunidades” de mercado. Embora conceitos como responsabilidade social e capital social simulem a existência de um espaço para o compromisso social por parte do mercado, um gesto de misericórdia diante da miséria das massas de não-rentáveis, não é disso que se trata. O que ocorre é a necessidade de mercantilizar o conjunto dos espaços de reprodução social como condição de preservação da competitividade na guerra pela sobrevivência no mercado”.

Neste novo contexto, o OP perde espaço enquanto fonte do planejamento municipal (BAIERLE, 2009) e a idéia de formação de consensos e a eliminação de conflitos tornam-se dominantes (a partir da noção de governança), levando a um esvaziamento da dimensão política dos processos de definição da alocação dos recursos públicos. O que ocorre é uma despolíticação da questão urbana, na medida em que a construção de propostas para a resolução dos problemas da cidade já não faz mais sentido, pois o “projeto da cidade” já este previamente definido, restando apenas a sua efetivação, a partir de financiamentos privados.

Este “projeto de cidade” envolve uma série projetos de renovação urbana que levam a um processo de exclusão dos pobres das áreas nobres da cidade. Exemplo disso é o Plano de Revitalização do Centro Histórico de Porto Alegre, lançado pela Prefeitura em 2010, que

²² Nova esfera pública criada e acima do conjunto de instancias participativas existentes na cidade. Constitui-se como um fórum executivo, não deliberativo, de articulação em rede que busca criar pactos de co-responsabilidade. Neste espaço não tem disputa, não tem votação, não tem delegado. Buscando o envolvimento das comunidades locais com metas e indicadores de resultados a serem alcançados pelo princípio norteador deste modelo a co-responsabilidade em favor da inclusão social. (BAIERLE, 2009)

levou à remoção de ambulantes, carroceiros e moradores de áreas irregulares (como a Vila Chocolateira²³).

Mas a implementação desse modelo de desenvolvimento urbano não vem se dando sem conflitos. Desde 2009, ações populares visando conter a forma como a cidade vem sendo pensada e gerida a partir das ações do poder municipal vêm explicitando uma conjuntura de retomada dos conflitos em torno do direito e acesso à cidade por parte de seus cidadãos (particularmente, os mais pobres). Nesse contexto, dois processos de mobilização e contestação são exemplares: O Movimento em Defesa da Orla do Guaíba e o Movimento “O Morro é Nosso”.

A mobilização social que resultou na fundação do Movimento em Defesa da Orla do Guaíba²⁴ teve início em 2007, com a formação do Fórum de Entidades da Câmara Municipal, como órgão colegiado de participação popular no processo de revisão do Plano Diretor da Cidade (PDDUA). O Fórum reunia diversas entidades comunitárias e ambientalistas, organizações profissionais com interesse no tema, universidades, organizações de estudantes, entidades empresariais e de trabalhadores e tinha como objetivo a participação popular nos debates da Câmara.

Mas foi em 2008 que as entidades que participavam do Fórum convocaram as demais e fundaram o Movimento em Defesa da Orla do Guaíba. Esse movimento foi consequência do encaminhamento de um projeto lei pelo vereador Alceu Brasinha, que alterava uma lei municipal e autorizava a construção de prédios residenciais luxuosos onde era localizado o antigo Estaleiro Só. Segundo as entidades que compunham o Movimento, o projeto promovia um profundo impacto ambiental e paisagístico e privatizava uma área de orla. Somava-se a isso o encaminhamento à Câmara, por parte do Executivo Municipal, de dois Projetos de Lei de grandes impactos ambientais, paisagísticos e de mobilidade urbana: o Gigante Para Sempre, constituído por obras do Sport Club Internacional para a Copa; e a Arena do Grêmio. Para o Movimento, a aprovação dos três projetos constituiria um direito adquirido aos empreendedores em relação à futura revisão do Plano Diretor, permitindo que a lógica que os norteava fosse estendida a todo o tecido urbano. O objetivo do movimento era, assim, a resistência à aprovação destes projetos.

²³ Após cerca de vinte e cinco anos vivendo na região central da cidade, mais de 700 pessoas da Vila Chocolateira foram transferidas para o loteamento construído pelo Demhab na Avenida Protásio Alves, 9.099, Morro Santana, em 2011. A transferência é resultado de um projeto intitulado “Rede para a Sustentabilidade da Vila Chocolateira”, que teve início em 2004. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smg/default.php?reg=4&p_secao=75. [acessado em Novembro de 2011] Para a execução do loteamento, foram investidos aproximadamente R\$ 8,7 milhões nas unidades habitacionais e infraestrutura do loteamento.

²⁴ <http://movimentoemdefesadaorladoguaiba.blogspot.com/p/quem-somos.html> [acessado em novembro de 2011]

A denominada luta do Pontal do Estaleiro, ao longo do ano de 2009, foi a principal vitória do movimento recém constituído, promovendo uma fragorosa derrota da Câmara, que por maioria aprovou a lei, e da Prefeitura, cuja base aliada defendeu o projeto. A lei, que foi aprovada por 70% dos votos dos vereadores, foi rejeitada pela população, com 80% dos votos contrários, em uma consulta popular realizada pelo Executivo Municipal em consequência da intensa pressão do Movimento.

Em 2010, outra mobilização social em Porto Alegre – O Movimento “O Morro é Nosso” – questiona as intervenções por parte do poder público no acesso e apropriação da cidade. O alvo neste caso era o Governo do Estado, representado pela governadora Yeda Crusius (PSDB). A problemática que gerou o Movimento é consequência do projeto lei número 388, apresentado pelo Executivo Estadual, que autorizava a alienação do terreno de 74 hectares da FASE²⁵ (localizado no Morro Santa Teresa) para obtenção de recursos destinados à construção de unidades descentralizadas de atendimento sócio-educativo. Parte da área a ser vendida, no entanto, caracterizava-se pela ocupação de cerca de vinte mil moradores vivendo em cinco Vilas (Prisma, Gaúcha, Ecológica, Santa Rita e União).

As manifestações em torno da defesa do Morro Santa Teresa ocorreram ao longo de 2010, quando o coletivo que compunha o Movimento – sindicatos, indivíduos e grupos civis organizados – promoveu uma série de caminhadas, marchas e distribuição de cartazes pela cidade, criando uma forte mobilização contra a venda da área da FASE pelo Governo do Estado (GUTERRES, 2011).

No dia oito de junho de 2010, depois de um intenso processo de mobilização e pressão social, o projeto de lei 388 foi retirado de votação na Assembléia Legislativa, em meio a um auditório lotado de militantes, moradores, líderes comunitários, mediadores e representantes de sindicatos, que comemoraram a vitória do Movimento frente ao Governo do Estado e, principalmente, frente à “especulação imobiliária”, considerada a grande articuladora dessa lei (GUTERRES, 2011).

É nesse cenário paradoxal que as mobilizações sociais em torno do direito e acesso à cidade vêm se dando hoje em Porto Alegre. Por um lado, a cidade é considerada o município que mais avançou no estabelecimento de um marco regulatório dentro dos parâmetros que vieram a se consolidar no Estatuto da Cidade²⁶ (BAIERLE, 2007). Segundo Baierle (2007),

²⁵<http://proweb.procergs.com.br/Diario/DA20091218-01-100234/EX20091218-01-100234-PL-388-2009.pdf> [acessado em novembro de 2011]

²⁶ O Estatuto da Cidade é uma lei federal, aprovada em 2001, que trata do capítulo de execução da política urbana. Disponível em: http://www.pdp.saojoaodelrei.mg.gov.br/Estatuto_LEI10257.pdf [acessado em Novembro de 2011]

conforme exposto no site do Ministério, a lei Estatuto da Cidade prevê que

“Os novos marcos do planejamento são a inclusão e a participação, o planejamento passa a ser inclusivo, pois deve incidir sobre todos os segmentos da sociedade trazendo justiça social, efetivando direitos e superando o simples estabelecimento de parâmetros; e ele é participativo porque pressupõe o envolvimento dos diferentes grupos sociais na construção das políticas, produzindo pactos compartilhados entre o Estado e os segmentos da sociedade que comparecem para essa construção, principalmente os setores populares, que, pela primeira vez, têm poder de decisão sobre os rumos das políticas de planejamento no país”.

Por outro, hoje, Porto Alegre é administrada por um governo que tem como modelo de gestão urbana o planejamento estratégico da cidade, privilegiando os setores da iniciativa privada a partir da noção de governança solidária e da implementação de uma série de megaempreendimentos com fortes impactos urbanísticos.

Os dois movimentos citados acima podem ser vistos como uma contraposição a este modelo de gestão urbana na cidade. Ambas as iniciativas populares foram tentativas (em grande medida, exitosas) de confrontar o acesso privilegiado à cidade por segmentos específicos. É nessa conjuntura político-institucional conflitiva que o mega-evento Copa do Mundo FIFA 2014, expresso em novos mega-projetos urbanísticos, insere-se em Porto Alegre.

1.3. “A Copa do Mundo é Nossa”: intervenções urbanas e mobilizações sociais pelo direito a cidade em Porto Alegre

O Brasil é hoje o país da Copa. Anunciado, no dia 30 de Outubro de 2007²⁷, como país-sede da vigésima edição da Copa do Mundo FIFA, a ser realizada em 2014, as comemorações exaltaram a paixão futebolística da nação brasileira e vieram acompanhadas da afirmação por parte do governo federal de que a realização do evento deixará um “relevante legado em infra-estrutura, criação de emprego e renda e promoção da imagem do país em escala global”²⁸. Convergindo na exaltação do maior evento esportivo do mundo como oportunidade única de desenvolvimento do país e, principalmente das cidades brasileiras, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, realizaram uma festa de comemoração (“O dia da Copa”), quando do anúncio da cidade como uma das 12 cidades-sede dos jogos, em 31 de maio de 2009.

A Copa do Mundo FIFA é a maior competição esportiva do mundo, organizada pela

²⁷ <http://pt.fifa.com/worldcup/news/newsid=1348380> [acessado em Outubro de 2011]

²⁸ <http://www.copa2014.gov.br/sobre-a-copa/copa-de-2014> [acessado em Outubro de 2011]

Fédération Internationale de Football Association (FIFA)²⁹, a maior instituição de futebol hoje, com sede em Zurique na Suíça. Esse evento é realizado a cada quatro anos, em país escolhido pela FIFA, a partir de critérios estruturais, que ultrapassam o domínio específico do esporte, sendo influenciados por questões econômicas e geopolíticas (CABO, 2008). Desde a fundação da FIFA, em 1904, e da primeira Copa do Mundo FIFA oficial realizada, em 1930, no Uruguai, esse evento vem se consolidando num importante palco de congregação internacional (CABO, 2008), fazendo parte do calendário de atividades mundiais.

A conformação da FIFA como instituição global³⁰ é consequência, principalmente, de um movimento que ocorreu na década de 1970, quando a Copa do Mundo torna-se o evento midiático de maior audiência televisiva no mundo (PEREIRA, 2003), ao mesmo tempo em que o brasileiro João Havelange é eleito presidente da FIFA, marcando o início de uma nova composição de forças no campo do futebol mundial. Havelange voltou sua atuação para uma sucedida campanha de transformação do futebol em um mega-negócio, através de parcerias firmadas a partir de então com grandes multinacionais como a Adidas e a Coca-Cola (PEREIRA, 2003). A partir daí a FIFA e o futebol não pararam de crescer.

Desde então, a realização do mega-evento Copa do Mundo FIFA tem se apresentado como uma importante estratégia de diversos países para a atração de investimentos e de atenção internacional. Nesse movimento, em 2003, o Brasil se candidata como país sede do evento a ser realizado em 2014. Ao anunciar a decisão do Brasil em sediar a competição, Ricardo Teixeira, presidente da CBF, argumentou:

“Nos próximos anos teremos um fluxo consistente de investimentos. A Copa de 2014 permitirá ao Brasil ter uma infra-estrutura moderna [...] em termos sociais será muito benéfico. Nosso objetivo é tornar o Brasil mais visível nas arenas globais [...] A Copa do Mundo vai muito além de um mero evento esportivo. Vai ser uma ferramenta interessante para promover a transformação social”³¹.

A realização do evento é exaltada pela visibilidade mundial e o aumento do fluxo turístico que é capaz de gerar, ao mesmo tempo em que o grande investimento financeiro público-privado impactaria positivamente o desenvolvimento econômico e social no país, possibilitando a geração de emprego e oportunizando a revitalização das áreas urbanas. Soma-se a esses argumentos o apelo sentimental ao “país do futebol”. Segundo o Portal Oficial da

²⁹ <http://pt.fifa.com/worldcup/index.html> [acessado em Outubro de 2011]

³⁰ A FIFA é composta por 208 federações nacionais, contando com 310 colaboradores em 35 países. In: <http://pt.fifa.com/aboutfifa/organisation/index.html> [acessado em Outubro de 2011]

³¹ <http://www.copadomundobrasilde2014.com/2011/02/infraestrutura-copa-2014.html> [acessado em Outubro de 2011]

Copa de 2014³²

“O gosto pelo futebol parece ser uma das poucas unanimidades nacionais do Brasil. As diferenças sociais, políticas e econômicas, tão marcantes no dia-a-dia do país diluem-se quando a equipe verde-amarela entra em campo e entoia o hino nacional. De alguma forma, a nação brasileira somente se vê inteira durante as Copa do Mundo de Futebol [...] o entusiasmo, a capacidade de mobilização que o futebol proporciona ao Brasil são potentes motores para que as várias cidades brasileiras possam vencer o desafio de sediar uma Copa. Problemas de saneamento, transportes e até de educação, entre outros, podem ser abordados de forma nova, com o apoio da ampla mobilização que somente a Copa pode trazer ao país”.

Nesse panorama nacional de comemoração à realização do mega-evento Copa do Mundo 2014, Porto Alegre, juntamente com mais dezessete cidades brasileiras, candidata-se a cidade-sede dos jogos e é escolhida em 2009. No site³³ da Secretaria Extraordinária para a Copa do Mundo (SECOPA), criado pela Prefeitura de Porto Alegre, a cidade é apresentada como a metrópole da qualidade de vida no Brasil eleita pela ONU e enfatizados os mais de 80 prêmios e títulos que a qualificam como uma das melhores cidades brasileiras para morar, trabalhar, fazer negócios, estudar e se divertir. A paixão pelo futebol é ressaltada pela cidade ser sede de dois times campeões do mundo. E a visão do poder municipal a respeito dos impactos positivos da Copa à cidade expressa no texto

“Porto Alegre encara a Copa do Mundo não apenas como o maior evento esportivo do planeta, mas como a grande oportunidade de gerar o desenvolvimento e as transformações que a cidade tanto quer e precisa. A capital do Rio Grande do Sul prepara-se para um novo período de crescimento e essa etapa passa, necessariamente, por 2014”.

Para além das comemorações “A Copa do Mundo é Nossa” e da exaltação da oportunidade única de desenvolvimento urbano nacional e local, uma série de exigências da FIFA para a realização do mega-evento, que envolvem grandes quantidades de recursos públicos, concretizaram-se em 13 de abril de 2010, com a assinatura da Matriz de Responsabilidades pelos governos Federal, Estadual do Rio Grande do Sul e Municipal de Porto Alegre³⁴. Esta Matriz representa o pacto federativo entre União, estados e municípios sobre as responsabilidades de cada agente governamental nas ações necessárias à realização da Copa do Mundo FIFA 2014. A Matriz assinada pelo então Ministro de Estado do Esporte – Orlando Silva de Jesus Junior –, pela governadora do Estado do Rio Grande do Sul – Yeda

³² <http://www.portal2014.org.br/porque-o-brasil/> [acessado em Outubro de 2011]

³³ http://www.secopapoa.com.br/default.php?p_secao=5 [acessado em Outubro de 2011]

³⁴ <http://www.copa2014.gov.br/tags/matriz-de-responsabilidade> [acessado em Outubro de 2011]

Crusius – e pelo prefeito municipal de Porto Alegre – José Fogaça – definia que cabia ao estado e ao município executarem e custearem as intervenções associadas às competições referentes a: a) mobilidade urbana; b) entorno dos estádios; c) entorno dos aeroportos; e c) entorno dos terminais turístico e portuários³⁵. Assim, a Copa do Mundo FIFA 2014 deixa de ser apenas baseada em jogos de futebol para se atualizar em grandes obras, principalmente de mobilidade urbana, com intervenções na estrutura e dinâmica das cidades.

Em Porto Alegre, são dez as obras previstas pela Matriz de Responsabilidade³⁶. Todas elas apresentam intervenções urbanísticas significativas. Mas nesta pesquisa nos deteremos nas obras que compõe o eixo “entorno do aeroporto” e “entorno do estádio” por constituírem os principais empreendimentos e por implicarem em remoções de assentamentos irregulares de famílias. Em especial, enfoca-se o último (“entorno do estádio”), pois envolve uma área de grande disputa política e tem sido o principal foco de organização e mobilização social.

O projeto que envolve as obras do Aeroporto Salgado Filho é considerado prioritário, pois possibilitará o aumento da competitividade das exportações gaúchas através da diminuição do custo do transporte (SECOPA). O objetivo consiste na ampliação da extensão da pista de 2,7 mil metros para 3,5 mil metros, além do alargamento da Avenida Severo Dulius por 2 km, visando concluir a ligação com a Avenida Assis Brasil. É uma obra do Governo Federal com participação do Governo do Estado e da Prefeitura de Porto Alegre.

Mas, nos arredores do Aeroporto, na Avenida Dique, existe há mais de 30 anos um assentamento irregular conhecido como Vila Dique, que se caracteriza por um conjunto de moradias precárias sem acesso à infra-estrutura urbana básica, onde viviam cerca de 1.400 famílias. Segundo o site da Prefeitura, responsável pelo projeto de transferência, está previsto o re-assentamento de 1.100 famílias para um loteamento a ser construído pelo DEMHAB num terreno de 21 hectares na Avenida Bernardino Sileveira Amorim, no complexo do Porto Seco, bairro Rubem Berta. A primeira etapa de remoções das famílias começou em outubro de 2009, com o re-assentamento de 52 famílias.

No dia anterior a entrega do terreno à Infraero, o diretor geral do DEMHAB afirmou que

“Muito mais do que os benefícios comerciais que trará à cidade e ao estado, esse ato de retirada de famílias de um local de alto risco, degradado, representa a melhoria das condições de moradia de milhares

³⁵<http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/publicas/sobre-a-copa/matriz-de-responsabilidades/rs/matrizResponsabilidade2.pdf> [acessado em Outubro de 2011]

³⁶http://www.secopapoa.com.br/default.php?reg=76&p_secao=7 [acessado em Outubro de 2011]

de pessoas” (Diário Oficial de Porto Alegre, p.1)³⁷

No entanto, a transferência das famílias começou a ser feita sem a finalização das moradias novas e sem a construção da creche, escola e posto de saúde que constam no projeto, deixando as famílias desprovida de acesso à educação e saúde. As alternativas propostas pelo poder público foram o aluguel social³⁸ e as casas de passagem³⁹.

O estádio escolhido para sediar os jogos na cidade de Porto Alegre foi o Beira-Rio, do Sport Club Internacional. Este se localiza na Avenida Padre Cacique e hoje está passando por uma série de intervenções para se adequar às exigências da FIFA. O entorno do estádio em Porto Alegre corresponde, segundo Guterres (2011, p.5),

“a uma grande gleba verde composta de morro – chamado Morro Santa Teresa – uma grande avenida, pequenos comércios, uma escola privada, um asilo público, uma instituição estadual para menores infratores, uma escola de samba, e diversos tipos de unidades habitacionais, desde condomínios verticais na encosta do morro, prédios e casas de alto valor econômico, até moradias populares – a maioria sem registro de imóveis e sem saneamento básico promovidos pelo poder público”.

Essa região, que envolve pelo menos três bairros – Menino Deus, Santa Teresa e Cristal – tem sido cenário de grandes empreendimentos e conflitos urbanos. Como referido anteriormente, tanto o Movimento “O Morro é Nosso”, quanto o Movimento em Defesa da Orla do Guaíba, são mobilizações sociais que visaram barrar as intervenções por parte do poder público no solo urbano da cidade, consideradas arbitrárias e em favorecimento de uma pequena parcela da população. Intervenções localizadas justamente nessa região da cidade.

Outra fonte de conflito fundiário nessa região é o Programa Integrado Sócio Ambiental (PISA) elaborado pela Prefeitura de Porto Alegre. Segundo site da Prefeitura⁴⁰, o Programa tem como finalidade elevar os índices de tratamento de esgoto da cidade de 27% para 77% e recuperar a balneabilidade do Lago Guaíba. Porém, para isso é necessário o re-assentamento de 1.680 famílias que vivem nas margens do Arroio Cavalhada, na área denominada Vila Icaraí II. O programa existe desde 2008 e, segundo Guterre (2011), é financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e inclui recursos da Caixa Federal, contrapartidas

³⁷ http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/dopa/usu_doc/janeiro_20_de_janeiro_de_2011.pdf [acessado em Outubro de 2011]

³⁸ O Aluguel Social é um recurso assistencial mensal destinado a atender, em caráter de urgência, famílias que se encontram sem moradia. É um subsídio concedido por cinco meses. A família beneficiada recebe uma quantia equivalente ao custo de um aluguel popular. In:

http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/default.php?reg=1&p_secao=116 [acessado em Outubro de 2011]

³⁹ O Demhab constrói moradias provisórias, em caráter coletivo, para viabilizar obras de re-assentamento que ocorrem no mesmo local da ocupação. In:

http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/default.php?reg=2&p_secao=122 [acessado em Outubro de 2011]

⁴⁰ Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/default.php?p_secao=100

da Prefeitura e da empresa responsável pelo re-assentamento, a Multipan.

Duas obras, nessa região, fazem parte do conjunto de empreendimentos para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 em Porto Alegre: a duplicação da Avenida Edvaldo Pereira Paiva e a duplicação da Avenida Moab Caldas (Tronco), com o objetivo de melhorar o acesso à zona sul da cidade. Segundo o site da SECOPA⁴¹, a duplicação da Avenida Tronco é a intervenção de maior relevância a ser realizada para a Copa, pois trata-se de um eixo estruturador do sistema viário da cidade, facilitando o trânsito da Zona Sul com as vias que conectam com a Zona Norte, Nordeste e Leste da cidade, bem como alternativa de ligação da Zona Sul ao Centro da cidade. A Avenida comporá o anel viário em torno do Estádio Gigante da Beira-Rio, facilitando o acesso ao estádio, bem como o desvio do tráfego das zonas adjacentes, notadamente nos dias de jogos.

Mas, em parte da área correspondente ao eixo da via traçada onde será realizada a obra de duplicação, centenas de famílias moram em situação irregular e precisam ser removidas para que o projeto possa ser concretizado. No site da SECOPA⁴² foi publicado que a duplicação da Avenida Tronco

“trata-se de um projeto que objetiva a recuperação urbano-ambiental de ampla área de vulnerabilidade social da cidade, através da construção de edifícios ao longo da via para transferência de cerca de 1mil e 500 famílias que hoje ali habita no eixo da via traçada”.

Entretanto, as alternativas apresentadas pela Prefeitura às famílias a serem removidas têm sido o aluguel social, o bônus moradia e os re-assentamentos em locais distantes da sua história e cultura (Jornal ONG Cidade), não havendo uma proposta concreta de plano de reassentamento na própria região para as comunidades que serão atingidas pelas obras da Copa⁴³. Tanto o bônus moradia quanto o aluguel social compõem ações emergenciais, do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social⁴⁴, para casos de imprevistos. Já o reassentamento em locais distantes está relacionado à definição das Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS)⁴⁵ por parte do Poder Público municipal para a realização do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)⁴⁶, que acaba levando a um modelo de reprodução social de

⁴¹ Disponível em: http://www.secopapoa.com.br/default.php?reg=68&p_secao=7 [acessado em Outubro de 2011]

⁴² http://www.secopapoa.com.br/default.php?reg=68&p_secao=7 [acessado em Outubro de 2011]

⁴³ Carta elaborada pelo FERU/RS a Caixa econômica Federal. In: <file:///C:/Users/obe/Desktop/Carta%20C3%A0%20CEF%20sobre%20Planos%20de%20Re-assentamentos%20das%20obras%20para%20a%20Copa.htm> [acessado em outubro de 2011]

⁴⁴ Disponível em: <http://ongcidade.blogspot.com/search/label/Av.Tronco> [acessado em outubro de 2011]

⁴⁵ Disponível em: <http://projetos.camarapoa.rs.gov.br/projetos/108927> [acessado em outubro de 2011]

⁴⁶ Em Porto Alegre muitos projetos de habitação estão sendo feitos em parceria do DEMHAB com o governo federal. O PMCMV pretende construir um milhão de casas em todo o país, onde famílias que recebem até dez

exclusão dos pobres para a periferia, ao definir boa parte das áreas em regiões periféricas da cidade. Além do mais, a definição das AEIS se dá em contraposição à lei complementar nº636, aprovada na Câmara de Vereadores em janeiro de 2010, que determina que o PMCMV “atenderá a, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da DHP (demanda habitacional prioritária) por região de planejamento, em áreas identificadas nas próprias regiões” (Parágrafo Único do Art. 3o)⁴⁷.

Nesse cenário, o direito à moradia digna, previsto na Constituição como um direito fundamental, se choca com a necessidade de realização das obras necessárias para a realização do mega-evento Copa do Mundo FIFA 2014, ocorrendo um descompasso entre projetos viários e projetos sociais. As intervenções por parte do Governo Municipal priorizam a execução do evento e os recursos públicos ficam atrelados ao tempo da Copa, pois, caso contrário, corre-se o risco de Porto Alegre não sediar o evento. Assim, mesmo que o Governo Municipal enfatize a importância do re-assentamento, expresso na idéia do acesso a melhores condições de vida da população, os rumos do planejamento urbano da cidade são determinados às pressas, sem participação, de maneira arbitrária, colocando em risco o direito à cidade de diversas comunidades.

Frente a esta conjuntura de ameaça, diversos atores sociais têm se articulado para tensionar e resistir às intervenções urbanas por parte da Prefeitura de Porto Alegre. Entre as mobilizações constestatórias que surgem junto com a Copa do Mundo FIFA 2014, estão os sujeitos que compõe esta pesquisa, qual sejam, o Fórum Estadual de Reforma Urbana e os Comitês Populares da Copa. É sobre eles que o próximo capítulo deste trabalho trata. Na verdade, descrevo os universos empíricos que compõe a unidade de análise desta pesquisa de maneira detalhada e separada, apresentando os atores e suas ações, relacionando a constituição desses espaços à conjuntura político-institucional descrita.

salários mínimos são subsidiadas pela Caixa Econômica Federal. Para a faixa de renda até três salários mínimos já foram inscritos 54 mil pessoas. Disponível em:

http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/default.php?p_secao=129 [acessado em Outubro de 2011]

⁴⁷ Disponível em: <http://reformaurbanars.blogspot.com/search/label/Manifesto%20FERU%20FRS> [acessado em Outubro de 2011]

CAPÍTULO 2 – ATORES E PERCURSOS DA ETNOGRAFIA

2.1. Entrada em campo e a etnografia

Conforme salientado na Introdução, esse trabalho direciona o seu olhar para a compreensão do processo de articulação contestatário em torno das ações da Prefeitura de Porto Alegre relacionadas às atividades da Copa do Mundo a partir da abordagem etnográfica. Nesse sentido se faz relevante, num primeiro momento, a reflexão sobre a inserção nos grupos pesquisados e sobre a importância da etnografia, como procedimento metodológico para apreender o objeto dessa pesquisa, bem como a construção cotidiana do processo de mobilização e organização. Em seguida apresento os espaços pesquisados e sujeitos⁴⁸ que os compõem.

O primeiro contato com os sujeitos dessa pesquisa foi feito em dezembro de 2010, quando participei do Seminário “Mega-projetos e o Direito à Cidade”, realizado pelo Fórum Estadual da Reforma Urbana/RS (FERU/RS), com apoio da ONG Cidade. Os dois dias que constituíram o evento foram dedicados ao debate entre especialistas da área da geografia, direito e planejamento urbano, junto com lideranças comunitárias das regiões Morro Santa Tereza, Cristal, Humaitá, Dique e Nazaré, Orla, Ilhas, Cruzeiro, Restinga e Lomba, militantes da causa da moradia, ONGs e movimentos sociais. Como tema central deste debate estavam os impactos dos grandes projetos urbanos que estão sendo implementados em Porto Alegre e os conflitos a eles relacionados.

O evento ocorreu no auditório da Faculdade de Direito da UFRGS e tinha como objetivo reunir diferentes organizações comunitárias e movimentos sociais na tentativa de articulá-los para a busca de soluções conjuntas aos projetos urbanos que estão sendo realizados na cidade. Dessa maneira, uma das dinâmicas utilizadas foi a construção de um mapa da cidade, a partir dos relatos dos conflitos urbanos em cada região, para que se pudesse visualizar que tais conflitos eram resultados de um mesmo processo de intervenção urbana, baseado em um modelo comum de cidade.

O cenário subjacente da discussão era a realização da Copa na cidade e os impactos nas comunidades. Buscavam-se alternativas, formais e informais, de ação. Assim, foi discutido o papel do Ministério Público e como se apropriar desse espaço para a luta comunitária, ao mesmo tempo em que era afirmada a necessidade de ações de protesto para a

⁴⁸ Nesse trabalho optamos por utilizar letras para identificação dos sujeitos pesquisados, preservando assim seu anonimato.

eficácia da ação judicial. Como exemplo, foi evocado pelos presentes o processo recente e exitoso de resistência à venda de áreas públicas no Morro Santa Teresa.

A coordenação do FERU/RS ficou a cargo da ONG Cidade e foi a partir do vínculo com essa organização que passei a participar das reuniões do FERU/RS e entrar em contato com os outros grupos abordados na pesquisa. Em março de 2011, em uma conversa informal com um dos representantes da ONG Cidade sobre os processos de luta que vinham se dando na cidade, fui convidada a participar da audiência pública convocada pelos Comitês Populares da Copa de Porto Alegre para debater os impactos das obras da Copa com o Ministério Público Federal.

Assim, no dia 25 de março de 2011, data marcada por mobilizações em todo país, pois correspondia ao dia Internacional do Direito à Cidade, participei do segundo evento público que explicitava o processo de tensionamento e resistência em torno das ações do Poder Público municipal na dinâmica da cidade em relação às obras da Copa. Era a audiência pública convocada pelos Comitês Populares da Copa de Porto Alegre para debater os impactos das obras do mega-evento com representantes de comunidades atingidas e do Ministério Público Federal (MPF). A audiência ocorreu no auditório Dante Barone, da Assembléia Legislativa e teve como convidados o Ministério Público Federal, a Prefeitura, o Governo do Estado e as Secretarias municipais e estaduais envolvidas com a Copa 2014.

Na dinâmica do evento, que começava com o direito a cinco minutos de fala dos representantes de entidades indicadas pelos Comitês da Copa e, posteriormente, para as demais pessoas interessadas em se manifestar, lideranças comunitárias subiam ao palco para denunciar o processo de intervenção urbana que vem ocorrendo na cidade em consequência das obras a serem realizadas para a Copa do Mundo 2014. As falas, em tom crítico e reivindicativo, remetiam a um desenvolvimento urbano de exclusão, no qual a participação não funciona mais e que não leva em consideração o direito que as comunidades têm à cidade, colocando os moradores destas comunidades em uma situação de humilhação. Conforme expressa a fala de um participante no evento, “a perda da casa para um homem é a perda da sua dignidade”.

Esse quadro dramático que remete a duas cidades (“uma dentro dos Portais⁴⁹ e outra fora”, segundo outro participante) era enfatizado considerando que grande parte das pessoas presente vive hoje em áreas de ocupação irregular e é alvo de uma política municipal de

⁴⁹ Referência ao Projeto Portais da Cidade que visa a implementação de um novo sistema de circulação e transporte no centro da cidade, a partir da parceria público-privada. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/ppp/usu_doc/mi_anexo_i_modelo_conceitual.pdf

remoções que oferece como opções casas de passagem, aluguel social e bônus moradia. Tais alternativas apareciam nas falas dos representantes comunitários como estando marcadas por “insegurança” e “incertezas”. Estes representantes cobravam do MPF uma resposta aos problemas que as populações vêm sofrendo, lembrando que estavam buscando o diálogo, trazendo o problema para ser discutido, mas que, se fosse preciso, estavam dispostos ao enfrentamento e à ocupação das ruas. O Movimento de luta pelo Morro Santa Teresa era citado, novamente, como exemplo de vitória popular.

Boa parte das pessoas que subiram ao palco na Audiência Pública esteve presente no Seminário “Mega-projetos e o Direito à Cidade”, descrito acima, bem como as falas convergiam com debate realizado no Seminário. De certa forma, a convocação da Audiência ia ao encontro das estratégias de ação conjuntas discutidas no âmbito do primeiro evento.

A seguinte atividade que participei foi a reunião convocada pelo FERU/RS, em conjunto com os Comitês Populares da Copa de Porto Alegre, na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. O objetivo da plenária era avaliar a mobilização realizada até aquele momento, principalmente a reunião nacional dos Comitês Populares da Copa e a Audiência Pública sobre os impactos das obras da Copa com o MPF no dia 25 de março.

A reunião ocorreu no dia 31 de março de 2011 e foi o primeiro momento em que tive contato com os “bastidores” nos quais se organizavam os eventos públicos nos quais vinha participando. Nesta reunião – cuja dinâmica caracterizou-se pela apresentação, informes, discussão da pauta e encaminhamentos –, pude visualizar o processo articulatório de construção de ações, os debates, as avaliações, a diversidade de atores e a expressão das opiniões. Foi nesse momento que pude começar a apreender os papéis desempenhados por diferentes atores e a começar a compreender que, apesar de envolvidos no mesmo processo conflitivo, o Fórum não era o Comitê e vice-versa (mesmo que, neste momento, ainda não distinguia por completo o emaranhado de atores e espaços em relação). Também foi a partir dessa reunião que fui “autorizada” a participar das reuniões semanais do FERU/RS e, posteriormente, das reuniões dos Comitês Populares da Copa. Desde então, passaram-se sete meses participando de reuniões, eventos e ações promovidas por estes atores.

Já nesses primeiros contatos, que possibilitaram a imersão em campo e a realização dessa pesquisa, a utilização do método etnográfico foi fundamental. Se, num primeiro momento, com a re-ativação do FERU/RS, a idéia era trabalhar o processo de confrontação às intervenções por parte do Poder Municipal relacionado ao mega-evento a partir desse espaço, à medida em que fui entrando em contato com os sujeitos que tornavam vivo o processo contestatório a unidade empírica desse trabalho foi se modificando. Ela extrapolava o

FERU/RS como objeto empírico e transformava-se numa complexa rede de relações em ação.

Assim, a construção da problemática se deu de maneira interativa; nas “idas e vindas” da pesquisa relacionadas com as leituras teóricas que guiavam este trabalho, a interação com o campo foi transformando o próprio objeto de pesquisa. Sobre o processo de construção do objeto de pesquisa a partir da etnografia política, Auyero (2005, p.120) nos ensina que

“Pero quando comienzas com el trabajo de campo vas conociendo gente y surgen cuestiones que te interesan más. Hablando em términos argentinos, hay cosas que te calientan más que otras. Se presentas entonces, de manera um tanto dialéctica, um processo de construcción del objeto de estudio que tiene que ver com tus interacciones em el campo, com tus lecturas, com tus preocupaciones. Tudo eso va redefiniendo el objeto de estudio”.

O uso do método etnográfico possibilitou visualizar a interação entre os diferentes grupos sociais que participavam das reuniões e apreender a construção do processo de articulação contestatário. As reuniões constituíam um momento de sociabilidade no qual se identificavam os adversários, se expressavam os conflitos entre as diferentes organizações em decorrência das estratégias de luta, atribuíam-se oportunidades e ameaças para a ação, definiam-se os espaços a serem ocupados e as estratégias a serem utilizadas, mobilizavam-se recursos e havia grande troca de informações sobre os diversos conflitos urbanos localizados, remetendo ao processo de intervenção urbana de maneira “global”. Assim, muitas vezes, as discussões ultrapassavam as organizações presentes, referindo-se à necessidade de mobilizar outros grupos sociais que sofriam de um mesmo processo/modelo excludente de cidade.

Desse modo, foi possível mapear os diversos grupos em relação, que através do estabelecimento de coalizões davam vida aos espaços pesquisados. A participação nas discussões e na construção das ações tornou possível apreender como os grupos percebiam e se apropriavam da mudança social para construir o processo contestatário e identificar os diversos mecanismos (a ação de mediadores/“articuladores”, a atribuição de ameaça/oportunidade, a criação/apropriação organizacional, a inovação de repertórios e a certificação), que através de sua articulação possibilitavam a mobilização social em estudo. Por fim, ao seguir os atores nas suas atividades cotidianas pude apreender as redes, os entrecruzamentos, os vínculos que de outra maneira não seria possível perceber.

2.2 O Fórum Estadual de Reforma Urbana do Rio Grande do Sul – FERU/RS

O FERU/RS integra o Fórum Nacional de Reforma Urbana, uma rede nacional, fundada em 1987, que articula movimentos populares, associações de classe, ONGs e

instituições de pesquisa que querem promover a Reforma Urbana no Brasil⁵⁰. Conforme colocado anteriormente, entre os anos 1980 e 1990, o FERU/RS foi um importante espaço de articulação dos movimentos urbanos na luta pelo acesso à cidade. Articulado principalmente pelas ONGs que atuavam na perspectiva da Reforma Urbana em Porto Alegre – FASE, CAMP e Cidade –, este Fórum se orientava para a discussão de questões mais gerais que marcavam a conjuntura nacional e estadual e para a intervenção em diversos processos de luta sociais e/ou disputa da política urbana (SILVA, 2004). Com a promulgação da Constituição de 1988, as ONGs articuladas com os movimentos populares buscaram intervir no processo de elaboração da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul e da Lei Orgânica de Porto Alegre, visando a construção de uma base legal-institucional que sustentasse e legitimasse a reforma urbana (SILVA, 2004).

Em Porto Alegre, com o processo de implementação dos mecanismos institucionais de participação, mais especificamente na primeira gestão da Frente Popular (1989-1992), as organizações e movimentos urbanos passam a debater a participação da população no orçamento municipal, ao mesmo tempo em que pressionam o Governo Municipal para a introdução de políticas públicas que viabilizassem o acesso à terra e à habitação (SILVA, 2004). Na verdade, o Governo da Frente Popular, ao qual muitos atores do FERU/RS apresentavam uma vinculação partidária explícita, introduz uma alteração significativa nas relações entre Estado e sociedade civil através de inovadores processos de participação popular, com destaque para o Orçamento Participativo (OP) (SILVA, 2004). Assim, os diferentes atores políticos até então engajados no Fórum passam a investir na atuação institucional, visando “fazer funcionar” a gestão democrática participativa inaugurada.

Esse processo pode ser percebido na fala do representante da ONG Cidade, em uma de nossas conversas ao longo do meu trabalho campo, quando ele me contava sobre a mudança na atuação da ONG nos processos de luta urbana em Porto Alegre:

“[...] nessa época (meados dos anos 1990) havia toda uma fé nesse processo, na Reforma Urbana, na construção do que virou o Estatuto da Cidade depois, era uma idéia que se tinha, uma aposta muito grande [...] no início a gente fez várias oficinas para trabalhar em cima das leis que foram construídas na Câmara de Vereadores, que anteciparam o Estatuto da Cidade de certa forma e também defender as idéias [...] a idéia aqui era da defesa desses instrumentos (Banco de Terras, Fundo Urbano Municipal, Banco de Materiais). Todas as idéias que previam uma regulação forte do Estado. [...] A partir daí as coisas foram mudando, a gente foi voltando o eixo para o OP, porque ali parecia que de fato, como

⁵⁰ Disponível em: <http://www.forumreformaurbana.org.br/index.php/quem-somos.html> [acessado em Novembro de 2011]

tinha população e aquilo dava uma base importante do ponto de vista político para o governo, era onde acontecia alguma coisa”. (diário de campo)

Segundo o site da entidade⁵¹, o “Cidade – Centro de Assessoria e Estudos Urbanos” é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, laica e autônoma em relação ao Estado e a partidos políticos. Ela possui como princípios

“o direito à cidadania e a autonomia dos movimentos populares, buscando contribuir na participação efetiva da população na gestão da cidade, especialmente nos processos de planejamento urbano e no Orçamento Participativo”. (CADERNOS DA CIDADE, 2010)

Para isso, desenvolve uma série de ações como a montagem do “Ciclo Orçamentário”, o “Jornal de Olho no Orçamento”, as Cartilhas “Desdobrando o OP” e o “Ciclo do OP”, o “Boletim do Cidade”, pesquisas, atividades de formação, acompanhamento do Conselho do Orçamento Participativo e assembleias, entre outras. As ações da ONG são realizadas a partir de uma série de parcerias com entidades, convênios, contratos, projetos, prestação de serviços e assessorias com instituições privadas e órgãos públicos, nacionais, internacionais; atua conjuntamente com órgãos de pesquisa, universidades, entidades afins e organizações de movimentos populares.

Os dois representantes da ONG Cidade, que participavam do espaço do FERU/RS, foram interlocutores importantíssimos na minha inserção em campo e na aceitação pelos diferentes grupos que transitavam pelo espaço do FERU/RS. Foi através deles que partiu a proposta de reconstrução do Fórum⁵² como espaço para re-articulação de entidades, organizações sociais e movimentos comunitários, visando a construção de alternativas aos processos de intervenção urbana que estão se dando hoje em Porto Alegre, principalmente em consequência da Copa do Mundo FIFA 2014. Na abertura do Seminário “Mega-Projetos e o Direito a Cidade”, um dos representantes do Cidade falou dos objetivos do espaço do FERU/RS ao fazer um resgate da proposta de reconstrução desse espaço:

“a idéia de reconstruir o Fórum surgiu no Fórum Social Mundial de 2010, com a reunião de algumas entidades numa sessão especial em Canoas [...] A partir daí surgiu a idéia de reconstruir, de chamar os movimentos sociais para ajudar nessa reconstrução, de articular parcerias com ONGs, setores da universidade, muito em cima dos problemas que a gente vem

⁵¹ Disponível em: http://www.ongcidade.org/site/php/quem_somos/quem_somos.php?acao=objetivos [acessado em Novembro de 2011]

⁵² A proposta de re-articulação do espaço do FERU/RS foi feita em 2010, durante o seminário “Reforma Urbana e Integração Metropolitana”, realizado no FSM 2010, em Canoas. Disponível em: http://www.ongcidade.org/site/php/noticias/noticias.php?area=jornal&completa&id_noticia=1321 [acessado em Novembro de 2011]

vivendo ultimamente e dizem respeito a um conjunto de mega-projetos que vem se alocando sobre a cidade; e paralelamente ou em confluência, um enorme volume de recursos destinados à habitação de interesse social, para projetos urbanísticos que vem do Governo Federal sem que as comunidades pudessem se organizar e dar respostas articuladas a todos esses processos. A idéia é de que se pudesse globalizar o entendimento e a consciência sobre esses processos que vem se dando de forma fragmentada, sem que se possa organizar alternativas, tanto do ponto de vista técnico, jurídico ou político de forma articulada e consistente. Dando conseqüência a isso é que está se propondo o Seminário [...] pensando em uma articulação e na construção de uma capacidade organização e luta em defesa do direito a cidade pela população de Porto Alegre (principalmente nas questões de remoção)”.⁵³

A idéia de reconstruir o FERU/RS relaciona-se, em certa medida, com uma reorientação da atuação da ONG Cidade, fruto de uma crítica crescente aos espaços de participação institucional nos quais a entidade tinha centrado sua atuação desde meados da década de 1990 (e, em particular, do OP), especialmente a partir da gestão de José Fogaça na Prefeitura de Porto Alegre. O Cidade atuou durante mais de quinze anos na capacitação e assessoria aos participantes do OP através da divulgação de informações, da elaboração de oficinas, seminários, cartilhas, visando a efetividade de uma gestão participativa.

“No final dos anos 90, lá por 2000, começa a gente perceber que tinha sérios problemas em função dos enfeudamentos dos vários territórios a partir de grupos políticos e tendências dentro do OP [...] O nosso espaço de entrada nas regiões foi se estrangulando progressivamente. Então, a gente, em um certo tempo, entrava em quase todas as regiões. Depois, com o PT mesmo, a gente passou a não poder entrar em algumas regiões. Aí no governo Fogaça isso foi se agravando ainda mais, assim, regiões onde a gente tinha tido bastante influência, Partenon, foi apertando [...] e a gente passou a ter muita pressão dentro do COP. Então, começou a ter uma pressão grande contra o Cidade, até que a gente teve assim o apogeu disso, quando a gente trouxe uma delegação da África do Sul para o Conselho do Orçamento Participativo e não deixaram eles terem a palavra para dizerem o que eles estavam fazendo, de onde vinham. E depois a coordenação fez uma crítica ao Cidade e todos aplaudiram. Aí a gente sentiu que não tinha chance ali, de continuar a fazer o trabalho que pudesse avançar”. (diário de campo – representante da ONG Cidade)

Com essa progressiva perda da capacidade de influenciar no processo de gestão urbana da cidade através dos espaços institucionais de participação, a ONG passa a repensar a sua atuação junto aos setores comunitários de Porto Alegre e reestruturar suas ações para tensionar o modelo de desenvolvimento urbano na cidade. Algumas iniciativas que estavam

⁵³ Essa fala foi registrada em vídeo. Disponível em: <http://www.ongcidade.org/site/php/noticias/videos.php> [acessado em Novembro de 2011]

ocorrendo na cidade, bem como a realização da Copa do Mundo FIFA 2014, propiciaram a construção de novas ações. Segundo representante da ONG Cidade:

“Quando é que a gente redescobriu que haveria potencial de alguma coisa? A partir de algumas iniciativas de algumas associações que começaram a fazer, como a AMOVITA⁵⁴, ali junto à PUC, lá na [Região] Nordeste com o trabalho da XXX, conselheira que sempre ficou próxima da gente. E, mais recentemente, a partir do ano passado, com um pouco assim a gente já vinha construindo com o MST urbano uma discussão [...] E principalmente com a definição das obras da Copa e todo o processo da Copa e mais com o que vinha acontecendo com a instrumentalização do MCMV⁵⁵, começou a surgir, então, um espaço de crítica. Tanto que no ano passado a gente redirecionou toda a nossa lógica para a reconstrução do Fórum da Reforma Urbana e para a articulação com os Comitês da Copa”. (diário de campo).

Assim, em 2010, a ONG Cidade se retira dos espaços institucionais e passa a trabalhar na realização de ações por fora destes espaços, com o objetivo tensionar a “banalização dos processos participativos” e apoiar a organização de “espaços autônomos de participação popular” (CIDADE, 2010), visando à construção de uma nova agenda de mobilização e proposição de alternativas. Esse processo começa a ser explicitado em 2010, no âmbito da programação do Fórum Social Mundial, em Canoas. Além da proposta de re-ativação do FERU/RS, a ONG Cidade realizou uma oficina intitulada “Orçamento Participativo: poder popular ou exclusão participativa”, propondo uma “Carta em Defesa do Orçamento Participativo – transformador da vida e fortalecedor do poder popular”, tendo em vista iniciar um movimento de reafirmação dos princípios que estruturaram originalmente o OP enquanto ferramenta de radicalização democrática da gestão pública. Ao mesmo tempo, a ONG Cidade, que nos últimos anos ficou praticamente restrita à discussão do orçamento municipal da cidade de Porto Alegre⁵⁶, retoma seu vínculo de origem com o planejamento urbano e a gestão democrática da Cidade (Cadernos da Cidade, 2010).

A fala do representante da ONG Cidade, registrada em ata da reunião do FERU/RS, no dia 20 de dezembro de 2010, sintetiza o processo de retirada da ONG dos espaços institucionais e a busca de alternativas de reaproximação dos movimentos comunitários de Porto Alegre, bem como pretende influenciar no modelo de cidade que vem sendo implementado em Porto Alegre a partir da proposta de reconstrução do Fórum:

⁵⁴ Associação de Moradores da Vila São Judas Tadeu

⁵⁵ Programa Minha Casa, Minha vida. É um programa do governo Federal, em parceria com Estados, municípios, empresas e movimentos sociais para a construção de habitação popular. Disponível em: http://www1.caixa.gov.br/popup/home/popup_home_9.asp [acessado em Novembro de 2011]

⁵⁶ Participou dos espaços de planejamento por um curto período

“A ONG Cidade decidiu entrar na questão urbana não por acaso. Vínhamos sendo surrados no OP. O trabalho de formação que desenvolvia nas regiões foram cada vez mais curto-circuitados pelo governo e percebemos que por dentro do processo, nos espaços de co-gestão, não se podia fazer nada, pois nestes espaços é o governo que circui. [...] Por isto o Cidade veio para a questão urbana, porque justamente a neutralização do espaço vem se expressando diretamente na questão da moradia. O que esvaziou no OP foi a questão habitacional. Discreto charme que o OP teve foi levar urbanização, infra-estrutura e convênios com vários serviços. Levava-se a cidade para onde era precária ou inexistente. [...] Neste contexto o Cidade participa não somente com assessoria, mas volta o papel organizativo de reconstruir autonomia das entidades. O Buzatto mostrou que é possível controlar pessoas através do processo e neutralizam qualquer ação que tente contestar isto. O sentido de construir organização autônoma tem a ver com necessidade de construir outra agenda de participação popular que não está mais sendo contemplada neste governo. O sentido de ter um Fórum é também de apostar nos Comitês e retomar uma capacidade de mobilização que estava muito neutralizada. (Ata reunião dezembro de 2010)

Assim, é nessa conjuntura político-institucional de progressiva erosão dos canais de participação institucional, somada ao contexto específico da Copa do Mundo FIFA 2014 (que, para sua realização, exige grandes intervenções urbanas que modificam a paisagem sócio-urbana da cidade), que se dá a iniciativa de reconstrução do FERU/RS. Com adesão de 47 pessoas à proposta de re-ativação do espaço do FERU/RS apresentada no âmbito do FSM 2010, a ONG Cidade ficou responsável por organizar a primeira reunião com as seguintes organizações: Central dos Movimentos Populares (CMP), Federação Estadual Gaúcha Associação de Moradores (FEGAM), Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) e Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN). Esta reunião ocorreu no mês de agosto de 2010.

A partir de então, passaram a ocorrer reuniões quinzenais, realizadas na sede da ONG Cidade, tendo como eixo de discussão o direito à cidade frente aos impactos das obras vinculadas a Copa do Mundo FIFA 2014 (CIDADE, 2010). As organizações participantes do FERU/RS passaram a trabalhar junto às comunidades atingidas pelos mega-projetos e atuar para efetivação do direito à cidade e das funções sociais da propriedade.

Até dezembro de 2010, período em que foi realizado o Seminário “Mega-Projetos e o Direito a Cidade”, meu primeiro contato com esse universo empírico, as ações do Fórum foram dedicadas à construção de um Manifesto⁵⁷ (anexo) que resultou da elaboração de um

⁵⁷ O Manifesto intitulado “Por uma Porto Alegre Democrática, Livre e de Todos” propõe alternativas ao Projeto Lei da prefeitura de Porto Alegre que cria as Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), para os inscritos no

mapa com a localização das Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) definidas por um Projeto Lei da Prefeitura⁵⁸; a definição da Plataforma do Fórum e a construção do próprio Seminário.

No site do FERU/RS⁵⁹ encontram-se expressos alguns de seus objetivos a partir dos pontos que constituem sua plataforma de ação:

- 1) Avaliar as políticas governamentais, tais como o PAC e o Programa Minha Casa Minha Vida;
- 2) Acompanhar os projetos relacionados à COPA 2014 e os impactos em relação ao direito à cidade das comunidades atingidas;
- 3) Incentivar a implementação de Planos Diretores baseados na participação popular e na democratização do espaço urbano;
- 4) Reivindicar a aprovação do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social e dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social;
- 5) Articular as lutas pelo direito à cidade das comunidades e movimentos do RS;
- 6) Proporcionar espaços de debates e definições de estratégias comuns de luta;
- 7) Ser um espaço aberto e voltado para o debate e para a construção de ações com as comunidades.

As organizações e entidades que integravam o FERU-RS no momento da pesquisa eram: ONG ACESSO - Cidadania e Direitos Humanos; Associação de Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre ; Associação Geógrafos Brasileiro Nacional; Associação de Moradores da Vila São Judas Tadeu; Centro de Assessoria Multiprofissional; ONG Cidade; CMP ; Comitê Popular Copa 2014; CONAM; FEGAM-RS; Fórum de Justiça e Segurança Região Noroeste; Fórum Nacional de Reforma Urbana; Instituto de Direitos Humanos; IPES; Movimento Nacional de Luta pela Moradia-RS; Observatório das Metrôpoles - Núcleo Porto Alegre; O Morro é Nosso; Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo; Rede Planos Diretores Participativos; Serviço de Assessoria Jurídica Universitária/UFRGS ; Sindicato dos Empregados e Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Fundações Estaduais do RS.⁶⁰

2.3. Percurso da pesquisa junto ao FERU/RS

Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e para os re-assentamentos envolvendo a Copa de 2014 na capital. Disponível em:

http://observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_content&view=article&id=1512&catid=43&Itemid=88%E2%8C%A9=pt [acessado em Novembro de 2011]

⁵⁸ O Projeto de Lei nº 854/10, que determina a localização das AEIS para o PMCMV e para os re-assentamentos decorrentes das obras da Copa de 2014, definiu quase totalidade das 31 áreas em locais para além dos bairros populares atuais. Concentrando a disponibilidade das AEIS na Restinga e Extremo-Sul.

⁵⁹ Disponível em: <http://reformaurbanars.blogspot.com/p/teste.html> [acessado em Novembro de 2011]

⁶⁰ Disponível em: <http://reformaurbanars.blogspot.com/p/organizacoes-que-atuam-no-feru-rs.html> [acessado em Novembro de 2011]

Desde meu primeiro contato mais próximo com os atores envolvidos no processo de contestação às “obras da Copa”, em março de 2011, na reunião de avaliação da Audiência Pública, passaram-se sete meses de acompanhamento das discussões em torno do espaço do FERU/RS. As reuniões ocorriam, na maioria das vezes, na sede da ONG Cidade, organização responsável pela coordenação (sempre acompanhada pela palavra “provisória”).

A sede é um casarão antigo localizado no bairro Bonfim, na cidade de Porto Alegre. As reuniões ocorriam sempre depois das 18 horas, turno em que os compromissos profissionais dos participantes já haviam sido realizados. Da porta de entrada até a sala de reunião, uma porção de quadros, livros, revistas e panfletos sobre o tema da participação, principalmente no espaço do OP, da reforma urbana e da gestão democrática saltavam aos olhos. Ao chegar na sala de reunião, geralmente algumas pessoas já estavam sentadas ao redor de uma grande mesa oval e as conversas paralelas, que geralmente tornavam-se os informes da reunião, os quais assim eram antecipados.

Porém, as duas primeiras reuniões que participei ocorreram na sede da Federação Gaúcha das Associações de Moradores⁶¹, localizada na Rua dos Andradas, no centro de Porto Alegre. Era uma tentativa de distanciar um pouco o espaço do FERU/RS da ONG Cidade, objetivando que outras organizações (FEGAM, CONAM, MNLM) assumissem a coordenação, o que não ocorreu ao longo do meu campo, voltando sempre a acontecer na sede do Cidade. Quando surgia a discussão sobre a coordenação do Fórum, os representantes da ONG Cidade enfatizavam o caráter provisório, salientando: “a ONG Cidade não tem pretensões de liderar o processo, entendendo que os movimentos têm que assumir esse papel” (diário de campo).

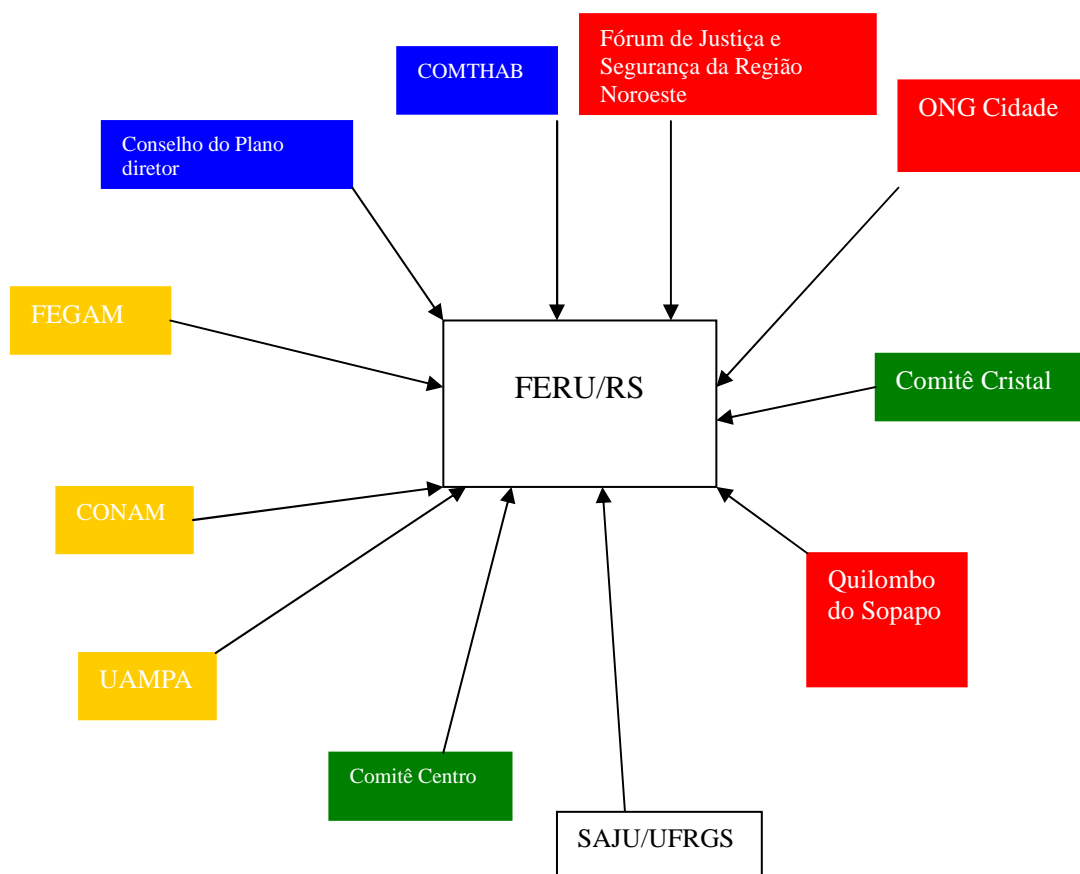
Nas reuniões, uma pluralidade de organizações e atores sociais transitavam no espaço do FERU/RS, conformando um emaranhado de difícil compreensão num primeiro momento. O acompanhamento constante das reuniões e eventos realizados possibilitou o desenho de uma rede de interações políticas de trocas de informação, recursos e estratégias de ações conjuntas, trama relacional que será tratada posteriormente. Ao mesmo tempo, possibilitou delinear a coalizão específica em torno do Fórum, ou seja, o pequeno grupo de atores que atuava cotidianamente no espaço do FERU/RS. Assim, o número de organizações que atuam formalmente no Fórum é muito maior do que o número de pessoas presentes nas reuniões. Isso não quer dizer que essas organizações não participassem, mas que muitas eram acionadas

⁶¹ <http://fegam-rs.blogspot.com/>

em momentos específicos, como palestras, oficinas ou para assinar documentos⁶².

As reuniões tinham caráter auto-gestionário, apesar da coordenação se concentrar na figura de alguns atores. A dinâmica se repetia: a apresentação dos participantes, informes, discussão de pauta e encaminhamentos. No primeiro momento, todos eram convidados a dizer seu nome, organização da qual faziam parte e o trabalho que desenvolviam. O momento dos informes era dedicado à socialização de informações sobre os conflitos urbanos localizados na cidade e, em muitos momentos, era feita a avaliação da conjuntura político-institucional no qual estavam inseridos. As pautas constituíam basicamente na discussão das ações a serem realizadas pelo FERU/RS, seguida dos encaminhamentos.

Abaixo o mapeamento das organizações participantes das reuniões ao longo da minha participação⁶³:



⁶² Exemplo são o manifesto elaborado pelo FERU e uma Carta enviada à Caixa Federal denunciando a falta de projetos de re-assentamento do poder público municipal para as comunidades atingidas pelas obras da Copa 2014 Disponível em: <http://reformaurbanars.blogspot.com/search/label/Carta%20CEF>

⁶³ Na figura as organizações foram diferenciadas pela característica organizativa. Em amarelo: entidades de associações de moradores; em azul: conselhos municipais; em vermelho: organizações sociais e em verde: os comitês populares da Copa 2014.

Ao longo do mês de abril de 2011, as organizações que atuavam no FERU/RS dedicaram-se à preparação da reunião de coordenação do Fórum Nacional de Reforma Urbana, que ocorreria nos dias 5 e 6 de maio em Porto Alegre. Dos dois encontros que participei, a pauta tinha como discussão a agenda preparatória para a reunião de caráter nacional, que basicamente consistia em questões técnicas, como recursos para almoço e alojamento, e a definição da pauta e posicionamento do FERU/RS.

Nos dias 05 e 06 de maio, participei do Encontro do Fórum Nacional de Reforma Urbana junto aos representantes do FERU/RS. Entre os temas debatidos, destacam-se: avaliação da relação entre conjuntura político institucional nacional e os movimentos urbanos; discussão sobre as propostas de alteração do Estatuto da Cidade que estão tramitando na Câmara dos Deputados; discussão sobre a revisão do Código Florestal e seus impactos na área urbana; e a constituição de uma agenda propositiva do FNUR nos conflitos fundiários urbanos e as intervenções da Copa 2014.

A realização desse Encontro em Porto Alegre tinha como objetivo o movimento de descentralização do FNUR, na tentativa de fomentar a organização e atuação dos fóruns regionais. Ao longo do Encontro, a cidade foi exaltada pelo seu histórico ativismo e por ser a cidade brasileira que está atualmente mais organizada no enfrentamento dos problemas sociais gerados pela realização da Copa do Mundo. Durante esse evento, uma noite foi dedicada à apresentação das ações do FERU/RS. A partir do resgate histórico, sempre feito pelo representante da ONG Cidade, foi destacada a importância de se constituir um Fórum com caráter estadual, rompendo com a tendência de concentração em Porto Alegre, na medida em que o Governo do Estado representava um facilitador da política urbana focada nos mega-eventos.

No final de maio, foi marcada uma reunião para a avaliação dos encaminhamentos tirados no Encontro. Entre os assuntos tratados estavam: a articulação da Região Sul, os Grupos temáticos e de trabalho, a política nacional de resíduos sólidos e direito à moradia, as áreas com risco de habitação. Até a metade de junho, o FERU/RS não realizou nenhuma reunião.

Por fim, a última reunião que participei junto ao espaço do FERU/RS foi no dia 19 de setembro de 2011, a qual tinha como pauta a vinda de Raquel Rolnick a Porto Alegre⁶⁴, a

⁶⁴ Raquel Rolnick é urbanista, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e relatora especial da Organização das Nações Unidas para o direito à moradia adequada. Foi a partir da iniciativa dela que iniciou o processo de denúncia em torno da Copa 2014 no Brasil. Disponível em: <http://raquelrolnick.wordpress.com/?s=comit%C3%AAs+populares+da+copa> [acessado em Novembro de 2011]

resposta à carta enviada a Caixa Federal⁶⁵ e a comemoração dos dez anos do Estatuto da Cidade pela Prefeitura em parceria com o Ministério Público.

2.4 O Comitê Popular da Copa de Porto Alegre

O Comitê Popular da Copa de Porto Alegre 2014 integra uma rede nacional de articulação de Comitês Populares nas doze cidades brasileiras que serão sede de jogos Copa do Mundo FIFA 2014. Segundo nota divulgada pela articulação nacional⁶⁶, os Comitês Populares são organizações da sociedade civil, compostos por movimentos, ONGs, associações e pessoas preocupadas com o “legado social” que vem sendo construído em nome dos mega-eventos e que atuam no sentido de garantir os Direitos Humanos, nos seus mais distintos aspectos, das diversas populações atingidas pelos impactos destes eventos, organizando atividades as mais distintas possíveis, visando sempre à conscientização política e a luta e resistência por direitos.

O tensionamento em torno da realização do mega-evento no Brasil por parte das diversas organizações sociais se dá no sentido do “legado” sócio-ambiental, tão anunciado por governos e empresas, para suposta a melhoria da qualidade de condições de vida nas cidades-sedes. A partir do exemplo de diversas experiências de países que sediaram eventos esportivos de grande porte (inclusive o Brasil, que sediou os Jogos Panamericanos, em 2007), que muitas vezes implicam em violações de direitos e desencadeiam impactos negativos, os Comitês da Copa tensionam a idéia de que esses eventos necessariamente trazem melhorias. Argumentando que no Brasil já há indício de violações de direitos em torno da realização da Copa, as organizações, em documento divulgado na plataforma virtual de articulação dos Comitês⁶⁷, apontam

“a necessidade, e mesmo urgência, de articular e mobilizar uma ampla rede de organizações sociais e populares, órgãos de defesa de direitos e controle do orçamento, com protagonismo das comunidades diretamente afetadas para, em cada bairro afetado, em cada uma das cidades-sede e no âmbito nacional, monitorar as intervenções pública e privadas e, sobretudo, levar adiante ações integradas em torno das seguintes pautas e

⁶⁵ Os integrantes do FERU/RS elaboraram uma carta endereçada à Caixa Econômica Federal denunciando a ausência da aprovação das comunidades ao Plano de Re-assentamento da Avenida Tronco. A iniciativa visava tensionar o governo federal quanto ao fato de que a construção dos projetos de re-assentamento, das famílias atingidas pela Copa 2014, estavam sendo feitos sem a participação das comunidades. Questionavam a ausência de informações sobre os projetos habitacionais referentes as comunidades. A carta pode ser acessada em: http://www.ongcidade.org/site/php/noticias/noticias.php?id_noticia=1464 [acessado em Novembro de 2011]

⁶⁶ Disponível em: <http://direitoamoradia.org/pt/noticias/blog/megaeventos/> [acessado em Novembro de 2011]

⁶⁷ <http://megaeventos.ning.com/> [acessado em Novembro de 2011]

agendas: Transparência e acesso a informações; Publicização do Orçamento relacionado a copa; despejo zero; Participação na discussão sobre obras a serem realizadas; Legado sócio-ambiental e de ampliação de direitos; Repúdio a cidade de exceção”.

A iniciativa de construir essa articulação nacional surgiu no Seminário “Impactos urbanos e violações de direitos humanos nos mega-eventos esportivos”⁶⁸, que ocorreu nos dias 8 e 9 de novembro de 2010 em São Paulo. A realização desse evento resultou da parceria entre a Relatoria da ONU para o Direito à Moradia Digna, o Núcleo de Direito à Cidade do Departamento Jurídico XI de Agosto e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. O Seminário tinha como objetivo articular as comunidades impactadas com os mega-eventos e as organizações e redes que estão tratando do tema, visando ações conjuntas e articuladas. Participaram, além de acadêmicos brasileiros e de representantes de organizações da sociedade civil das cidades-sede da Copa do Mundo de 2014, pesquisadores da Grécia, da África do Sul e do Reino Unido, que relataram experiências de mega-eventos e seus impactos junto a comunidades. No Seminário, participaram como representantes da cidade de Porto Alegre dois militantes do MST/RS e um integrante do Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo.

O Comitê de Porto Alegre que integra essa rede nacional foi formado a partir da articulação de organizações – entre elas o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra⁶⁹, o Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo⁷⁰, a ONG Amigos da Terra Brasil⁷¹ e o Levante Popular da Juventude⁷² – que já vinham desenvolvendo ações de organização e mobilização social em torno de conflitos urbanos na cidade, relacionados a processos de luta sobre questões ambientais e de ocupações do solo urbano. Exemplos são as mobilizações sociais já citadas anteriormente, o Movimento em Defesa da Orla e o Movimento “O Morro é Nosso”, nos quais essas organizações foram atores importantes. A realização dos jogos da Copa na cidade potencializa o cenário de mobilização ao exigir intervenções urbanas que convergem com os conflitos anteriores, na medida em que prevê remoções de famílias que vivem em áreas irregulares, ao mesmo tempo em que há uma série de alterações na legislação em benefício da iniciativa privada.

“o Comitê Local (em Porto Alegre) vem de um processo de luta sobre questões ambientais e de ocupações do espaço público, já havendo,

⁶⁸ Disponível em: <http://direitoamoradia.org/pt/noticias/blog/megaeventos/copa-do-mundo-e-olimpadas/2010/11/25/seminario-no-rio-complementa-a-agenda-de-articulao-sobre-megaeventos-esportivos/> [acessado em Novembro de 2011]

⁶⁹ Mais informações em: <http://www.mst.org.br/taxonomy/term/235> [acessado em Novembro de 2011]

⁷⁰ Mais informações em: <http://quilombodosopapo.blogspot.com/> [acessado em Novembro de 2011]

⁷¹ Mais informações em: <http://www.natbrasil.org.br/noticias.htm> [acessado em Novembro de 2011]

⁷² Mais informações em: <http://levantepopulardajuventude.blogspot.com/> [acessado em Novembro de 2011]

portanto, uma situação de enfrentamento com o governo e uma articulação com diversos grupos” (Diário de campo: representante do Núcleo Amigos da Terra).

É importante ressaltar que a atuação dessas organizações na temática urbana, principalmente na questão da moradia, é recente. Tradicionalmente, em Porto Alegre, o movimento comunitário, organiza-se a partir das associações comunitárias e de organizações como a FEGAM, a CONAM e a UAMPA e atua principalmente nos espaços institucionais.

Essas mudanças na atuação se expressa no depoimento de uma entrevistada, quando esta relata o processo de articulação dessas organizações, destacando sempre a capacidade de mobilização que tinham e a intenção de construir um outro tipo de espaço, mais contestatório e autônomo:

“são organizações (a Cidade, os Amigos da Terra, o MST, o Quilombo) que estão recentemente entrando nesse debate, nessa pauta mais urbana assim que vinha sendo discutida antes muito em cima dos partidos, dessas...como é o nome? Dessas associações de bairro, outras organizações que se articulavam em cima do OP. As associações comunitárias é, tem uns nomes assim...a UAMPA, e...” [...] então, que são fortes ainda, que articulam realmente a questão, mas sim, ligados nessa estrutura de uma forma política consolidada já em Porto Alegre que é baseada no OP, na representatividade, nessa coisa toda. [...] O MST e os Amigos da Terra têm um pouco essa preocupação, de sim, nós temos lideranças consolidadas, históricas e que foram significativas e continuam sendo, mas que existe uma necessidade de renovação de quadros, de organizar uma outra forma de fazer política que também não seja tão enraizada nos partidos, que tenha uma independência política, né, então um pouco isso”. (representante do MST/RS)

O dossiê⁷³, que sintetiza as informações sobre os impactos registrados por algumas cidades que já sediaram a Copa do Mundo e sobre as alterações já ocorridas em Porto Alegre, apresentado em diversos espaços por ativistas do MST e da ONG Amigos da Terra Brasil, foi a primeira ação realizada para explicitar os conflitos em torno da Copa. Este dossiê destaca a falta de informação por parte da Prefeitura sobre os andamentos das obras, projetos e valores. Também denuncia as alterações no regime urbanístico da cidade em nome da Copa para elevar os índices construtivos. Conversando com XX sobre o início do Comitê em Porto Alegre,

“E aí começamos a procurar né. Obras que vão acontecer, quantas famílias, conversar com lideranças, para entender e manter essa apresentação e que a gente começou a fazer essa apresentação nos mais

⁷³ Disponível em: <http://comitepopularcopapoa2014.blogspot.com/p/documentos.html> [acessado em novembro de 2011]

variados lugares, com o objetivo de levar informações mesmo, pois em nenhum momento a Prefeitura tinha chegado lá e discutido com eles o que isso representava, claro né, com outro olhar né, de movimento social né. Então, problematizando tudo isso, também para poder instigar nas pessoas essa postura mais crítica. E a partir dali a gente começou as reuniões mesmo, fizemos, temos esse grupo mais, digamos assim, mais fechado não né, mas de pessoas que estão mais dispostas a discutir a conjuntura, que se reúnem no Quilombo do Sopapo e depois fizemos outras plenárias maiores, onde aconteciam as apresentações e outros debates mais pontuais sobre o que toca nas pessoas mesmo que é as moradias delas”. (diário de Campo – representante do MST)

2.5 O Comitê Popular da Copa de Porto Alegre – região Cristal

O Comitê Popular da Copa – região Cristal foi formado no final de 2010, a partir da articulação entre representantes do Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo, MST, Levante da Juventude e Núcleo Amigos da Terra. O objetivo era fomentar o processo de articulação comunitária da região para tensionar e contestar as ações por parte do Poder Público municipal na região, visto que a principal obra da Copa será realizada ali, implicando na remoção de milhares de famílias que vivem hoje em ocupações irregulares.

As reuniões ocorriam no Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo. Este se localiza no Bairro Cristal e é resultado de um convênio com o Ministério da Cultura, através do Programa Cultura Viva, desenvolvido pela ONG Guayí⁷⁴. Segundo o blog⁷⁵ do Quilombo do Sopapo, o projeto busca incentivar e desenvolver ações comunitárias com jovens que integre arte, cultura, cidadania e economia solidária, estimulando a afirmação dos direitos da construção de uma cultura de não-violência.

Nas palavras de um ativista do Quilombo do Sopapo: “somos um quilombo pelo que fazemos, pela resistência [...] somos um espaço autônomo, organizado pelas comunidades, tendo como uma das suas manifestações a música, principalmente o hip-hop”. E é também essa a idéia que norteia a construção do espaço do Comitê, o qual busca ser um espaço autônomo em relação à institucionalidade no qual as comunidades possam se articular e debater as questões que impactam as suas vidas, principalmente sobre a questão da moradia.

A construção do projeto Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo no bairro Cristal tem início entre os anos de 2005 e 2007, e foi durante esse período, mas especificamente em 2006, que XX foi convidado a participar do projeto.

⁷⁴ Mais informações em: <http://www.guayi.org.br/> [acessado em novembro de 2011]

⁷⁵ Disponível em: <http://quilombodosopapo.blogspot.com/> [acessado em Novembro de 2011]

“Comecei a participar em 2006, quando surgiu uma grana para dar início ao projeto. A casa tinha sido invadida e roubaram toda a fiação, precisavam urgentemente de gente para tocar o projeto. Fizemos um mutirão com as lideranças comunitárias para reformar o local. E depois, junto com outras pessoas, formamos o Conselho Gestor e foi a partir daí que passei a ter contato mais próximo com as comunidades [...] Quando comecei a participar ativamente a questão central na região era o Pontal do Estaleiro. O clube de mães panfleteava a favor do processo, o que representava a visão dos que estavam ligados ao governo e também da classe média do bairro. Começamos, então, a fazer seminários para discutir essa questão. Tempos depois veio a questão do Morro Santa Teresa” (representante do Quilombo do Sopapo/diário de campo).

Atualmente, a região é palco de uma série de intervenções urbanas por parte do poder público municipal em parceria com a iniciativa privada que dizem respeito à ocupação do solo urbano em Porto Alegre. Mais especificamente, a realização das principais obras para a realização da Copa do Mundo 2014 concentra-se no que foi chamado anteriormente o “entorno dos estádios”, que abrange exatamente essa região e tem como a principal obra a duplicação da Avenida Tronco, que prevê a remoção de mais de mil famílias. Soma-se a isto o Projeto Integrado Sócio-Ambiental que vem sendo implementado na região pela Prefeitura e que também prevê a remoção de um grande número de famílias.



Fonte: Blog Quilombo do Sopapo (<http://quilombodosopapo.blogspot.com/>)

Nesse mapa podemos visualizar a região que configura o “entorno do estádio”. As áreas verdes correspondem aos mega-empresendimentos que já estão em andamento para a Copa do Mundo. A área vermelha corresponde às comunidades no entorno do Arroio

Cavallhada atingidas pelo programa PISA. As áreas em laranja correspondem às comunidades atingidas pelo traçado da Avenida Tronco e área azul, às comunidades no Morro Santa Teresa sobre a área da FASE, que impediram a venda dos 74ha no ano passado. Por fim, em amarelo, outras comunidades em áreas de risco e com moradias precárias sem perspectivas de solução. A construção do Comitê na região se dá na tentativa de articular essas ações para fazer uma resistência conjunta às ações implementadas na região, as quais são vistas como resultantes de um mesmo processo.

2.6 Percurso da Pesquisa junto ao Comitê da Copa – região Cristal

Conforme exposto anteriormente, iniciei a pesquisa com o acompanhamento das reuniões do FERU/RS e, a partir do contato com alguns atores que participavam desse espaço, passei a participar das atividades dos espaços do Comitê Popular da Copa, principalmente da região Cristal. Na verdade, a minha relação com o Comitê da região Centro resumiu-se ao contato com XX, influente ativista desse Comitê no espaço do FERU/RS, e à participação em apenas uma reunião.

Essa participação restrita junto ao Comitê do Centro foi consequência dos conflitos em torno da construção dos Comitês em Porto Alegre. Ao longo do meu campo, por diversos momentos, ouvi a crítica de que o “Comitê do Centro não tinha capacidade de mobilização”. Esse conflito ficou expresso quando houve a tentativa de construção de um Fórum de Comitês Populares da Copa que não se concretizou.

Desde que passei a participar do FERU/RS, ouvia falar da necessidade da construção de um Fórum de Comitês da cidade que fosse “horizontal, sem concentrar a coordenação, onde todos da cidade pudessem participar”. Mas foi durante o mês de maio de 2011 que houve a iniciativa de concretizar essa idéia. A tentativa foi feita por XX, representando o Comitê da região Centro, e por XX, representando o Comitê Cristal.

Apesar da tentativa de articulação municipal para construir uma pauta da cidade em relação à temática da Copa, que culminou em uma Plenária no dia 26 de maio de 2011, na sede do SIMPA, o Fórum de Comitês não se concretizou. Marcado para o dia 31 de maio, o primeiro ato público resultante dessa articulação municipal não ocorreu em virtude da ausência de grande parte dos presentes na Plenária. Esse “não-ato”, somado a uma segunda reunião marcada por XX no dia 18 de abril na escadaria da Borges de Medeiros, na qual somente eu e ele comparecemos, acabou por dissolver a tentativa de articular os Comitês.

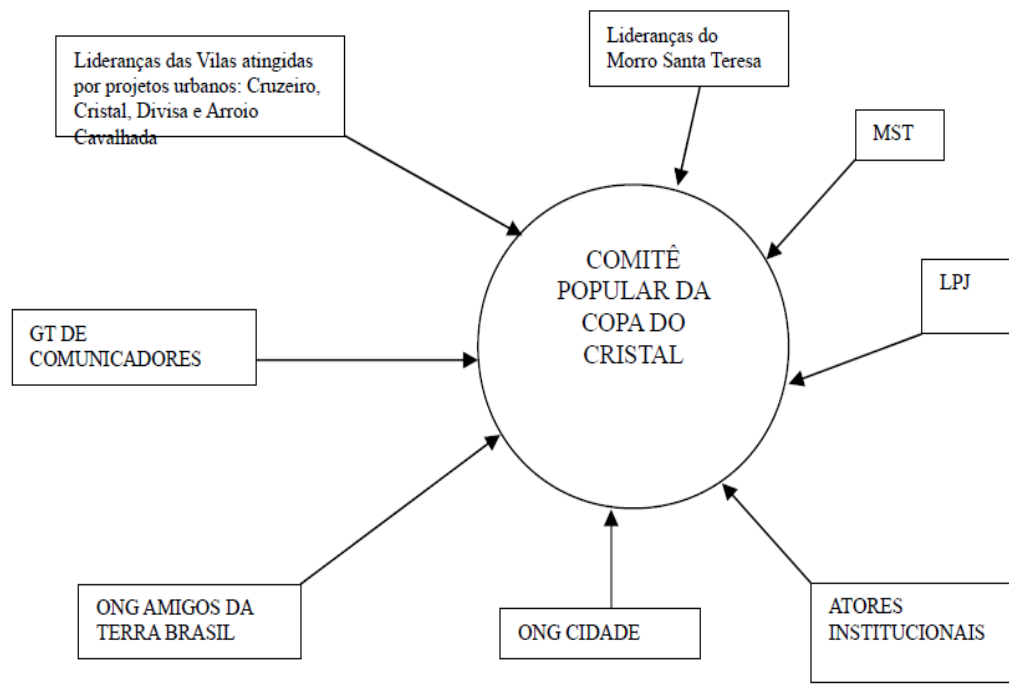
Na Plenária, participaram representantes do Sindicato dos Municípios de Porto

Alegre (Simpa), ONG Cidade, MNLM, Movimento Quilombola em Porto Alegre, GT de Comunicadores e Movimento Revolucionário. Os representantes dos Comitês eram os responsáveis pela coordenação. O debate, que visava construir uma pauta de mobilização social na cidade, acabou não sendo efetivado em consequência da ausência de um consenso sobre a definição do “alvo” das ações, que passava pelos termos “neoliberalismo, especulação imobiliária, Governo Federal, Governo do Estado e Governo Municipal”. Outra questão que gerou conflito foi sobre a necessidade de mobilização e organização de base para enfrentar o processo de “exclusão participativa” na cidade, sendo o Comitê da região do Centro criticado pela incapacidade de mobilizar.

Assim, o meu campo de pesquisa concentrou-se nas reuniões e atividades do Comitê Popular da Copa da região Cristal, das quais participei entre os meses de maio e outubro. Elas ocorriam semanalmente, em geral nas quintas-feiras, após as 19 horas, tendo como espaço o Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo. As reuniões ocorriam geralmente em um galpão, na parte térrea da sede do Quilombo do Sopapo.

Sentados em círculo, em cadeiras brancas de plástico, o chimarrão passava de “mão em mão”, ajudando a animar a discussão. Na dinâmica da reunião: apresentação, informes, pauta e encaminhamentos. No primeiro momento, no qual todos diziam seus nomes e organização que faziam parte, era possível mapear as organizações presentes constantemente nas reuniões. Entre elas, destacavam-se: MST, Levante Popular da Juventude, Amigos da Terra, lideranças comunitárias do bairro Cristal que serão atingidas pelas obras de duplicação da Avenida Tronco, lideranças comunitárias das comunidades que serão atingidas pelo PISA (Arroio Cavallhada), Quilombo do Sopapo, ONG Cidade e, também, agentes governamentais.

A coordenação geralmente era feita pelos representantes das organizações e a composição das pautas se dava a partir das ações a serem realizadas para a defesa da moradia das comunidades que serão impactadas pelas obras, mais especificamente, para que elas sejam reassentadas na região na qual vivem hoje. Abaixo os principais atores presentes na reunião do Comitê Cristal.



CAPÍTULO III – A DINÂMICA DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO CONTESTATÓRIO EM TORNO DAS INTERVENÇÕES DA COPA DO MUNDO FIFA 2014

Esse capítulo é dedicado a exposição e análise dos dados coletados ao longo do campo de pesquisa. Como já expresso na Introdução, o arcabouço analítico que guia essa pesquisa está baseado na abordagem da *contentious politics*⁷⁶, que propõe uma análise dinâmica para a compreensão dos processos de contestação social.

Nessa abordagem analítica, os processos sociais são entendidos como sequencias de mecanismos causais. Já os mecanismos podem ser entendidos como “uma classe delimitada de eventos que altera as relações entre conjuntos específicos de elementos formais idênticos ou semelhantes sobre uma variedade de situações”. Do ponto de vista desta abordagem, explicar a política contestatória⁷⁷ é identificar seus mecanismos causais recorrentes e a forma como eles se combinam. “Ao invés de buscar as condições necessárias e suficientes para a mobilização, nós buscamos mecanismos causais recorrentes e regularidades nas suas concatenações”(McADAM, TARROW, TILLY, 2001, p.13). Ainda segundo os autores (2001, p.30),

“Nós empregamos mecanismos e processos como nossos instrumentos de explicação e episódios como nossos instrumentos de descrição. Nós, portanto, fazemos uma aposta sobre como o mundo social funciona: grandes estruturas e sequências nunca se repetem, mas resultam de diferentes combinações e sequências de mecanismos de escopo muito geral”.

Ao olhar para o processo de articulação contestatório no seu desenrolar a pesquisa busca desnaturalizar a idéia que percebe os atores sociais e as ações coletivas que desenvolvem como um dado naturalizado, homogêneo, imutável e, em geral, positivo da realidade (SILVA, 2010).

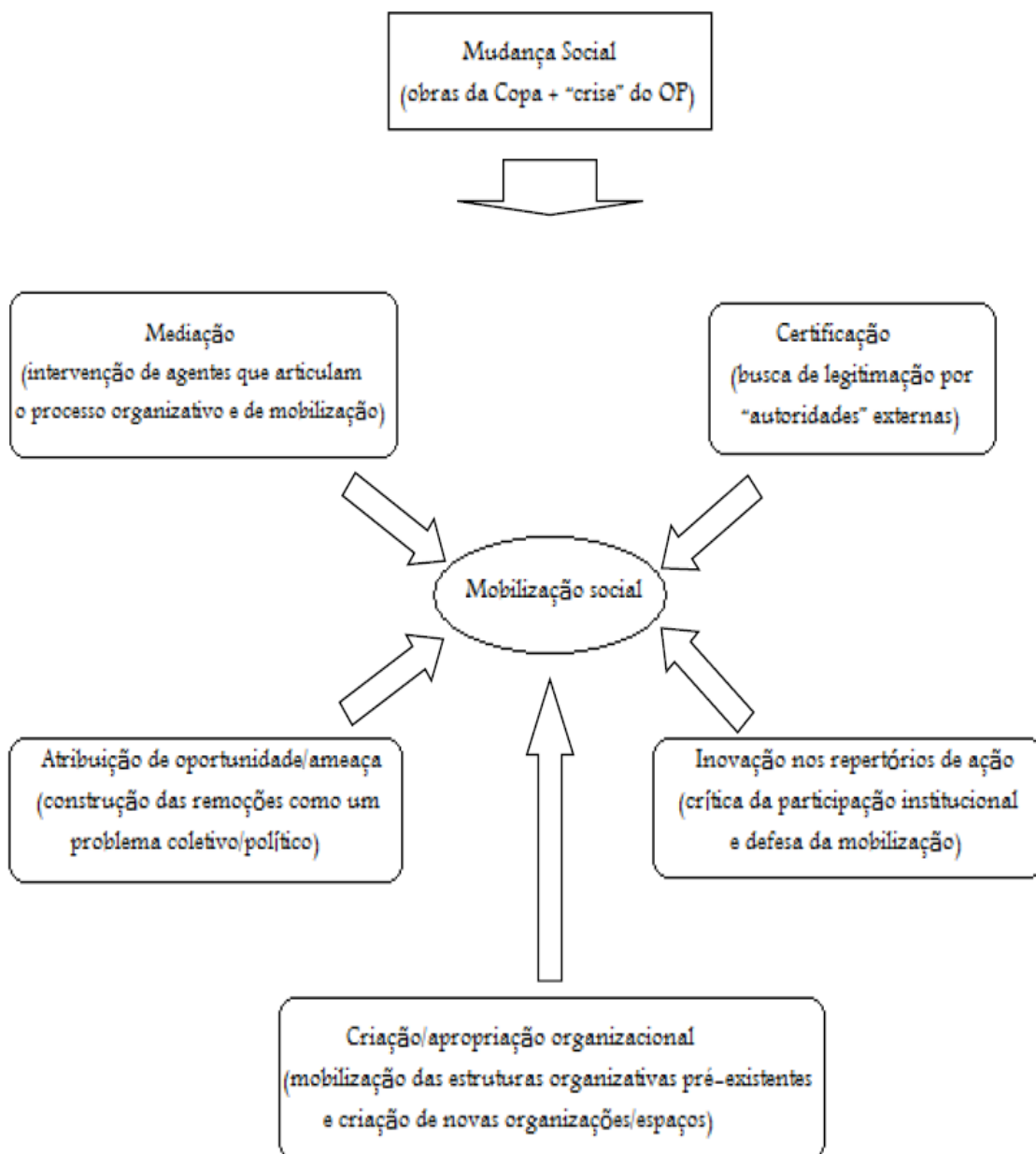
Seguindo esta orientação e estabelecendo um procedimento indutivo-dedutivo a partir do método etnográfico, identificou-se, de um lado, um conjunto de mecanismos destacados pela literatura da *contentious politics* (McADAM, TARROW, TILLY, 2001; TILLY;

⁷⁶ A abordagem da política contestatória tem como sua principal raiz o denominado Modelo do Processo Político (*Political Process Model - PPM*), desenvolvido no campo de estudo dos movimentos sociais norte-americanos nos anos 70 (McADAM, 1997).

⁷⁷ Nessa perspectiva a política contestatória é definida como episódica, pública e envolve a interação entre aqueles que fazem demandas e outros, é reconhecida por estes outros como afetando seus interesses e traz o governo como um mediador, alvo ou demandante”(McADAM, TARROW, TILLY, 2001, p.5).

TARROW, 2007) que, na sua articulação, possibilitam explicar o processo analisado. De outro lado, no entanto, o mesmo procedimento permitiu observar como as especificidades contextuais do processo de mobilização investigado conferem um conteúdo particular à forma como aqueles mecanismos operam, determinando as características próprias (e, mesmo, os limites) desta mobilização social.

De forma esquemática, o modelo analítico resultante deste procedimento pode ser sintetizado na figura abaixo:



Tendo como fio condutor esse esquema analítico, apresento, a partir de relatos

etnográficos, como esses mecanismos operam no caso estudado. Sobre a etnografia política e a compreensão de processos políticos, Tilly (2007, p.248) salienta que:

“Na medida em que a política não consiste em grandes estruturas e papéis prescritos, mas de uma interação dinâmica, contingente entre as pessoas, famílias e pequenos grupos, a etnografia política permite o acesso privilegiado a seus processos, causas e efeitos”⁷⁸.

Assim, esse capítulo está dividido em quatro seções, que buscam mostrar como os mecanismos identificados no processo analisado operam concretamente. Primeiramente destacamos o mecanismo de “*mediação*”, ou seja, a atuação dos diferentes atores que conectam grupos e indivíduos possibilitando o processo de mobilização social. No caso analisado duas categorias de atores em interação se mostraram relevantes: os *mediadores externos* e os *mediadores internos*. Em seguida analisamos o mecanismo de “*atribuição de ameaça/opportunidade e inovação nos repertórios de ação coletiva*”, buscando demonstrar o processo de interdependências entre os repertórios desenvolvidos e as oportunidades e ameaças institucionalmente estabelecidas, a partir da forma como os diferentes atores classificam e interpretam determinados aspectos da realidade social na qual estão inseridos, a partir de seus objetivos e estratégias e, ainda, das suas capacidades para intervir nesta realidade. O terceiro mecanismo identificado, “*Criação e Apropriação Organizacional*”, analisa a apropriação de uma infra-estrutura organizativa prévia a partir da incorporação de redes e/ou organizações previamente existentes. E, por fim, o destacamos o mecanismo “*Certificação Externa*”, no qual os agentes articulados utilizam como estratégia a busca de legitimação da sua reivindicação a partir de agentes externos, no caso analisado destaca-se a visita da relatora da ONU para o direito a moradia digna.

3.1. Processo de interação entre mediadores externos e mediadores internos

Como já expressei, na Porto Alegre transformada pela Copa do Mundo de 2014, um conjunto de atores políticos e organizações sociais se articulam e se mobilizam para tensionar e resistir às intervenções por parte do poder público municipal na estrutura e dinâmica da cidade. E foi visando compreender a emergência desse processo organizativo contestatório que passei a participar das reuniões, primeiramente do FERU/RS e depois dos Comitês Populares da Copa. Durante o período que acompanhei os sujeitos do qual essa pesquisa trata, o *mecanismo de mediação* se mostrou um elemento importante para a compreensão do

⁷⁸ Tradução da autora

processo de construção das ações coletiva.

Logo que comecei meu campo de pesquisa, na reunião realizada pelo FERU/RS em conjunto com os Comitês Populares da Copa, tive a oportunidade de acompanhar o debate sobre a construção das estratégias de ação necessárias ao processo de mobilização. Nas falas dos representantes das organizações essas estratégias eram sintetizadas em três frentes que deveriam ser articuladas: parlamentar, jurídica e de mobilização popular. A falta de representação política era apontada como a principal derrota, conforme expressa a fala registrada no diário de campo: “na frente parlamentar estamos tomando pau, estão aprovando tudo”. Como ficaria sabendo depois, a frase se referia à aprovação de um projeto lei⁷⁹ que “atacava” uma vitória do movimento popular. Já a frente jurídica era relacionada a como iriam ocupar o espaço do Ministério Público e a necessidade de publicizar os contratos das obras, apontando contradições na fala do governo de que Porto Alegre não tem problemas (essa fala estava relacionada à fala de César Busatto, Secretário de Coordenação Política e Governança Solidária Local, sobre a relatoria da ONU: “que venha aqui, pois não temos problemas”).

Mas a estratégia mais ressaltada era a necessidade de articular as comunidades atingidas pelos projetos urbanos em decorrência da Copa. Na avaliação da audiência pública, já descrita, era lembrada a importância do movimento comunitário, “mais de 500 pessoas participaram”, ao mesmo tempo em que mostrava para a Prefeitura que não eram “meia dúzia de arruaceiros”. Também foi ressaltado – a partir da participação de um dos presentes em uma Plenária Nacional dos Comitês da Copa – que Porto Alegre era a cidade brasileira mais organizada e a única que conseguiu se mobilizar e realizar uma audiência pública e que isso tudo era resultado da organização dos Comitês locais. Ao mesmo tempo, era explicitada a dificuldade de trazer as comunidades para a “luta”, pela incapacidade de algumas lideranças em se organizar e pela dependência que o movimento comunitário tem de recursos externos, estando muito atrelado ao poder municipal. As avaliações sobre a Prefeitura remetiam a um “jogo de fragmentação”, através do qual esta estrategicamente visava minar a possibilidade de articular as comunidades, cooptando-as e dificultando o acesso às informações.

Ao longo das minhas observações junto a esses grupos, a estratégia em torno das três frentes guiava as ações que conformam o processo de mobilização social analisado, a partir das organizações e atores políticos articulados. Porém, esse momento foi o único, ao longo do meu campo, em que as organizações realizaram uma reunião formal entre Comitês e

⁷⁹Projeto de Lei (nº 854/10) da Prefeitura de Porto Alegre que cria Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), para os inscritos no Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e para os reassentamentos envolvendo a Copa de 2014 na capital. Disponível em: <http://projetos.camarapoa.rs.gov.br/projetos/108927> [acessado em Novembro de 2011]

FERU/RS e que ocorreu na Assembléia Legislativa justamente por representar um local “neutro”⁸⁰. Apesar da ressalva em torno da inexistência de vínculo formal entre os “fóruns de luta”, a minha participação nos espaços de discussão possibilitava observar a fluência e o movimento das relações entre indivíduos específicos. E foi justamente o acompanhamento dos atores nas suas ações cotidianas que me levou a transitar pelos diferentes espaços, transcendendo fronteiras organizacionais delimitadas. Assim, o percurso que o trabalho de campo realizou configurou-se por meio das relações que os diferentes atores estabeleciam e que conformavam o processo de mobilização social contestatório.

Ao seguir os atores foi possível apreender o processo de construção das ações coletivas que conformam a mobilização social analisada e identificar os atores que intervinham no processo de articular e mobilizar, bem como os papéis que desempenhavam e a forma de atuar, possibilitando o processo de mobilização. Ao longo da observação duas categorias de atores mostraram-se relevantes: os *mediadores externos* e os *mediadores internos*.

Os mediadores externos são entendidos aqui como os representantes das organizações e movimentos sociais, na medida em que suas intervenções se davam na articulação do processo de maneira geral e, ao mesmo tempo, visavam organizar e dar suporte às comunidades que serão atingidas pelas obras. Eles eram responsáveis por disponibilizar recursos humanos e materiais para a realização das ações, mobilizavam redes pessoais para intervir e conectavam grupos externos e instituições. Já os mediadores internos são as lideranças comunitárias que participam dos espaços e são responsáveis por articular e mobilizar as comunidades. Estas lideranças possibilitam a atuação local das organizações ao desenvolver os vínculos dos agentes externos com as famílias pertencentes às comunidades a serem mobilizadas.

Grande parte das intervenções desses grupos se deu junto às comunidades que serão atingidas pelos projetos da Copa, visando mobilizá-las e articulá-las. Mas gostaria de ressaltar que esse processo não se dava mecanicamente e nem de forma determinista. O processo de mobilização analisado se dava de maneira relacional, a partir da interação entre mediadores externos e mediadores internos. Essa relação de mão-dupla era expressa nas falas dos mediadores externos, quando se referiam à própria legitimidade da contestação frente à Prefeitura. Em uma audiência pública com a Câmara de Vereadores no bairro Cristal,

⁸⁰ Ao longo do meu campo vai ficar claro a opção do MST em não integrar o FERU/RS e foi nesse sentido que o espaço “neutro” se coloca, na necessidade de não estar vinculado a nenhuma organização. É uma certa demarcação.

articulada pelo Comitê Popular da Copa para expor os problemas da comunidade, os representantes da Prefeitura tentavam deslegitimar a ação

“estamos [Prefeitura] trabalhando com o espírito de respeitar as famílias [...] algumas coisas que foram ditas não são verdade. Temos representações das comunidades, lideranças respeitadas, tiradas pela própria comunidade [...] passamos pelas lideranças; discutimos o projeto. Se estão afirmando alguma coisa é mentira para criar pânico. Não acreditem em boatos”.

Assim, para a legitimidade do processo era necessário a participação das comunidades e, especialmente, de suas lideranças. De um lado, elas se colocam como os interlocutores legítimos frente à Prefeitura, confrontando o argumento da contestação como ação daqueles que só querem “criar pânico”; de outro, são elas que têm os recursos (confiança, conhecimento, vínculos, etc.) necessários para mobilizar os moradores das comunidades a serem atingidas pelas obras. Desta forma, o envolvimento destas lideranças era um elemento fundamental para que, juntamente com os mediadores externos, as “ameaças de remoção” efetivamente se traduzissem em mobilização das populações ameaçadas.

Um exemplo claro da importância da atuação destes mediadores é que, ao longo do meu campo, houve tentativas de fomentar espaços de organização e mobilização, como o do Comitê Cristal, nas diversas regiões que serão atingidas pelos projetos, principalmente naquelas com impactos comunitários, como a Vila Dique. Porém, o único Comitê que realmente se organizou e foi capaz de produzir mobilizações mais expressivas foi o do Cristal. E foi lá que se deu o meu contato com os mediadores internos e que se podia visualizar o processo de interação entre organizações sociais e lideranças comunitárias.

Entre as várias organizações que participam da construção do processo de mobilização destaca-se, primeiramente, a ONG Cidade. Essa organização social é um ator presente em diversos espaços e eventos que conformam este processo de contestação, desempenhando, assim, um papel importante na articulação de tais espaços e eventos e, também, dos agentes que deles participam. Como já dito, esta ONG possui um longo histórico de atuação nos canais institucionais de participação junto aos setores comunitários de Porto Alegre, principalmente na discussão sobre habitação popular.

A proposição da reconstrução do FERU/RS, que teve na ONG Cidade um protagonista central, foi resultado de uma leitura de esgotamento dos canais participativos, principalmente o OP, que hoje corresponderia a uma “mesa de negociações”. No Seminário já mencionado, a intenção era articular os movimentos sociais da cidade para fazer frente aos grandes-projetos urbanos que estavam sendo implementados no município. Esse evento público foi um marco

nesse processo de mobilização e potencializou a formação dos Comitês. Isso pode ser expresso na fala de uma militante do MST que atua na organização do Comitê no Cristal, quando me contava sobre o início da construção desses fóruns em 2010:

“inclusive teve um seminário do FERU, eu participei do seminário que discutia os impactos do mega-evento e a gente acabou construindo ele meio junto mesmo, com a ONG Cidade, apoiando então, era um momento que estava se consolidando os Comitês e acho que aquele seminário e o Fórum tiveram um papel importante nisso. Também para colocar a pauta um pouco mais para fora, para a gente conhecer outras comunidades, das Ilhas, a própria liderança do Humaitá que não tinha contato, eu pelo menos eu que não tinha essa intervenção no meio urbano direto, então, não conhecia”.

Desde o início do meu campo, há intenção da ONG em atuar fomentando os processos em diversas comunidades atingidas pela Copa. Inclusive algumas reuniões do FERU/RS foram realizadas nas comunidades que serão atingidas. Apesar de não ter participado diretamente desta reuniões, nas minhas visitas à ONG Cidade um de seus representantes sempre me contava sobre a “agenda de visitas às comunidades”.

Numa das tardes que fui buscar um material para o meu trabalho, encontrei o representante da ONG CIDADE envolta de papéis e documentos. Contou-me que estava analisando alguns documentos para levantar informações sobre a região da Tronco e elaborar um documento para a Caixa Econômica Federal visando denunciar ao Governo Federal as ações do Governo Municipal no processo de re-assentamento das famílias. Depois disso, convidou-me para sentar consigo em frente a um computador que ficava no canto da sala. Abriu o programa do Google Earth e mostrou o mapeamento das regiões que a ONG Cidade estava trabalhando: Vila Dique, Vila Tronco, o bairro Mário Quintana e a Vila Minuano. Na sua narrativa ia deixando claro que todas possuíam relação com os projetos da Copa. Esse papel “informativo” e de buscar conectar as diversas comunidades atingidas pelas obras em um processo unificado de contestação vai ser constante na atuação da ONG Cidade, inclusive nas reuniões do Comitê do Cristal.

Semanalmente, eu me deslocava depois das 18h para as reuniões do Comitê Popular da Copa região Cristal. No trajeto do centro até a zona sul da cidade, o ônibus percorria quatro bairros de Porto Alegre, entre eles o Praia de Belas, Menino Deus e Santa Teresa, que junto ao Cristal correspondiam à área de influência do Estádio que está em reforma para os jogos da Copa. Da parada, que fica quase em frente ao Shopping Barra Sul, até a sede do Quilombo do Sopapo era necessário atravessar uma grande avenida (Chuí) e a praça “Alexandre Záchia”, espaço público de referência para as ações do Quilombo. Chegando à sede do Ponto de

Cultura era necessário subir uma escadaria que levava à porta de entrada, sempre trancada, fazendo-se necessário tocar a campainha. Ao entrar no casarão de dois andares, a primeira peça visível é um cômodo com diversos computadores, que estão à disposição do uso comunitário e são utilizados para diversos cursos realizados pelo Quilombo que visam a inclusão digital de jovens do bairro. Em seguida, um corredor divide uma variedade de cômodos: sala de reuniões, banheiro, quarto e cozinha. Cartazes fixados nas paredes contam um pouco da história desse espaço e expressam as ações desse centro cultural comunitário com jovens, integrando arte, cultura, cidadania e economia solidária. A cozinha era o local onde se preparavam o chimarrão e o café, companheiros das reuniões, e ao mesmo tempo era o ponto de acesso para o pátio e também para o “galpão” no andar de baixo, locais onde ocorreu boa parte das reuniões.



Foto da Sede do Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo. Autor: Gabrielle O. Araujo. Ano: 2011.

Essas eram marcadas para as 19h, mas sempre ocorriam atrasos, iniciando depois das 19h 30min. O tempo de duração variava conforme a pauta a ser discutida e o número de participantes, que ao longo do campo oscilava entre reuniões cheias e vazias, mas sempre contava com a presença de um “núcleo duro” composto pelos mediadores internos e externos.

A dinâmica da reunião se dividia em: apresentação, informes, pauta e encaminhamentos. Embora a coordenação das reuniões fosse definida ao início das atividades, geralmente era realizada pelos representantes das organizações sociais.

No momento dos informes havia a socialização de informações entre os participantes. De um lado, apareciam questões que remetiam a processos externos à comunidade, mas que surgiam como exemplos de um mesmo modelo de gestão urbana que poderia vir a atingir

negativamente às comunidades da região. Entre estes processos, havia referências à transferência da Vila Chocolateiro, o re-assentamento da Vila Dique e a situação dos carroceiros. Ao mesmo tempo, o momento dos informes era marcado pela divulgação de eventos, seminários e outras atividades. Esse papel informativo sobre atividades e acontecimentos externos concentrava-se nas falas das organizações sociais, indicando seu esforço de conectar o processo de organização local a um processo mais amplo (municipal e, mesmo, nacional).

De outro lado, havia também informes sobre assuntos que remetiam aos processos internos das comunidades, como os conflitos entre lideranças comunitárias, a atuação nos espaços institucionais (principalmente o OP) e também a relação com o poder municipal. Estes temas, em geral, eram trazidos pelas representantes comunitárias.

Foi na minha participação junto a esse espaço que pude observar a interação entre os mediadores externos, representantes de diferentes organizações (MST, LPJ, Amigos da Terra, ONG CIDADE e Quilombo do Sopapo) envolvidas no processo de mobilização, e os mediadores internos, lideranças comunitárias representantes das comunidades que serão atingidas pelas obras da Copa: Vila Cristal, Vila Divisa e Vila Cruzeiro (posteriormente, passaram a participar também representantes das comunidades atingidas pelo Programa Integrado Sócio Ambiental - PISA). A partir de minha experiência em campo tentarei mostrar como se dava as intervenções por parte dos diferentes atores sem pretensão de dar conta de todas as suas ações .

Primeiramente, gostaria de ressaltar o papel do agente do Quilombo do Sopapo junto a esse processo. Na verdade, a sua atuação se expressava em um processo de “mediação dos mediadores”, na medida em que ele era o elo de ligação que possibilitava as relações entre comunidades e organizações sociais. Era ele o responsável por disponibilizar o espaço e organizar as reuniões. Há cerca de três anos ele atua junto às comunidades do bairro Cristal, desenvolvendo uma série de atividades culturais, principalmente com os jovens, que vão de cursos de áudio, audiovisuais, artes gráficas, fotografia e música. É esse envolvimento de L junto às famílias pobres do bairro que possibilita a proximidade entre as comunidades que vivem hoje a ameaça de remoções e as organizações sociais que atuam junto ao Comitê Popular da Copa. Uma situação vivida em campo ilustra essa relação. Em uma das reuniões, a ausência do representante do Quilombo do Sopapo por motivos profissionais, resultou no esvaziamento da mesma.

Recebi de um dos participantes das reuniões do comitê cristal um e-mail comunicando que a reunião de quarta-feira (22/06) havia sido transferida

para a terça-feira (21/06) em consequência das atividades de mobilização que ocorreriam junto as comunidades da Região Tronco: segunda-feira (20/06) panfletação e carro de som na divisa da Tronco para divulgar a assembleia do dia 22/06 sobre o cadastro sócio-econômico da Prefeitura municipal.

Programei-me para participar da atividade do dia 20/06 que teria inicio as 16h 30 min. falei com uma das liderança comunitária que estava envolvida nos preparativos e marcamos de nos encontrar na divisa da Tronco, porem, no horário que ocorreria a atividade começou a chover, o que ocasionou o cancelamento. Mais tarde descobriria que os panfletos circularam, mas internamente.

Na terça-feira, dia 21, fui até o Quilombo do Sopapo para participar da reunião que tinha como intenção discutir a articulação para a assembleia com a comunidade na quarta-feira sobre o cadastramento sócio-econômico. Essa assembleia tinha sido decidida na última reunião, em consequência do resultado da reunião das lideranças com o DEMHAB sobre o projeto da Avenida Tronco.

Cheguei na reunião e para minha surpresa havia pouquíssimas pessoas: três lideranças comunitárias, e representantes do LPJ, representante do MST e eu. A surpresa não foi só minha. Os presentes questionaram a ausência das outras lideranças e foi falado sobre a substituição da data da reunião o que teria prejudicado, pois alguns não possuíam e-mail. Resolveram, então, telefonar para as lideranças ausentes, o que não alterou a situação (por motivos de doenças e outros compromissos não compareceriam). Um dos presentes exclamou descontente: “é o XX que liga para todo esse povo da comissão de moradores”. (nota do diário de campo)

Junto com o representante do Quilombo, há um outro ator político importante que também desempenhava este papel de mediador entre os diversos agentes e espaços envolvidos no processo de mobilização. Sua participação na luta comunitária é antiga, tendo sido um dos fundadores das principais instituições comunitárias de Porto Alegre, como a UAMPA, CONAM e FEGAM. Também é um dos fundadores do PT em Porto Alegre, tendo sido presidente municipal desse partido. No Comitê da Copa do Cristal, este se apresentava como representante de uma das comunidades que fica na Avenida Tronco, na qual reside. Esse papel ativo e histórico na luta comunitária de Porto Alegre resultava em uma relação próxima com as comunidades e, também, com os mediadores externos das organizações sociais.

Ambos possuíam uma relação de proximidade e era a atuação deles no processo que, de certa maneira, aproximava os diferentes espaços de organização e ação. Nas minhas observações, eles se faziam presentes e ativos nas reuniões tanto do Comitê como do FERU/RS, sendo que o próprio Quilombo é uma das organizações que integra formalmente o FERU/RS e, ao mesmo tempo, é um agente central na estruturação e funcionamento do Comitê Cristal.

Ao longo das minhas observações, presenciei a construção de diversas propostas de ação, que iam de ações institucionais a mobilizações de rua. Entre as ações institucionais, a realização de audiências públicas com o Ministério Público estadual e com a Câmara de Vereadores. Além disto, buscou-se acionar atores políticos para expor os problemas das comunidades e fazer com que a Prefeitura se comprometesse com respostas satisfatórias aos mesmos.

Outra ação, de caráter mais confrontacional, foi a decisão de barrar o cadastro sócio-econômico, necessário ao processo de remoção das famílias, que resultou de uma reunião das lideranças comunitárias com o Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB). Esta reunião era dedicada a apresentar às comunidades o projeto de alargamento da Avenida Tronco e gerou grande insatisfação entre as lideranças comunitária, uma vez que a Prefeitura apresentou apenas o projeto viário, sem expor claramente o projeto habitacional para as populações que seriam removidas. Assim, utilizou-se o bloqueio ao cadastramento como estratégia para pressionar a Prefeitura a ir até as comunidades e responder às demandas das lideranças.

Essas estratégias tinham como foco principal reivindicar o re-assentamento na região das populações a serem removidas. E a principal delas foi realizada visando tensionar o discurso da Prefeitura sobre os preços muito alto dos terrenos e a indisponibilidade de áreas para reassentar todos na região. A ação em questão era em torno da área das cocheiras do Jockey Club⁸¹. Assim, através de uma diversidade de ações institucionais (ação judicial) e não institucionais (manifestações de rua), os atores articulados no espaço do Comitê Popular da Copa do Cristal tentam pressionar os agentes governamentais para desapropriar a área para a construção de moradias populares.

Ao longo do desenvolvimento dessas ações era possível visualizar os diferentes papéis e intervenções dos atores em relação. Uma das questões era como gerar informações e publicizar as ações que estavam sendo realizadas. Para isso, um dos “instrumentos de luta” eram os boletins, informativos “para dentro”, ou seja, para os moradores das comunidades a serem atingidas pelas remoções. A produção de informações, discussão da edição e impressão destes materiais era realizada pelos jornalistas vinculados ao MST que, juntamente com a ONG Cidade, compunham o grupo de comunicação. A atuação deste Grupo tinha como

⁸¹ A disputa se dá em torno de 17 hectares do Jockey Club onde ficam as cocheiras dos cavalos de corrida e que foi doada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul em meados da década de 1940, para que se instalasse o Hipódromo na região do Cristal. No mandato da governadora Yeda Crusius, em 2010, houve aprovação por unanimidade na Assembléia Legislativa de um projeto que permitia ao Jockey Club dar outra função à área, sem precisar estar relacionado as suas atividades no hipódromo. A partir dessa lei, o Jockey Club pôde fazer negócio com a área das cocheiras, repassando-a à construtora Multiplan.

objetivo produzir informações e divulgar as questões que envolvem as comunidades. Os membros do Grupo sempre estavam presentes na reunião do Comitê Cristal. Nas ações realizadas eles eram os responsáveis por fotografar e filmar.

As organizações externas tinham papel importante na disponibilização de recursos organizativos. Inclusive nas falas dos mediadores externos possibilitar o acesso jurídico era algo sempre ressaltado. Exemplo disso foi a presença de dois advogados, levados pela representante do MST, na reunião do Comitê que discutiu a ação jurídica em torno das coqueiras do Jockey Club. A função dos advogados era tornar acessível a linguagem jurídica para o entendimento das comunidades sobre a questão e também as possibilidades de ação. Mas, junto com a ação judicial, ressaltavam que era necessário a mobilização:

“Vocês sabem que quem decide é o judiciário, e são ‘eles’ ” e que a chance de resultado é pequena, não se pode contar com isso. A ação é interessante na medida que dá visibilidade ao nosso argumento, mas é secundária. É preciso povo na rua.” (diário de campo – advogado vinculado ao MST)

Outro papel importante desenvolvido pelo MST junto ao Comitê da Copa estava relacionado ao *know-how* de organização e mobilização que esse movimento possui. Na verdade, a própria criação e capacidade de mobilização desse Comitê está, em certa medida, relacionada à experiência prévia de atuação do MST junto ao Movimento O Morro é Nosso, a partir da qual se construíram relações de militantes do MST com lideranças locais e agentes das organizações sociais. Além disto, o êxito do Movimento O Morro é Nosso conferiu um relativo reconhecimento ao MST na região. Em uma conversa com um dos representantes que participa do Comitê e participou do Movimento O Morro é Nosso, ele afirmara:

“[...] nós fizemos a primeira reunião que foi lá no Quilombo do Sopapo, foi dia 4 de setembro do ano passado (2010). Que também, num movimento feito pelo L e pelo pessoal do Quilombo do Sopapo, de aproximação com o pessoal do Levante da Juventude, o MST foi chamado, e eu e o P. e também pela relação que o MST tinha tido com o Morro, porque de qualquer forma, embora no início tenha tido uma resistência pelas próprias pessoas do Morro Santa Teresa pela presença do MST, não entendiam muito bem qual era o papel, pois né, um movimento rural tá vindo aqui discutir o urbano e tal [...] Mas o MST teve um papel muito importante lá na luta do Morro pela experiência das organizações de massa né, então, de poder tá articulando as reuniões, organizando o povo, dando formação política para as lideranças, proporcionando isso, debatendo com elas. Então, por essa vitória, então o MST passou a ser visto como uma chave nesse processo, e a figura do próprio P.” (diário de campo)

A conexão entre o processo de mobilização no caso do Movimento O Morro é Nosso

e o Comitê da Copa se expressa claramente na realização do Seminário “O Morro é Nosso – um projeto para o Morro Santa Teresa”, ocorrido nos dias 5 e 6 de agosto no SENGE. Nos dias em que participei do Seminário, pude observar que parte das organizações que organizaram o evento eram também as organizações que eu via atuando no Comitê. Logo no início do Seminário foi passado um vídeo que contava a história de luta do Morro Santa Teresa. O vídeo tinha sido realizado pelo Comitê da Copa e entre os apoiadores estavam o MST, o LPJ e a ONG Amigos da Terra.

O LPJ, organização que tem papel ativo nas reuniões do Comitê Cristal, se constitui por jovens urbanos e rurais ligados organicamente à Via Campesina e que atuam em conjunto com as organizações que a integram. Sua organização se dá por células localizadas em diversas regiões da cidade, sendo a principal a que se localiza na Vila Cruzeiro. Em conversa com um dos representantes dessa organização e que é morador de uma das vilas do Morro Santa Teresa, este me contou que o fato do LPJ não ter uma bandeira em específico possibilitava que ele atuasse em um amplo leque de questões, como educação e moradia.

Na medida em que tanto o LPJ como o MST são organizações que compõe a Via Campesina, isto facilita a proximidade e articulação entre eles, como ressalta uma ativista:

“E também o MST foi parar lá também porque, como eu te falei, numa tentativa de aproximação do Quilombo com o Levante. E o Levante chama então o MST, pela atuação no Morro Santa Teresa, para participar da pauta. Então sim, acaba tendo uma ligação porque são movimentos que se articulam pela Via Campesina e esse chamamento de participação veio através do Levante”. (diário de campo)

A importância dos representantes do Levante também se dá pelo poder de mobilizar e organizar as comunidades. Na marcha realizada no dia primeiro de outubro, a “Comissão de Frente” era composta por jovens integrantes do Levante que, com tambores, dançavam e cantavam: “a ação de rua é arma que nós temos prá lutar”.

Como já dito, o Comitê Popular da Copa é parte de uma rede nacional de Comitês estabelecidos nas doze cidades-sedes que receberão jogos. E a representação da rede na cidade de Porto Alegre é feita pela representante do MST que atua junto ao Comitê Cristal e ao Movimento O Morro é Nosso. Ela foi a responsável por fazer o levantamento das informações sobre as obras da Copa em Porto Alegre e de apresentá-la em diferentes espaços na cidade para fomentar o debate. A ONG ambientalista Amigos da Terra também se articula nesse processo através do Movimento O Morro é Nosso e na rede nacional dos Comitês.

Articulados, os representantes da ONG Cidade, do Quilombo do Sopapo, do MST, do Levante da Juventude e dos Amigos da Terra, aqui denominados de mediadores externos,

acabam por conectar grupos e indivíduos – em nível local, municipal e nacional – para a construção de ação coletiva, “costurando” uma trama relacional sobre a qual se estrutura a dinâmica da mobilização social. Mas, conforme ressaltado anteriormente, nesta “costura” a atuação das organizações comunitárias também era fundamental, na medida em que elas detêm o (re)conhecimento— nas comunidades. Uma frase pronunciada por um dos representantes do LPJ, em uma conversa sobre o papel das organizações nesse processo, expressa isso:

“O grupo de mulheres ali no Comitê, nós buscamos incentivá-las, porque queremos que elas sejam protagonistas. Cada um tem um papel importante na luta, mas que, por exemplo, o P [referência ao representante do MST] não pode pegar o microfone e falar com o povo, tem que ser o povo falando com o povo”.

O papel desempenhado pelas lideranças comunitárias se dava principalmente na intervenção junto às comunidades. Eram eles que detinham grande parte da capacidade de mobilizar e agregar as famílias que serão atingidas no processo de mobilização. Isso era importante também para legitimar as ações do Comitê. Além disto, estas lideranças tinham uma relação mais direta com o poder público municipal, visto que todas as lideranças que participavam do Comitê desempenhavam outras funções comunitárias: eram presidentes de associação de moradores, faziam parte da comissão de habitação do bairro, eram conselheiros do OP, eram representantes da SECOPA. Assim, estas lideranças detinham informações do que se passava institucionalmente e podiam intervir nesses processos.



Foto de um cartaz confeccionado pelo Comitê Popular da Copa do Cristal para a ação de rua do dia 01/10/2011. Autor: Gabrielle O. Araujo. Ano: 2011.

3.2 Atribuição de Ameaças/Oportunidades e Inovação nos Repertórios de Ação Coletiva⁸²

A relação entre a constituição dos processos de ação coletiva contestatórios analisados e a realização da Copa do Mundo (ou, mais especificamente, as ameaças geradas pelas intervenções urbanas relacionadas à Copa do Mundo), parte do pressuposto de que a formação e atuação das organizações e movimentos sociais não podem ser explicadas sem a apreensão de um contexto político-institucional que define as oportunidades conjunturalmente disponíveis para o agir coletivo (SILVA, 2009). Essa relação não é determinada mecanicamente, mas é antes resultado de um processo de interpretação realizado pelos atores sociais que atribuem a essa conjuntura de ameaça uma oportunidade para a ação. É esse processo interpretativo somado a identificação de determinadas condições conjunturais como oportunidade ou ameaça que permite compreender o posicionamento de determinados atores sociais frente a tais mudanças.

Nessa parte buscamos mostrar, através de relatos etnográficos, como se dá esse processo de interdependências entre os repertórios desenvolvidos e as oportunidades e ameaças institucionalmente estabelecidas, a partir da forma como os diferentes atores classificam e interpretam determinados aspectos da realidade social na qual estão inseridos, a partir de seus objetivos e estratégias e, ainda, das suas capacidades para intervir nesta realidade.

Anteriormente à reconstrução do espaço do FERU/RS, a ONG Cidade – proponente dessa articulação e ator historicamente presente nos canais institucionais de participação – já vinha fazendo, a partir do seu principal veículo de comunicação⁸³, uma série de críticas aos espaços de participação institucional, ressaltando a descaracterização desses processos e a não concretização das demandas do OP – principalmente aquelas referentes ao tema da habitação. Além disso, a ONG questionava a forma como os programas federais para construção de habitação popular social estavam sendo instrumentalizados a nível local. Progressivamente, os textos críticos elaborados pela entidade remetiam à defesa do “poder popular” e à necessidade de redescobrimto da ação coletiva conflitiva por parte das comunidades.

⁸² Os repertórios de ação coletiva são entendidos aqui como “como as maneiras através das quais as pessoas agem juntas em busca de interesses compartilhados” (TARROW, 2009, p.51).

⁸³ A ONG CIDADE elabora um jornal que traz informações sobre diversas questões urbanas tendo como alvo principalmente os movimentos comunitários. Disponível em: <http://www.ongcidade.org/site/php/noticias/noticias.php?area=jornal> [acessado em Novembro de 2011]

Estes argumentos vão marcar os eventos que demarcam o início da atuação pública do conjunto de atores que busca construir os impactos sociais das obras da Copa como um problema público e coletivo. Estes dois eventos enfatizam a defesa do direito à cidade⁸⁴ e a crítica aos impactos negativos no direito à moradia digna de diversas comunidades que vivem hoje com a ameaça de remoções em Porto Alegre, destacando a necessidade de organização e mobilização coletiva por parte dessas para fazer frente a esse processo. Esta organização e mobilização vai se corporificar nos espaços do FERU/RS e dos Comitês da Copa (sendo que aquele que efetivamente se constituiu foi o Comitê do Cristal).

Duas ações realizadas pelos atores articulados no FERU/RS e no Comitê do Cristal enfatizam a relação do contexto da Copa com a constituição destes espaços: o Manifesto “Por uma Porto Alegre Democrática, Livre e de Todos: Habitação Popular, não Guetos Sociais”, assinado pelos integrantes do FERU/RS; e o Dossiê “Impactos Sociais e Urbanos da Copa - 2014, em Porto Alegre”, elaborado pelo Comitê Popular da Copa de Porto Alegre.

Resguardadas as diferenças dos documentos, ambos problematizam as intervenções por parte do poder público municipal referentes à Copa na cidade. O Manifesto é propositivo quanto ao Projeto Lei da Prefeitura de Porto Alegre que cria Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) para os inscritos no Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e para os re-assentamentos envolvendo a Copa de 2014 na capital. Já o Dossiê problematiza os legados da realização desse evento na cidade através de vários exemplos negativos de cidades que foram palco de grandes eventos esportivos, ao mesmo tempo em que apresenta as obras e projetos urbanos que estão sendo realizados na cidade a partir de uma perspectiva que privilegia o capital privado em detrimento das populações a serem atingidas por tais obras e projetos.

Em ambos documentos, a problematização das intervenções tem como referência os direitos assegurados pela Constituição Federal. Eles ressaltam a oportunidade única que o PMCMV e a Copa propiciam – referente aos recursos disponíveis para habitação popular –, questionam o modelo de desenvolvimento priorizado para a cidade e reivindicam o acesso à cidade através do re-assentamento das famílias em áreas centrais. Segundo o Manifesto,

“O FERU-RS entende que Porto Alegre precisa caminhar rumo a um modelo de cidade que respeite os mais pobres e delimite áreas efetivamente urbanas para a habitação de interesse social. Basta de discriminação sócio-espacial! Uma cidade tem que ser para todos. É um

⁸⁴ O conceito de direito a cidade é apropriado do movimento da Reforma Urbana: “Achamos que todos os moradores das cidades têm direito à moradia digna, aos meios de subsistência, ao saneamento ambiental, a saúde e educação, ao transporte público e à alimentação, ao trabalho, ao lazer e à informação”. Disponível em: <http://www.forumreformaurbana.org.br/index.php/quem-somos/historico.html> [acessado em Novembro de 2011]

insulto aos direitos básicos de cidadania que propostas de higienização social e limpeza étnica, cultural e de classe se escondam atrás de megaprojetos, ligados a eventos altamente populares como o futebol”.

Já o Dossiê afirma que em

“Um evento como a Copa do Mundo gira muito dinheiro. E historicamente temos uma falta de transparência na gestão destes recursos. Se temos tantos milhões e uma capacidade de endividamento tão grande para investir em estádios e em turismo, devemos ter para resolver os problemas de habitação e irregularidade fundiária de nossas cidades.”

A partir de agora, busco, através de falas e relatos apreendidos em campo, mostrar como os processos interpretativos sobre a conjuntura de “ameaça” é construída interpretativamente e utilizada para legitimar e estimular as ações dos atores pesquisados. Este trabalho interpretativo pode, primeiramente, ser identificados nas seguintes manifestações registradas no Diário de Campo:

“Porto Alegre experimenta grandes mudanças sociais, econômicas e políticas e a cidade manifesta rapidamente conseqüências disso. Alguns exemplos disso: impactos dos grandes eventos como a Copa; a forma de implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida; a limpeza das áreas de risco; mudanças na legislação quebrando instrumentos urbanísticos importantes que deveriam ser utilizados para promover a moradia digna da população; a concentração de recursos em obras definidas sem a participação social, etc. [...] Tudo isto acontecendo, num momento de oferta histórica de recursos públicos pela melhoria das condições de vida nas cidades, desafiam a luta pela Reforma Urbana. É necessária a auto-organização dos movimentos sociais e populares. Há necessidade de articular para fazer uma luta a nível da cidade e não só local. A temática da reforma urbana deve ser o eixo central para articular a luta com outros setores da sociedade. Sendo o Fórum um espaço importante para a construção dessa luta.” (Diário de Campo – “Reunião do dia 11 de abril de 2011 – representante do FERU/RS que participava do comitê cristal”)

“há uma mudança na postura do governo em relação aos movimentos populares. A Prefeitura tem uma postura de exclusão da população. É preciso romper com isso. Porto Alegre ainda é vista no mundo pela participação popular, pela democracia. O desafio de hoje é dar força ao retorno da mobilização, é preciso mudar essa visão”. (diário de campo, seminário do FNRU, na apresentação do comitê da Copa)

“hoje todas as regiões têm projetos (que vão gerar impactos); e as regiões que vão receber a população, mesmo que não se tenha projeto existe o problema de como se gestionar essa nova população. Tem espaço para construir algo mais globalizante. Lembrar que a Prefeitura tem interesse

de que seja particularizado, que os conflitos não se agreguem. Há dois movimentos possíveis hoje: agregar pessoas e trabalhar direto nas regiões”. (diário de campo – reunião do dia 23/05)

Na verdade, a realização do mega-evento Copa do Mundo FIFA 2014 na cidade propicia uma conjuntura de oportunidade para a mobilização social, na medida em que coloca diversas comunidades na situação de ameaça de remoções. Nesse sentido, ao longo das reuniões que participei sempre era mencionada a estratégia de aproveitamento da realização da Copa do Mundo enquanto uma possibilidade de construir o processo de mobilização e organização contestatória. Em outras palavras, aproveitar a conjuntura de ameaça (qual seja, os impactos das obras da Copa do Mundo) como um momento que oportuniza explicitar os conflitos urbanos e mobilizar uma pluralidade de atores, transformando as diversas intervenções por parte do Poder Público Municipal – como as remoções ou as alterações na legislação – em fatos políticos.

“a Copa é uma ameaça concreta, porém, facilitou esse debate que estamos tentando fazer há muito tempo. Anteriormente à questão da Copa, já foram removidas 2000 pessoas. Houve mudanças no Plano Diretor para a aprovação de projetos, como por exemplo o [Supermercado] Big. Há também as questões em torno do Morro Santa Tereza, do Jockey e do Pontal do Estaleiro (90% de reprovação, “foi engavetado”). A lógica do parlamento estadual de desobrigação com a população, leis foram alteradas e as comunidades estão sendo reassentadas longe de suas regiões [...] a Copa teve como ponto positivo ser um provocador e que agora depende da nossa capacidade”. (diário de campo – reunião 11/04)

Nestas reuniões, as avaliações da conjuntura político-institucional na qual estavam inseridos, mais especificamente sobre as relações com os diferentes níveis institucionais, remetiam a um cenário nacional e estadual favorável, ao mesmo tempo em que atribuíam ao Poder Público Municipal o papel de “inimigo”: “continuamos no Governo Federal (alusão a Dilma) e agora o Governo do Estado (alusão a Tarso Genro), o que representa um quadro favorável com questões históricas” (diário de campo – ator que atuava no do comitê cristal e no FERU/rs)

Um exemplo do tensionamento na relação com o poder público municipal, identificando-o como o adversário a ser confrontado, foi expresso na reunião do dia 19 de setembro, que tinha como pauta debater a posição do Fórum sobre a comemoração do Estatuto da Cidade pela Prefeitura municipal. Nas palavras de uma das participantes (conselheira do OP):

“a nossa cidade esta abandonada. Em protesto, dizemos não; não vamos

ao congresso. O Fórum de Entidades elaborou um documento e enviou ao CAR [Centro Administrativo Regional]. É uma carta para explicar o por que de alguns movimentos comunitários não participarem”. (diário de campo - reunião)

Mas, além de ressaltarem as ameaças trazidas pelas obras da Copa e a identificação da Prefeitura como alvo das mobilizações, os agentes envolvidos no processo de mobilização precisavam também desconstruir a ideia de que os canais institucionais existentes para participação social (especialmente o OP) poderiam operar como instrumentos adequados para a defesa das demandas e interesses das populações a serem atingidas por aquelas obras. Como salienta um ativista,

“a democracia participativa, que em algum momento foi importante, mas hoje não podemos ficar restritos ao Orçamento [OP], pois não dá conta de outras questões como educação, geração de renda, etc. Mas o processo foi importante e a riqueza está ligada à formação política das lideranças que fazem parte do Orçamento Participativo [...] Não há só massa, há lideranças de fato”.

Este questionamento da eficácia e, no limite, da legitimidade do OP se colocou mais fortemente na relação dos mediadores externos e as lideranças comunitárias, uma vez que estas últimas tinham vínculos estreitos com a institucionalidade, na medida em que eram presidentes de associações de moradores (que negociavam suas demandas e mantinham convênios com a Prefeitura), integravam a comissão de habitação e/ou eram conselheiros do OP. A crítica aos limites às alternativas institucionais frente a ameaça de remoção, constante nas falas dos mediadores externos, buscava, assim, construir o espaço do Comitê e a ação contestatória como alternativa para aquelas lideranças e suas comunidades. Isto é ilustrado em uma discussão que presenciei sobre o caráter do Comitê:

“O representante do Quilombo então interveio com um discurso inflamado sobre o caráter do Comitê Popular da Copa. Questionou, em tom provocativo, sobre se algum movimento anterior já tinha conseguido organizadamente mobilizar tantas audiências públicas. E respondeu: “Não, só nós”. Falou que não deveriam ficar discutindo sobre a institucionalidade nas reuniões do Comitê, pois este já foi criado por conta da institucionalização do OP, para ser um espaço de autonomia dos movimentos populares de Porto Alegre.

A ênfase nos limites dos canais institucionais e na necessidade de mobilização se coloca como imprescindível frente aos adversários corporificados no prefeito José Fortunatti e nos Secretários de Gestão de Assuntos Estratégicos (Newton Baggio) e de Coordenação Política e Governança Solidária Local (Cesar Buzatto). A eles era atribuído a adoção de um

modelo de gestão “fascista” e de atuação no sentido da “cooptação de lideranças”. Como salienta um ativista: “Antes eles tentaram dominar e não conseguiram. Agora estão isolando a região e cooptando lideranças”.

Essa visão negativa sobre os atores institucionais aparecia também quando o assunto era as disputas entre lideranças na região. Nas reuniões, o “grupo do contra”, ou seja, as lideranças que não participavam do Comitê, era referido como atrelado à Prefeitura. Havia essa definição por contraste entre “nós” (os que atuavam junto ao Comitê) e “eles” (vinculados com a Prefeitura). Uma cena ilustrativa desse conflito na região foi quando participei de uma mobilização que tinha como objetivo “chamar as pessoas para a ação de rua” frente às insuficiências das respostas institucionais:

“Marcamos de nos encontrar para a mobilização às 15h 30min, na emergência do Postão da Grande Cruzeiro. Encontrei um dos representantes do comitê cristal no posto Ipiranga que fica na avenida Chuí, em frente ao Quilombo do Sopapo e ele me deu carona até o Postão. Ao chegarmos lá, encontravam-se sentados no chão cinco integrantes do Levante Popular da Juventude, que comentaram do cansaço que estavam, pois tinham participado de atividades no assentamento do MST em Viamão. Dividimos os panfletos e seguimos rumo a nossa missão. A primeira cena que nos deparamos foi uma festa da Associação de Moradores em comemoração aos seus 32 anos. Em uma das esquinas encontrava-se um palco, onde haviam diversas pessoas reunidas. Entre elas duas lideranças comunitárias da Tronco – sempre referenciadas nas reuniões como parte do “grupo do contra” – e Fortunatti.. Falas de empolgação anunciavam homenagens ao prefeito e aos “nossos” vereadores, ao mesmo tempo em que o espaço do OP era ressaltado. Paramos por um tempo e ficamos observando aquela cena. Meus interlocutores advertiram que não deveríamos panfletar ali, pois diriam que “éramos oportunistas”, “vamos apanhar aqui”, “temos conflitos com eles, mas queremos eles do nosso lado”, foram as frases que ouvi. Enfim, optamos por fazer outro caminho para chegar a comunidade”. (nota do diário de campo)

Essa contraposição entre Prefeitura e Comitê apareceu também em uma das reuniões que participei, quando uma parte foi dedicada a ouvirmos a gravação de uma entrevista do Prefeito na rádio Gaúcha. Na entrevista, o Prefeito criticava as ações do Comitê Popular da Copa e seus boletins pelo uso do termo “despejo”. Referia-se ao grupo como “baderneiros” e o “fogo inimigo que era contra a Copa e o progresso em Porto Alegre”. As reações na reunião foram de muita indignação: “o nosso Prefeito não pode falar isso, nós temos direitos”. E prontamente falaram que queriam direito de resposta e que as informações só chegaram ao bairro com as ações do Comitê.

Esse conflito vai estar presente ao longo de todo trabalho campo. Outro exemplo foi

quando conversei com uma das lideranças que tem representação na SECOPA. Remetendo a uma audiência que participou junto com o Prefeito, ela me falou:

“na audiência, M [liderança identificada como do “grupo do contra”] falou para o Prefeito que o Comitê não existe, não representa as comunidades. Eu disse que havia várias ações realizadas e que o Prefeito só foi lá (no bairro) porque trancamos o pé. [...] Hoje ir para rua é visto como baderna, bagunça. Na época da União de Vilas nós fazíamos pressão no governo, íamos para a rua, enchíamos ônibus”.

Essa mesma liderança já tinha comentado comigo sobre as reuniões da Comissão de habitação/SECOPA que tinha como objetivo estabelecer um diálogo entre Prefeitura e comunidades. Sobre isso, falou que as reuniões eram convocadas de última hora e ninguém avisava. Perguntei onde aconteciam as reuniões e quem fazia parte. Ela respondeu que era no CAR e representantes do governo compunham junto com os representantes das comunidades aquele espaço: “Apesar de dizerem que são neutros na questão, eles [grupo do contra] trabalham pro governo, o governo paga eles [...]. Eles estão vinculados com a política partidária”. Esta liderança defendia que aquele espaço (na sede da Associação Amigos do Cristal) não deveria ter a presença dos atores estatais, que tinha que ser só da comunidade.

O espaço do Comitê visava agregar diversas comunidades da região que estão passando por situações consideradas como um mesmo processo de negação do direito à cidade. Um momento em campo é ilustrativo da forma dinâmica que vai se dando esse processo de atribuição de oportunidade/ameaça pelos diversos atores que vão se articulando no Comitê. Na verdade, percebi que este momento foi importante para impulsionar o debate sobre necessidade de articulação das comunidades e da mobilização:

“A reunião já tinha começado, quando um grupo de pessoas chegou ao local. Com a sala cheia, alguns tiveram que se sentar no chão. A rodada de apresentações se repetiu e uma das mulheres que recém tinha chegado pediu para falar. Apresentou-se como conselheira do OP e moradora da região que será atingida pelo PISA. Disse que estava muito preocupada, que tinha ido a uma reunião que foi feita às escondidas e que só souberam 5 minutos antes de começar (“se soubéssemos antes, só a vila do R. tem muito mais gente que “eles”). “Eles” era referência a classe média do bairro. Sua preocupação era a apresentação de um abaixo-assinado com mais de 1.800 assinaturas contra a área do sócio-ambiental (“eles não querem pobres”). Falou que a reunião foi muito pesada, falaram para o Baggio (Secretário de Gestão e Acompanhamento Estratégico) que se ele gostava tanto de pobre, que levasse para a casa dele. “Eles” perguntaram ao Secretário: “Vai ter garagem para os pobres guardarem as carroças?”. “Nós fomos apresentados como o lixo do Cristal” (estava relacionado também ao fato de que moram lá a mais de

50 anos e que todas as conquistas do bairro tinha sido a partir deles e agora “somos o lixo”). Disse que uma mulher falou que “comprei isso a dois anos porque me garantiram que iam tirar esses pobres” (“indignação, moro a muito mais tempo e agora podem vir aqui e nos atropelar?”). Essas falas indignaram muito os presentes. “Não podemos tratar a questão da Copa e do sócio-ambiental separadas. Temos que nos fortalecer, é uma questão de comunidade com comunidade”. (nota do diário de campo)

Gostaria de ressaltar que a defesa da necessidade de retomada das ações contestatórias não significa a substituição das formas já consolidadas, como a participação institucional. Inclusive, as lideranças comunitárias que participavam do Comitê do Cristal sempre se apresentavam como conselheiro do OP ou da SECOPA e, também, salientavam que deveriam se apropriar desses espaços. Esta iniciativa, inclusive, foi um dos encaminhamentos da reunião do Comitê no dia 14/05. Os relatos de campo abaixo expressam isso:

“[...] mas também se articula nessa coisa mais independente de pensar que bom a gente pode formar outras lideranças, começar esse processo de formação de novas lideranças, mas que também possam assumir esses postos depois no OP e em outras formas de participação. O MST e os Amigos da Terra têm um pouco essa preocupação, de sim, nós temos lideranças consolidadas, históricas e que foram significativas e continuam sendo, mas que existe uma necessidade de renovação de quadros, de organizar uma outra forma de fazer política que também não seja tão enraizada nos partidos, que tenha uma independência política, né, então um pouco isso”. (conversa com um dos articuladores do processo)

3.3 Criação e Apropriação Organizacional:

Como já dito, na cidade de Porto Alegre os conflitos em torno do direito à cidade e da ocupação do solo urbano já vinham sendo explicitados anteriormente à formação desse processo contestatório em torno da realização da Copa. Exemplos já citados foram a constituição do Movimento em Defesa da Orla do Guaíba e o Movimento O Morro é Nosso, ambos exitosos em suas ações de tensionamento ao poder público quanto às decisões em torno dos rumos da cidade.

Particularmente, a mobilização de defesa do Morro Santa Teresa teve influencia importante no processo de contestação analisado por essa pesquisa. Além do fato da problemática em que estão inseridos serem semelhantes – ou seja, diversas famílias em situação de ameaça de remoção das áreas em que vivem hoje –, a proximidade geográfica das regiões facilita o contato entre as diferentes organizações e atores políticos envolvidos nos dois processos.

A própria constituição do Comitê Popular da Copa na região do Cristal se deu a partir da articulação do Quilombo do Sopapo com parte da rede de mobilização e organização que atuava junto ao Morro Santa Teresa. A proximidade entre essas duas mobilizações podia ser vista, ao longo das minhas observações, na presença de diversas lideranças comunitárias das vilas que compõe o Morro Santa Teresa nas reuniões do Comitê, ajudando na organização e mobilização das comunidades, principalmente a partir de relatos da construção do processo exitoso do seu movimento. Como salientam duas lideranças do Morro na reunião do Comitê falando sobre a necessidade de mobilização e união na luta:

“achávamos que não íamos ganhar; muitos estavam desanimados, mas a conjuntura política mudou e ganhamos...quase não acreditamos”.

“o povo só se uniu por causa da dor, antes era cada um por si. Isso é uma coisa que não vejo aqui. [...] são pequenos grupos com interesses particulares, as reuniões são fragmentadas. Nas nossas reuniões dávamos continuidade ao assunto e que levou a unidade do movimento [...] movimento fragmentado não tem poder, é necessário construir a unidade da luta”.

Além da atuação das organizações (MST, LPJ e Amigos da Terra) e das lideranças comunitárias que vinham desenvolvendo ações na região do Morro Santa Teresa junto ao Comitê do Cristal, a apropriação de estruturas organizativas pré-existentes para a construção do processo de mobilização analisado se expressa também na constituição do GT de comunicadores. O GT dos comunicadores é um grupo de jornalistas, blogueiros e atores sociais que integra uma rede construída para a troca de informações sobre os processos de intervenção do poder público relacionados à Copa, visando fomentar o debate sobre os impactos sociais, ambientais e econômicos que esta pode provocar em Porto Alegre. O GT foi formado por organizações que já vinham desenvolvendo este trabalho junto ao movimento do Morro Santa Teresa:

“O pessoal do GT de Comunicação, ele surgiu num movimento semelhante ao que aconteceu no Morro Santa Teresa. Quando se tinha a pauta e estava sendo travada a disputa pelo território ali, se chamou um grupo de jornalistas afins no caso, de esquerda, blogueiros, enfim, que pudessem estar cobrindo e furando a mídia no caso. Porque são pautas que não entram na mídia comum, no RGS é muito difícil tu entrar. Então, essas pessoas tiveram papel fundamental, a XX, que na época trabalhava no SEMAP, a XX, o XX, o XX da Catarse, foram os mobilizadores desse grupo no Morro Santa Teresa. Quando começou a acontecer essa questão da Copa e que nós vimos que também não tava conseguindo dar vazão para essa pauta, re-articulamos esses mesmos atores para também estar fazendo esse papel da pauta da Copa. Então, tá colocando a pauta da Copa para fora e fomentando o debate entre eles e aí disso se tirou um

grupo que seria a comissão desse GT de Comunicação e que ficou que seria do MST a XX”. (diário de campo)

Mas, o “núcleo duro” do GT era composto pelos representantes da ONG Cidade, do MST, um jornalista representante do Coletivo Catarse, uma socióloga militante política e uma jornalista e delegada da Região Geral de Planejamento1 (RP1)⁸⁵. E, apesar deste grupo ter sido formado junto ao Comitê do Cristal, nas discussões que acompanhei sobre o caráter do grupo e sua autonomia ficou definido que passariam a atuar em questões gerais da cidade, fomentando o processo de mobilização e organização de maneira geral.

Assim, passaram a construir uma agenda de visita em diversas comunidades, com o objetivo de constituírem-se um veículo de comunicação que pudesse levar informações às comunidades e, ao mesmo tempo, produzir materiais para enviar para a imprensa. Na recapitulação das atividades feitas, ocorrida na reunião do dia 22 de julho, foi assim sintetizado: gravação de um Vídeo sobre a Vila Dique, a realização de duas entrevistas (uma com um professor e pesquisador da Universidade de Tulane, Aron Schneider, e outra com Gilmar Mascarenha, professor de geografia da UERJ) e a cobertura da audiência entre as comunidades do Cristal e o Prefeito José Fortunatti⁸⁶. Todos esses materiais davam ênfase às contradições da Prefeitura e articulavam os processos ocorridos na Vila Dique com o que estava acontecendo na região Cristal.

Ao longo das minhas observações, um das questões publicizadas na reunião do GT de Comunicadores foi a construção do Seminário “O Morro é Nosso – Um Projeto para o Morro Santa Teresa”. A partir desse momento é que a proximidade entre essas mobilizações ficou mais clara. E, mais especificamente, quando participei do Seminário e percebi que a mesa de coordenação era composta pelos mesmos representantes do MST que eu interagira nas reuniões do Comitê. Também o vídeo de abertura do evento, que contava a história do Movimento O Morro é Nosso, era atribuído ao GT de comunicadores do Comitê Popular da Copa. Na parte organizativa, ou melhor, quando os participantes do Seminário foram divididos em pequenos grupos para debater uma proposta “popular” para o Morro, as pessoas que coordenavam eram representantes do LPJ e do Amigos da Terra, que também participavam do Comitê.

⁸⁵ A RP1 é uma das oito regiões de gestão de planejamento - em que é dividido o território de Porto Alegre - no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDUA). Ela engloba os bairros Marcílio Dias, Floresta, Centro, Auxiliadora, Moinhos de vento, Independência, Bom Fim, Rio Branco, Mont’Serrat, Bela Vista, Farroupilha, Santana, Petrópolis, Santa Cecília, Jardim Botânico, Praia de Belas, Cidade Baixa, Menino Deus e Azenha. Disponível em: <http://rgp1poa.wordpress.com/mapa-regioes/> [acessado em novembro de 2011]

⁸⁶ Todos os materiais estão disponíveis no site: http://comitepopularcopapoa2014.blogspot.com/2011_07_01_archive.html

Na visita da relatora da ONU para o direito a moradia digna (que será relatada posteriormente), a questão do Morro Santa Teresa é articulada junto ao Comitê Popular da Copa e isso era expresso na falas que enfatizavam a “construção de um paradigma conjunto”.

A composição da estrutura organizativa do GT é um elemento importante nesse processo de mobilização, na medida em que possibilitava, de um lado, publicizar as reivindicações para a sociedade, através da realização de vídeos, sites, blogs e informativos. De outro lado, seus membros eram responsáveis por produzir informações para fomentar a mobilização das comunidades. Por fim, esse grupo também tinha um papel importante na “amarração” dos diferentes grupos que se articulavam no Comitê, como expresso na fala de um dos representantes em um momento em que houve um declínio das ações do GT:

“Porque depois que se abandonou as reuniões do GT de Comunicação, porque o GT amarrava os fóruns, vinha se transformando numa forma prática de articular, pelo menos do ponto de vista da comunicação, o Fórum da Reforma Urbana e os dois Comitês [do Cristal e Centro] sem entrar em discussão de poder. Só que parou assim, por decisão...a gente tinha construído uma agenda né, e um dos elementos dessa agenda era a cobertura de uma visita do [Tomás] Villasante aqui em Porto Alegre, e aí no dia que ele veio não veio ninguém, nem XX nem XX, não veio ninguém. E esse é um dos elementos que se somam...tem a ver com o fato de que a gente tentou introduzir uma coisa nova na agenda né.”
(diário de campo)

3.4 Certificação Externa: a visita da relatora da ONU para o direito à moradia digna em Porto Alegre

No acompanhamento das ações realizadas pelo conjunto de atores articulados no processo de mobilização, uma das estratégias foi a busca de legitimação da sua mobilização a partir de atores externos. Duas questões são ilustrativas aqui.

Primeiramente, a articulação em torno do GT de Comunicadores do Comitê Popular da Copa 2014 tinha como uma das suas funções proporcionar o debate sobre os impactos da Copa nas suas mais variadas dimensões, com ênfase especial aos impactos sociais. Dentre as ações, eram realizadas entrevistas com pessoas influentes. Um exemplo deste tipo de ação foi a entrevista com Gilberto Mascarenha, intitulada “Mega-eventos quem vai pagar a conta?”, posteriormente publicada na revista Brasil de Fato. Mascarenha é professor de geografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e integrante do Comitê Popular da Copa do Mundo e das Olimpíadas no Rio de Janeiro.

Porém, a ação de certificação (ou seja, a busca de reconhecimento e apoio de

autoridades externas para legitimar a reivindicação) mais significativa ao longo do processo observado foi a vinda de Raquel Rolnick a Porto Alegre para visitar as comunidades que serão atingidas pelas obras da Copa e verificar casos de desrespeito aos direitos humanos e de moradia adequada.

Raquel Rolnick é relatora especial das Organizações das Nações Unidas (ONU) para o direito à moradia digna e, como já foi dito, ela foi responsável pela emergência do processo de formação da rede nacional de Comitês da Copa nas cidades brasileiras. A intervenção dela se vincula ao trabalho desenvolvido junto a relatoria da ONU sobre mega-eventos dos mais diversos tipos e o impacto destes nos países, porém sempre ressaltando que a sua função de relatora era um cargo independente.

A vinda de Rolnick resultou de uma articulação que envolvia a Câmara Municipal e o Comitê Popular da Copa de Porto Alegre. Porém, nas reuniões no Quilombo do Sopapo, sempre que surgia a questão da vinda de Raquel, a representante do MST – que é a representante de Porto Alegre na rede nacional – sempre afirmava que Rolnick tinha falado para ela que só viria por causa do Comitê, pois se fosse apenas uma visita institucional não a faria.

Assim, ao longo do mês de julho e início do mês de agosto, parte das reuniões do Comitê era dedicada a discutir e organizar a vinda da relatora para Porto Alegre. Entre as atividades programadas havia: agenda de Rolnick junto às comunidades, os almoços que foram realizados na Casa de Nazaré⁸⁷ e na ocupação 20 de Novembro⁸⁸, a coletiva de imprensa organizada pelo GT de Comunicadores e um relatório que deveria ser elaborado pelas organizações comunitárias sobre suas comunidades para entregar a relatora. Também foram debatidas as audiências de Rolnick com o Prefeito José Fortunatti e com o Governador Tarso Genro.

Nessas discussões sempre aparecia o conflito com os atores institucionais sobre a apropriação da vinda da relatora. Um momento na reunião do dia 16 de agosto é ilustrativo disso. Nessa reunião, a responsável do MST por organizar a vinda de Rolnick expôs a mudança na agenda dela em Porto Alegre. A alteração se referia a audiência com o Prefeito, que disponibilizou o turno da manhã para recebê-la e impôs como condição que o encontro fosse apenas com ela. Esse comunicado gerou indignações, pois queriam que um morador da região acompanhasse a reunião, para tensionar o poder municipal, e também porque a data

⁸⁷ A casa de Nazaré é uma instituição não-governamental que atende famílias e jovens da Vila Nossa Senhora das Graças, no bairro Cristal.

⁸⁸ Uma ocupação urbana, próxima ao estádio Beira-Rio, de integrantes do Movimento Nacional de Luta pela Moradia.

correspondia à chegada da relatora na cidade. Esse fato foi visto pelos participantes como uma estratégia da Prefeitura, o que foi expresso nas frases de que deveriam conversar com ela antes do Prefeito, no aeroporto mesmo, para que o Prefeito não “minasse” a cabeça dela contra as comunidades. Porém, a representante do MST tranquilizou-os afirmando que a relatora já estava informada sobre os processos em curso na cidade, pois tinham enviado para ela o parecer de Jacques Alfonsín⁸⁹ sobre a área do Jockey Club e outros materiais elaborados.

A audiência de Rolnick com o Prefeito tinha o objetivo de questionar o fato da Prefeitura ter enviado o Plano de Habitação para a Caixa Econômica Federal sem ter comunicado as comunidades, isto é, sem ter sido participativo, um direito assegurado pela Constituição. Já na audiência com o governador, a “pauta seria diferente”, nas palavras da representante do MST. O Objetivo era discutir a área do Jockey Club e o Morro Santa Teresa como um outro legado da Copa.

Raquel Rolnick chegou em Porto Alegre no dia 18 de agosto pela manhã e, dos dois dias que permaneceu na cidade, acompanhei duas atividades: a visita ao Assentamento Urbano Utopia e Luta⁹⁰ e posterior coletiva de imprensa no Quilombo das Artes, uma sala do assentamento; o Seminário promovido pelo Comitê Popular da Copa em parceria com a CUTHAB e a CEDECONDH, no Plenário Otavio Rocha da Câmara Municipal de Porto Alegre. Estas atividades são descritas a seguir.

a) O Assentamento Urbano Utopia e Luta e a entrevista coletiva da Relatora da ONU para o direito a moradia digna

Quando cheguei ao Utopia e Luta (UL) a visita de Raquel Rolnick já havia começado. Entrei rapidamente no prédio, que se localiza no alto da escadaria da Av. Borges de Medeiros, e segui a fila que se formava atrás de Rolnick. Paramos na lavanderia comunitária, onde um dos moradores do UL explicou como foi realizada a idéia e como funcionava. Com o término da explicação fomos para o Quilombo das Artes, onde ocorreria a coletiva de imprensa.

Raquel se ajeitou na cadeira que ficava em cima de um palco, decorado com panos pretos, estrelas amarelas e bandeira vermelha. Na rodada de apresentação, imprensa (diversos jornais: Jornal do Comércio, Zero Hora, Coletivo Catarse, etc.), lideranças e moradores de diversas comunidades (Ilhas, Cruzeiro, Cristal, Vila Dique, Morro Santa Teresa, etc.), militantes, estudantes e simpatizantes com a questão da luta pela moradia.

⁸⁹ Jacques Alfonsín é advogado e trabalha junto ao MST e outros movimentos sociais.

⁹⁰ Mais informações em: <http://utopia-e-luta.blogspot.com/> [acessado em novembro de 2011]



Foto da coletiva de imprensa com Raquel Rolnick na sala Quilombo das Artes do Assentamento Urbano Utopia e Luta. Autor: Gabrielle O. Araujo. Ano: 2011.

A primeira fala da relatora foi dedicada a explicar sobre a função que desenvolvia e, posteriormente, foi aberto para perguntas, momento em que diferentes interesses se manifestaram. Da parte dos que se articulam em torno do processo de mobilização analisado, a estratégia era elaborar perguntas que dessem visibilidade às comunidades, às injustiças sociais, aos projetos alternativos que poderiam ser construídos em Porto Alegre (na área do Jockey Club e, principalmente, do Morro Santa Teresa) e sobre a FIFA. Mas como a coletiva de imprensa era aberta a todos os jornais e os organizadores não tinham controle sobre as perguntas, o representante do jornal Zero Hora pediu para Raquel Rolnick fazer um comparativo entre as cidades. Essa pergunta foi bastante criticada e apareceu nas falas de meus interlocutores como intencional e que remetia a uma manchete do tipo: “Porto Alegre é a melhor cidade...”.

Respondendo às perguntas, Rolnick falou sobre a existência de um projeto de cidade paralelo, corporativo e sem diálogo com as comunidades: “Há um problema na lógica de gestão das cidades”. Expôs que “o direito a moradia é o direito à cidade” e não tem nada a ver com a questão da posse, “é um direito humano”. Falou sobre os Comitês e a necessidade da construção de uma agenda de lutas, argumentando que há um processo público de debate e de organização da sociedade civil. Ressaltou a importância da sociedade civil organizada e de sua intervenção nesse processo, dando destaque à tradição associativa em Porto Alegre: “uma cidade para sair na frente, que tem uma tradição comunitária e muita participação”.

Sobre a FIFA, falou sobre a tentativa de diálogo que tentou estabelecer, “mas que

como todos sabiam, afinal isso é uma questão pública, a FIFA é uma caixa preta, um nicho de corrupção”. Também comentou sobre o Estado de exceção que poderia representar a realização da Copa:

“Em nome da Copa pode se passar por cima de direitos constituídos; é o que esta começando a acontecer no Brasil (por meio de algumas resoluções); [...] mas o maior perigo são os acordos (secretos) paralelos com as cidades sedes, com as Prefeituras (não esta no protocolo geral, mas negociando diretamente)”.

Sobre as demandas da Copa, falou que acreditava haver tempo ainda para uma agenda, um legado sócio-ambiental. Rolnick foi enfática ao se referir ao processo do Morro Santa Teresa:

“as narrativas (exemplos de mega-eventos) remetem a um modelo de cidade que higieniza o centro, que exclui populações, que valoriza a especulação imobiliária. Porto Alegre tem a possibilidade de dizer não a esse modelo corporativo, excludente. Outra preparação para a Copa é possível. Em Porto Alegre há a possibilidade de transformação desse paradigma”.

No final dessa fala, diversos dos meus interlocutores ficaram agitados e contentes. Mas a coletiva de imprensa foi um pouco tensa, no sentido de que Rolnick não chegava a “bater” na Prefeitura ou, de maneira geral, na institucionalidade, como foi comentado comigo posteriormente. Exemplo disso foi quando ela expôs sobre a audiência com o Prefeito José Fortunatti: “Estou feliz, pois há a sinalização de um movimento de interlocução do governo municipal com as comunidades”. Esta fala remetia às propostas de terrenos para o reassentamento das comunidades da região Cristal que teriam sido indicados pelas comunidades. Tal fala não agradou meus interlocutores e já na saída da coletiva ouvi: “Mas tivemos que trancar o pé para o prefeito ir até lá”. Após a coletiva de imprensa, Rolnick se retirou.

b) O seminário na Câmara Legislativa: comitês, institucionalidade e Raquel Rolnick

Na ida para a atividade a ser realizada na Câmara de Vereadores, peguei uma carona com o pessoal da ONG Cidade. No trajeto, me contaram sobre a visita de Rolnick à Vila Dique. A avaliação era positiva, pois o Comitê da Copa tinha guiado tudo. Disseram que havia vários representantes do governo “nos ouvidos” de Rolnick e que o principal representante do governo municipal presente, o Secretário Newton Baggio, atendia as ligações do Prefeito o

tempo todo, estressado, alegando que não tinha nada de bom para mostrar (no meio dos presentes!).

Chegamos na Câmara e nos dirigimos ao salão onde ocorreria o Seminário. A mesa principal era composta pelos três níveis de governo – Prefeitura Municipal (César Buzatto e Pedro Schmith), Câmara Municipal (Sofia Cavedon) e governo estadual (Nasson Sant’Anna) –, por um representante do Comitê da Copa (do MST), Raquel Rolnick, uma vereadora do PT e o vereador Pedro Ruas, presidente da Cuthab e coordenador da reunião.

As falas de Rolnick, apesar de estarem carregadas na crítica aos processos como os projetos relacionados à Copa estavam sendo implementados, ao mesmo tempo iam ao encontro das exposições dos atores institucionais presentes, destacando a colaboração dos governos com a sociedade civil em Porto Alegre: “em Porto Alegre há espaço (democrático) na Prefeitura, [Governo do] Estado e sociedade civil [...] há uma agenda construída coletivamente, Câmara, Comissão de Direitos Humanos e Comitês”.

Na sua exposição, remeteu a trajetória brasileira de urbanização, na qual grande parte da população não foi “absorvida” pela cidade formal. Falou que foi em Porto Alegre que teve início a idéia da participação direta na gestão, “nos rumos da cidade”. E que hoje há plena condição de implantar essas utopias (“cidade includentes, cidade para todos”). Remetendo a um panorama geral sobre as cidades que receberam mega-eventos, falou sobre uma estratégia corporativa que alia interesses dos patrocinadores e abertura da cidade para um estande de venda infalível. Vende a cidade e os empreendimentos ligados à Copa sem publicidade; só o fato de ser sede dá uma audiência internacional. “É uma marca!” Há um contexto de globalização, de um circuito financeiro econômico, buscando onde podem aterrissar. Também falou que as cidades associam-se a um regime de exceção. O tempo das obras da Copa é outro; há prazos (uma série de legislação não precisa mais valer). “Nós vamos deixar? É de cortar os pulsos!!”. O Brasil tem um histórico na questão da reforma urbana: como a moradia não está no projeto? Como podemos ouvir dos gestores que é uma ocupação e estamos fazendo um favor? Ouvi: queixas, denúncias, projetos, mudanças de rumo, proposta de inclusão...há tempo! “Feliz por ver vontade de uma construção coletiva [...] coisas que vocês sabem fazer bem”. Também disse que a única autoridade a dar alguma resposta à relatoria da ONU foi o Prefeito José Fortunatti.

Depois da fala de Rolnick foram abertas inscrições. Nesse momento, diversas lideranças comunitárias expuseram seus problemas, funcionando como um momento para tencionar a fala de que em Porto Alegre “vai tudo muito bem” e que o governo municipal tem uma postura de cooperação. Esta postura se expressa abaixo, nos trechos das falas dos meus

interlocutores:

“a Prefeitura deveria tomar a atitude junto com o Governo do Estado e transformar em exemplo, romper o paradigma (referindo-se ao Morro Santa Teresa)”. (representante do LPJ no Comitê da Copa e morador do Morro)

“Coragem povo”. A luta é inglória até um momento; mas a Prefeitura está sendo pautada pela comunidades. [...] No Cristal, solicitamos a presença do Prefeito, mas não quis ir. Tivemos que fazer algumas ações, disseram que estávamos fazendo baderna”. (liderança da Vila cruzeiro/Comitê da Copa)

“sou mais um dos soldadinhos que trancou a rua pela moradia”; falou que o Morro Santa Teresa era um cartão postal – inveja dos poderosos, pobre não tem direito de olhar por cima; é muito para pobre. Tem alguém que luta; é o dever de todo cidadão de POA. “Eu amo POA”. (liderança do Morro Santa Teresa que participava das reuniões do Comitê do Cristal)

“a moradia é sagrada para o ser humano [...] o processo de encaminhamento do PISA está deixando o povo miserável, sem identidade [...] Os bairros distantes prejudicam crianças e famílias [...] organização popular foi o ponto alto dessa cidade [...] para que o povão das suas bases pudesse gritar a sua dor”. (representante da Casa de Nazaré e participante do Comitê Cristal)

“nós (FERU/RS e Comitês da Copa) estamos com dificuldade de construir esperança. Estamos negociando os termos de rendição da população removida, não estamos discutindo democracia participativa e sim exclusão participativa [...] discutimos os termos das nossas exclusões. [...] por que só removem onde há pobre? O desenho já está pré-determinado. Cadê o plano de regularização fundiária para o conjunto das comunidades?” (representante da ONG Cidade).

A vinda de Raquel Rolnick foi importante na medida em que tornava público os processos de remoção e legitimava as reivindicações, forçando, em certa medida, o poder municipal a se posicionar sobre o assunto. Também os jornais abriram um espaço para noticiar a visita e os processos a ela relacionados.

c) Repercussão da visita nos espaços pesquisados: FERU/RS e Comitê da Copa

Na reunião do dia 25 de agosto, um dos temas debatidos era a avaliação da vinda da relatora. Antes mesmo de começar a avaliação, as falas informais já remetiam a certo desânimo pela “flexibilidade” nas falas de Rolnick, que “elogiou muito a institucionalidade”. Mas, de maneira geral, a avaliação era de que a visita tinha sido boa.

O relato principal foi feito por uma das lideranças comunitárias que acompanhou Rolnick em todo o percurso realizado em Porto Alegre. Nas suas falas era possível perceber como a realização desse evento legitimava o processo não só externamente, mas também internamente ao grupo. Ao falar sobre a audiência com o Prefeito, relatou que, além dele, estava presente outra liderança da região (que não participa do Comitê e é constantemente associada ao governo) que tentou desqualificar os Comitês, dizendo que estes não existiam. XX relatou que respondeu que todas as ações realizadas até agora na região foram resultado dos encaminhamentos tirados pelo Comitê. Relatou também a visita a Vila Dique e disse que “vi muitas coisa erradas por lá”, remetendo a ausência de posto de saúde e equipe de trabalho. E, ainda, do absurdo das pessoas que para receberem a chave têm que assinar um contrato do qual não recebem uma cópia. Comentou também sobre a reação do Secretário da Governança Local (representante do governo municipal na visita), que “estava muito alterado”. Depois foram almoçar no 20 de novembro e disse que achou bem importante, pois eles puderam fazer as reivindicações deles.

Depois foram para a audiência com o Governador Tarso Genro (“me conhece a anos, trabalhei com ele”). Disse que foi “mais *light*” e que os assuntos tratados foram a questão do Morro e da área do Jockey Club. Sobre esta última, disse que Tarso falou que, por ser uma área privada, agora era com a Prefeitura e não com o Governo do Estado, mas que ele poderia fazer um levantamento e queria receber os documentos do Jacques Alfonsin e do Comitê sobre a questão. Seguindo a fala, a liderança comunitária falou sobre a visita no Utopia e Luta e da coletiva. Disse que foi legal conhecer o local, muito caprichosa a horta hidropônica (inclusive iria comprar lá quando fosse para o centro). E sobre a coletiva disse que Raquel foi “flexível”. Sobre sua participação na Câmara, disse que repetiu o que falou ao Prefeito: “que todas as coisas que ocorreram até agora foram encaminhamentos dos Comitês; que para a Prefeitura ir falar, olhar no olho dos moradores, tiveram que trancar o cadastro, que depois liberaram, dando um voto de confiança, mas há a incerteza ainda”.

Na reunião do FERU/RS, as falas sobre a vinda da relatora remeteram a ter oportunizado vir a público as reivindicações, mas que havia certo desconforto, pois a relatora não produziu o relatório com os problemas identificados: “Sua fala foi de que está positivo. Nós conhecemos há mais tempo a realidade”. Sugeriu que cobrassem uma carta para a Prefeitura. Remeteu ao cuidado para que não seja usado posteriormente contra eles. Sobre isso remeteram a visão da mídia em geral e, particularmente, à pergunta do jornalista da Zero Hora pedindo para ela comparar a situação das cidades-sedes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho acompanhou o percurso realizado por uma pluralidade de atores articulados em um processo de mobilização social contestatório em torno do direito à cidade. Olhando para a dinâmica organizativa em torno da composição de novos espaços de ação coletiva, formação de coalizões de forças sociais e políticas e a construção das estratégias de ação visando tensionar e resistir aos impactos sociais das obras da Copa, uma série de elementos foi analisada buscando uma melhor compreensão sobre os complexos processos de mobilização e organização social.

A motivação inicial da realização dessa pesquisa foi resultado de uma percepção crítica ao campo de estudo sobre movimentos sociais e sociedade civil desenvolvido no âmbito da sociologia brasileira. De maneira geral, problematizam-se a partir do estudo empírico as fragilidades teórico-metodológicas para a compreensão mais qualificada dos processos de mobilização e organização social, que tenderam a um enfoque normativo e prescritivo das dinâmicas associativas e das formas de atuação dos atores sociais.

Dessa maneira propomos uma interlocução teórica com autores pouco empregados nas análises sobre contestação social e que têm se dedicado aos estudos sobre ação coletiva a partir de uma perspectiva relacional. Em especial, o diálogo foi baseado em autores que têm desenvolvido suas pesquisas a partir de uma perspectiva etnográfica da política. Essa escolha se deu na medida em que a abordagem etnográfica nos permite olhar para as estratégias de ação coletiva no seu processo de construção cotidiano. Ao mesmo tempo, pela própria especificidade do objeto em análise, que não é um movimento ou organização específica, mas um processo de ação coletiva de caráter contestatório que coloca em relação uma diversidade de atores e espaços e do processo analisado que está em constante movimento.

Nesse sentido, o estudo empírico nos demonstrou a complexa relação entre o campo da política institucional e os processos de ação coletiva. Apesar de termos focado na conjuntura específica da Copa do Mundo para entender a reativação e/ou construção de novos repertórios de ação coletiva, o resgate histórico realizado mostra como a reconfiguração da conjuntura político-institucional amplia os espaços possíveis para a expressão das demandas sociais, bem como a recomposição nos padrões de relações entre Estado e sociedade civil.

Assim, se a conjuntura específica de ameaça, em função das denominadas “remoções da Copa”, constitui o contexto imediato para as articulações e ações de diferentes atores envolvidos na luta pelo direito de acesso à cidade, esta se insere em uma conjuntura político-

institucional mais ampla, necessária à compreensão da dinâmica de mobilização e organização dos sujeitos que compõem essa pesquisa.

No processo de conflito político analisado, a opção pela reativação e/ou construção de novos repertórios de ação coletiva visa tensionar os canais institucionais (em particular, os fóruns participativos como o OP), na medida em que esses se apresentam insuficientes no atendimento das demandas das populações ameaçadas pelas remoções e, também, das organizações que constroem o processo de mobilização. Mas, isso não significa a substituição da ação institucional pela contestação não institucional. Na medida em que os atores pesquisados atuam em um campo político democrático, que possibilita diferentes formas de relação entre atores sociais e atores políticos, observamos que aqueles atores lançaram mão de uma diversidade de repertórios de ações (institucionais e confrontacionais) disponíveis no presente contexto.

Dessa maneira, o processo analisado evidencia a interação entre diferentes padrões de relação e a articulação de esferas institucionais e não institucionais de ação coletiva na dinâmica contestatória. Visando fazer frente à conjuntura de ameaça, os sujeitos articulados mobilizaram uma diversidade de estratégias de ação coletiva e instituições políticas. Estas iam da construção de Seminários, participação em canais institucionais, audiências públicas com o Ministério Público e com a Câmara de Vereadores, ações judiciais e mobilização de rua.

A identificação e análise deste amplo repertório de ações utilizado pelos atores pesquisados na busca de seus objetivos compartilhados possibilita tencionar a idéia dicotômica, que permeou os estudos sobre movimentos sociais e sociedade civil na sociologia brasileira, sobre os diferentes repertórios de ação coletiva desenvolvido pelos atores sociais. O exame das atividades desenvolvidas, a partir da sua prática concreta, revelou a complexidade da dinâmica do processo organizativo, explicitando uma interpenetração de fenômenos políticos que tem sido visto pela literatura especializada como contraditórios e excludentes.

Assim, os dados demonstraram que antes de definirmos essências e atribuímos formas de ação a organizações específicas, é preciso antes inserir os atores numa teia de relações maior, que conformam o processo de mobilização, entendendo como tais relações estruturam as escolhas e a atuação dos diversos atores e espaços constitutivos deste processo.

Os dados empíricos apresentados nesse trabalho possibilitam perceber a diversidade de formas de ação coletiva utilizadas pelas organizações articuladas no processo de mobilização contestatório. Desse modo, é possível perceber que as organizações sociais não estão limitadas a tipos particulares de ação, podendo assumir uma variedade de formas, isoladas ou combinadas (Tarrow, 2009, pg.137). Eles surgem da luta cotidiana dos atores na sua interação

com o sistema político. E é nessa interação que os movimentos fazem uso de um diversificado repertório de ação, o que significa dizer que cada movimento potencialmente combina em sua prática protesto e proposta, participação direta e participação institucional, pressões nas ruas e luta por dentro das instituições estatais, violência e mobilização das redes personalistas (Tatagiba, 2007).

O estudo empírico também nos demonstrou que, se podemos sustentar o argumento de que existe uma interdependência entre os processos organizativos societários e a configuração político-institucional, isto não significa que os processos de mobilização e organização social se dão como uma resposta mecânica e determinista à estrutura de oportunidades políticas que a configuração político-institucional define. Assim, o processo de mobilização é antes um complexo processo de construção de ação coletiva sempre dinâmico e relacional. Ao olhar para o processo de articulação contestatário no seu desenrolar, a partir do uso da etnografia, foi possível acompanhar as práticas concretas no seu acontecer cotidiano, observando como as pessoas atribuem sentidos as suas práticas, bem como a teia de relações que conforma o processo de mobilização, entendendo como tais relações estruturam as escolhas e a atuação dos diversos atores e espaços constitutivos deste processo.

Assim, a partir da narrativa de parte da minha experiência etnográfica busquei mostrar como a unidade de análise dessa pesquisa foi sendo tecida. O mapeamento etnográfico das coalizões estabelecidas pelos sujeitos pesquisados visando ações conjuntas para o enfrentamento da problemática na qual estão inseridos possibilitou visualizar esta rede relacional em ação.

Buscando compreender o processo de ação contestatário, segui a orientação metodológica definida pela abordagem da contentious politics e decompus o processo em cinco mecanismos que pude identificar, durante o trabalho de campo, como tendo centralidade na produção da mobilização pesquisada. São eles: a mediação; a atribuição de oportunidades e ameaças; a criação e apropriação organizacional; e a certificação.

A articulação destes mecanismos permite explicar por que o processo de mobilização ocorreu da forma apreendida no trabalho de campo, permitindo identificar as conexões entre os esforços de organizações e mediadores para construir uma interpretação mobilizadora, enfatizando os riscos das obras da Copa, a insuficiência das alternativas institucionais e a necessidade da mobilização contestatária; as ações de articulação e conexão internamente às comunidades e destas com agentes e processos municipais e nacionais; a apropriação de estruturas organizativas pré-existentes e a (re)construção de espaços de articulação e ação; a busca de certificação de apoiadores externos e autoridades como recurso de legitimação da

contestação.

Além disto, a apreensão dos mecanismos e, especialmente, da sua operação no processo em foco permite explicar também por que a mobilização acabou se concentrando em certos locais (na região Cristal, em particular) e não ocorreu em outros nos quais também houve a intencionalidade de mobilizar (como na Região do Centro). Diferenças na presença de mediadores, na configuração das estruturas organizativas, na pressão das ameaças imediatas, nas estratégias de ação dos agentes, entre outros aspectos, possibilitam entender as profundas variações locais/regionais a um contexto geral comum, mostrando, mais uma vez, os limites das explicações mecanicistas dos processos de contestação.

Antes de terminar a exposição dessa pesquisa, gostaria de ressaltar algumas tensões observadas na construção do processo de articulação contestatória. Essas podem ser percebidas na tentativa frustrada de constituição de um Fórum Municipal dos Comitês Populares da Copa de Porto Alegre ou na insatisfação de alguns interlocutores em relação a algumas falas da relatora da ONU Raquel Rolnick, pois entendiam que sua visita à cidade deveria ter como objetivo legitimar a reivindicação dos atores em jogo, mas entretanto teria havido momentos de uma certa flexibilidade em seu discurso e a existência de muitos elogios ao poder público municipal.

Em relação ao processo de investigação, gostaria de expor brevemente sobre algumas dificuldades e limitações enfrentadas na minha inserção junto aos grupos pesquisados que estavam em grande medida relacionados a própria especificidade do objeto em análise. A necessidade de “aceitação” por diferentes grupos sociais influenciou no tempo dessa pesquisa, dificultando que algumas relações fossem melhores exploradas. Assim, a aceitação da minha presença variou em relação aos atores presentes no processo. De um lado, tinha uma relação muito próxima dos representantes da ONG Cidade que me “defendiam” quando questionada por algum ator sobre a minha presença nas reuniões. Também tive uma boa aceitação por parte de alguns atores do Comitê do Cristal e do Centro que trocavam muitos e-mails comigo e disponibilizavam seu tempo para as conversas. Desse modo, o meio digital facilitou o contato com as organizações, não só pelos e-mails, mas também através do contato de redes sociais.

No entanto, os representantes de algumas organizações que atuavam no Cristal foram mais resistentes quanto a minha presença. Sendo assim, não pude participar de algumas reuniões mais específicas. Outra questão que se colocou, referente a diversidade de organizações que me relacionava, eram os conflitos internos. Em alguns momentos me vi envolvida neles sendo necessária elaborar estratégias para que a minha inserção entre os

grupos não fosse prejudicada.

Para finalizar, gostaria de ressaltar a importância do método etnográfico para os resultados da pesquisa, devido ter possibilitado tensionar algumas abordagens sociológicas dominantes ao campo de ação coletiva que me parecem estáticas, dicotômicas e deterministas. O acompanhamento do processo de mobilização contestatório no seu desenrolar, mostrou que as estratégias de ação coletiva na sua construção cotidiana dependem de um conjunto complexo de relações, envolvendo diferentes níveis de atores e fatores que afetam as escolhas e a atuação dos diversos atores nas suas reivindicações. Dessa maneira, a pesquisa possibilitou questionar as perspectivas normativas que tendem a definir o “dever ser” dos atores, colocando a necessidade de reflexão às sobre-interpretações tão presentes na literatura. A etnografia me parece uma ferramenta metodológica fértil a essa tarefa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebecca. Do clientelismo à cooperação: governos locais, políticas participativas e organização da sociedade civil em Porto Alegre. *Cadernos da CIDADE*, n°7, volume 5, 2000.

ALFONSIN, Betânia. *Da invisibilidade à regularização fundiária: a trajetória legal da moradia de baixa renda em Porto Alegre – século XX*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000, p. 142-170.

ALFONSIN, Betânia. *A política urbana em disputa: desafios para a efetividade de novos instrumentos em uma perspectiva analítica de Direito Urbanístico comparado (Brasil, Colômbia, Espanha)*. . Doutorado em Planejamento Urbano e Regional. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do rio de Janeiro, 2008, p. 11-167.

ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, 76:49-86, 2009.

AUYERO, Javier; LAPEGNA, Pablo; POMA, Fernanda. Patronage Politics and Contentious Collective Action: A Recursive Relationship. In.: *Latin American Politics and Society*, vol. 51, n. 3, pp.1-31, 2009.

AUYERO, Javier. Entrevista - El oficio de la etnografía política. *Iconos -Revista de Ciencias Sociales*. Num. 22, Quito, p.109-126, mayo 2005.

AVRITZER, Leonardo. *Sociedade Civil e Participação no Brasil Democrático*. In.: *A Democracia Brasileira – Balanço e Perspectivas para o século 21*. Org.: Carlos Ranulfo Melo e Manuel Alcántara Sáez, 2007.

BAIERLE, Sérgio. *Um novo Princípio ético-político: Prática Social e Sujeito Político nos Movimentos Populares Urbanos em Porto Alegre nos anos 80*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, BR-RS, dez/1992.

BAIERLE, Sérgio. *Lutas Urbanas em Porto Alegre: entre a revolução política e o transformismo*. CIDADE – Centro de Assessoria e Estudos Urbanos. Porto Alegre, 2007.

BAIERLE, Sérgio. *Porto Alegre neoliberal: a decapitação social-capitalista de líderes comunitários e os limites do novo gerencialismo público inclusivo*. *Cadernos da Cidade*, v. 12, n. 15, Porto Alegre, Nov. 2009.

CABO, Álvaro. A imprensa e as copas do mundo de futebol no MERCOSUL. In: *II Seminário Interno PPGCOM*, Universidade do estado do Rio de Janeiro, RJ, 2008. Disponível em: http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_11ex/10_AlvaroCABO_IISeminarioPPGCOM.pdf. Acessado em: Novembro de 2011.

CARDOSO, Ruth. Movimentos Sociais na América Latina. *Revista Brasileira de Ciências*

Sociais, São Paulo, ANPOCS, fev. 1987. (Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_02.htm).

FEDOZZI, Luciano. “Práticas Inovadoras de Gestão Urbana: o paradigma participativo”. *Revista. Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 100, p. 93-107, jan./jun. 2001.

FERREIRA, Regina. A Constituição Cidadã e o direito a cidade: 20 anos de muitos desafios. *Revista Trimestral de debate da Fase*, pp.35-39. Rio de Janeiro, 2008.

FOOTE-WHYTE, William. Sociedade de Esquina. *Jorge Zahar Editors*, Rio de Janeiro, 2005.

GALANTE, Cláudia. *Cidadãos Conectados: A revolução das vozes alternativas*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da universidade Federal do rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

LAVALLE, Adrián Gurza. Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. *Novos Estudos*, São Paulo, n° 66, pp.91-109, 2003.

GOIRAND, Camille. Movimentos sociais na America latina: elementos para uma abordagem comparativa. *Est. Hist.*, Rio de Janeiro, vol. 22, n.44, p.323-354, julho-dezembro de 2009.

GOLDSTONE, Jack A.; TILLY, Charles. Threat (and opportunity): popular action and state response in the dynamics of contentious action. In: AMINZADE, Ronald R.. et al. *Silence and voice in the study of contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

GUTTERRES, Anelise. Os jogos sociais nas cidades dos megaeventos esportivos: etnografia em redes e sociabilidades políticas efervescentes, no contexto de Porto Alegre –RS. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 12, n.27 (2011) <<http://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/21188/pdf>> Acessado em: Outubro de 2011.

LIMA, Antônio. *As Bases Relacionais da Política na Periferia Urbana: fundamentos do capital social e da construção de ações coletivas entre as classes populares*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasilienses. São Paulo: *Em Perspectiva*, 2000.

MARTINS, Bibiana. *A presença da ONG CIDADE para a construção de um planejamento urbano democrático em Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

PEREIRA, Jovino. *Futebol, de esporte amador a negócio de entretenimento e lazer em uma sociedade midiaticizada*. Dissertação de mestrado. Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da universidade Federal da Bahia, Bahia, 2003.

QUIRÓS, Julieta. Política e economia na ação coletiva: uma crítica etnográfica às premissas dicotômicas. *Mana*, vol. 15, n. 01, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132009000100005>. Acessado em: Março de 2011.

ROLNIK, Raquel; SOMEKH, Nadia. Governar as metrópoles: dilemas de recentralização. In: *Rio Urbana*. Fundação Cide, março 2002, p. 76-83

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1988.

SAULE JR., UZZO, Karina. La trayectoria de La reforma urbana em Brasil. In: Habitat International Coalition – “Ciudades para Todos: por La Derechos a La Ciudad, Propuestas y Experiências”, Sungranyes A. y Mathivet C., HIC, Santiago, 2010, p. 259 – 270. Disponível em: <http://www.hic-net.org/content/Ciudades%20para%20todos-ESP.pdf>. Acesso em: julho de 2011.

SILVA, M. K.; De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da Literatura Brasileira Recente. In: *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, vol. 46, N.1, p. 2-9, jan/abr 2010.

SILVA, Marcelo Kunrath. *Mapa do Associativismo de Porto Alegre*. Mimeo, 2007b. (Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/relatorio_final_mapa_as_sociativismo.pdf)

SILVA, M. K. . O problema habitacional e a democratização da gestão municipal em Porto Alegre. In: Fernando Diaz Orueta; Maria Luisa Loures Seoane. (Org.). *Desigualdad social y vivienda*. 1 ed. Alicante: Editorial Club Universitario, 2004, v. 1, p. 135-159.

TARROW, Sidney. *Poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.

TATAGIBA, Luciana . Movimentos sociais e sistema político: um diálogo preliminar com a literatura. In: *6º Encontro da ABCP*, 2008, Campinas. 6 Encontro da ABCP, 2008. (Disponível em: http://cienciapolitica.servicos.ws/abcp2008/arquivos/22_7_2008_17_25_1.pdf)

TILLY, Charles. Afterword: Political Ethnography as Art and Science. In: Lauren Joseph, Matthew Mahler e Javier Auyero (Eds). *News perspectives in political ethnography*. Springer Science, New york, 2007. pp. 247-250.

VALLADARES, Licia. Os dez mandamentos da observação participantes. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 22, nº63, São Paulo, 2007. (Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092007000100012&script=sci_arttext)

WACQUANT, Loic. “Ethnografeast: A progress report on the practice and promise of” ethnography. *Ethnography*, 4, pp. 5–14, 2003.

ANEXOS

ANEXO I - Manifesto do Fórum de Reforma Urbana do Rio Grande do Sul

Por uma Porto Alegre Democrática, Livre e de Todos: Habitação Popular, não Guetos Sociais!

Manifesto do FERU-RS propondo alternativas ao Projeto de Lei da Prefeitura de Porto Alegre que cria Áreas Especiais de Interesse Social - AEIS, para os inscritos no Programa Minha Casa, Minha Vida e para os reassentamentos envolvendo a Copa de 2014 na capital.

O Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV proporciona uma oportunidade inédita para se garantir o acesso à cidade para os moradores das metrópoles brasileiras com renda familiar mensal até 3 salários mínimos, ainda que alocando mais recursos para quem tem renda entre 3 e 10 mínimos. Esta oportunidade se deve não apenas ao montante disponível, algo que não se via desde os tempos do antigo BNH, mas pela decisão de subsidiar fortemente o acesso à moradia para as classes populares até 3 mínimos e pela possibilidade de vinculação entre financiamento e regularização fundiária nas áreas onde as pessoas já estão morando. Foi apostando nesta oportunidade que, em Porto Alegre, mais de 54 mil pessoas se inscreveram no Programa.

Esta oportunidade, entretanto, corre o risco de se transformar num pesadelo, caso a prefeitura se deixe levar pelo canto de sereia das incorporadoras imobiliárias e insista em transferir os pobres para a periferia da cidade, onde os serviços são inexistentes, o sistema de transporte é precário e as oportunidades de emprego e geração local de renda praticamente nulas. Uma combinação perversa entre ganância privada e descaso e populismo público pode gerar um enorme problema social, urbano, ambiental e econômico para as gerações futuras. É inaceitável que os bilhões de reais disponíveis sejam utilizados para reproduzir mais do mesmo. O que aparece como uma forma de barateamento de custos no curto prazo, implicará em comprometer o município com mais meio século de investimentos para suprir a infraestrutura necessária e hoje inexistente nas áreas remotas apresentadas pelo município para moradia popular.

Nos últimos 20 anos foram feitos investimentos em saneamento básico, água, pavimentação, transporte coletivo e serviços sociais (escolas, creches, postos de saúde, programas assistenciais, culturais, esportivos, etc.) em todos os bairros populares de Porto Alegre. É aí que o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV deve ser realizado e não nas áreas que estão sendo propostas pela prefeitura através do Projeto de Lei no 854/10. Este projeto propõe gravar 41 áreas como Áreas Especiais de Interesse Social - AEIS para o PMCMV. Entretanto, como se pode observar no mapa, quase todas se localizam para além dos bairros populares atuais, algumas em áreas que sequer nome têm.

Do ponto de vista legal, existem pelo menos duas contradições entre este Projeto de Lei e a Lei Complementar no 636, aprovada na Câmara de Vereadores em janeiro de 2010. A lei aprovada determina que o PMCMV “atenderá a, no mínimo 80% (oitenta por cento) da DHP (demanda habitacional prioritária) por região de planejamento, em áreas identificadas nas próprias regiões” (Parágrafo Único do Art. 3o). O o PL no 854/10 invalida este princípio duplamente. Por um lado, concentra a disponibilidade de AEIS nas regiões Restinga e Extremo-Sul e, assim sendo, não contempla a identificação de áreas nas próprias regiões onde se origina demanda. Por outro lado, no seu Art. 74o, o PL no 854/10 cria uma regra de exceção aos 80%, ao afirmar que “para os empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida, destinados ao reassentamento de famílias em função de obras da Copa de 2014, não se aplica o disposto no parágrafo único do artigo 3o da LC 636 (...)”. Isto significa, muito concretamente, por exemplo, que as 1.800 famílias que a prefeitura pretende retirar de suas casas em função da duplicação da Av. Moab Caldas, não teriam nenhuma garantia de reassentamento na sua própria região.

A fratura de comunidades existentes e a criação de guetos urbanos contrariam os princípios do Estatuto da Cidade e do próprio PMCMV, expressando um retrocesso urbanístico inaceitável para Porto Alegre. Cabe ao poder público local regular a função social da propriedade e coibir a especulação imobiliária através dos instrumentos legais disponíveis.

Diante da presente situação, o FERU-RS defende que:

- O PL 854/10 seja apresentado, discutido e votado em todas as regiões de planejamento da cidade, tendo em vista que altera o Plano Diretor e contradiz artigo da LC 363/10.
- Em caso de real necessidade de reassentamentos, sejam gravadas como AEIS áreas na própria região onde os

moradores já vivem, de modo a não fraturar comunidades nem destruir vínculos de trabalho e renda existentes.

- Seja garantida a instalação de equipamentos e serviços públicos nos casos em que os moradores aceitem o reassentamento em áreas distintas de onde moram (água encanada, saneamento básico, pavimentação, calçadas, iluminação pública, redes de telefonia e internet, creches, escolas, postos de saúde e funcionamento regular de sistemas de transporte público durante todas as horas do dia).
- Privilegie-se a possibilidade de urbanização e edificação na própria área onde as pessoas residem, como ocorreu na Vila Planetário, Integração do Anjos, Condomínio Princesa Isabel, Vila dos Papeleiros, entre outros.
- Seja realizado levantamento público e transparente de prédios vazios no centro da cidade passíveis de aproveitamento e/ou reforma para fins de moradia popular.
- Os projetos habitacionais sejam feitos em parceria com instituições como o IAB, as faculdades de arquitetura locais e o próprio Sinduscon, assegurando o planejamento participativo e o respeito às necessidades dos futuros moradores.

O FERU-RS entende que Porto Alegre precisa caminhar rumo a um modelo de cidade que respeite os mais pobres e delimite áreas efetivamente urbanas para a habitação de interesse social, seja através de novas construções, seja pela via da regularização e urbanização. Para tanto é fundamental que os projetos sejam construídos com estas populações e com agentes que possam controlar a sua qualidade social, urbanística e ambiental (ONGs, universidades, sindicatos, organizações comunitárias, etc.).

Basta de discriminação sócio-espacial! Uma cidade tem que ser para todos. Não é mais possível que comunidades inteiras sejam removidas como se fossem sucata, tendo inclusive, às vezes, seus pertences transportados em caminhões de lixo, como ocorreu com muitas famílias no Cristal. É um insulto aos direitos básicos de cidadania e humanidade que se escondam atrás de megaprojetos, ligados a eventos altamente populares como o futebol, propostas de higienização social e limpeza étnica, cultural e de classe típicas de regimes fascistas.

Assinam este Manifesto as seguintes entidades integrantes do FERU-RS: *ACESSO – Cidadania e Direitos Humanos; AMOVITA – Associação de Moradores da Vila São Judas Tadeu; CIDADE – Centro de Assessoria e Estudos Urbanos; CMP - Central dos Movimentos Populares; CONAM – Confederação Nacional das Associações de Moradores; FEGAM-RS - Federação Gaúcha de Associações de Moradores; Fórum de Justiça e Segurança da Região Nordeste; IPES – Instituto de Planejamento e Estudos Sócioambientais; Movimento Defenda a Orla; MNLM-RS – Movimento Nacional de Luta Pela Moradia no RS; Movimento dos Trabalhadores Desempregados - MTD/Poa; Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo; SAJU-Ufrgs – Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da UFRGS; SEMAPI-RS – Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais do RS; Observatório das Metrôpoles – Núcleo de Porto Alegre; Grupo de Extensão e Pesquisa em Saúde Urbana da UFRGS; AGB-PA – Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Porto Alegre.*

Novembro de 2010.

ANEXO II - Carta à Caixa Econômica Federal sobre os Planos de Reassentamento (FERU/RS)

Porto Alegre-RS, 08 de agosto de 2011.

Ilmo Sr.
Gerente de Negócios e Copa da Caixa Econômica Federal
Agência Porto Alegre
Rua dos Andradas, 1.000
Porto Alegre-RS

Prezado Senhor,

O Fórum Estadual de Reforma Urbana-RS vem por meio desta carta manifestar sua preocupação em relação aos projetos de reassentamentos das comunidades atingidas pelas obras da Copa do Mundo FIFA 2014.

Em notícia divulgada no site do Município de Porto Alegre⁹¹, este apresentou junto à CEF, no dia 10 de Junho de 2011, o cronograma de entrega dos Projetos Básicos das obras. Destas obras, 3 necessitam diretamente de Plano de Reassentamento. São elas:

- a) Duplicação Av. Tronco - Data da Entrega na CEF: 29/07/2011
- b) Padre Cacique e Edvaldo Pereira (Beira Rio): Data da Entrega na CEF: setembro/2011
- c) Av. Severo Dullius - Data da Entrega na CEF: novembro/2011

A preocupação deste Fórum deve-se à não construção de projetos de reassentamento por parte do Município de Porto Alegre junto aos moradores afetados pelas obras de mobilidade previstas para a Copa de 2014 nesta cidade. Tais projetos são condição necessária para a implantação das obras e é lamentável que o poder público local venha a incluir propostas não discutidas com a população na documentação a ser apresentada à Caixa Econômica Federal para dar concretude aos financiamentos já aprovados. Não é possível aceitar que, a partir de reuniões em que o governo municipal apenas indicou possibilidades e em nenhum momento entregou documentos formais com propostas por escrito, se possa forçar a extração de atas decisórias sem o devido conhecimento de todos os moradores atingidos pelas obras.

Considerando que o Município há mais de um ano vem protelando a elaboração efetiva dos Planos de Reassentamento, num contexto em que os cadastros na área de intervenção da Av. Tronco, por exemplo, já estão acontecendo, corremos o sério risco de que se gere uma situação de calamidade social induzida pelo governo municipal, pois na ausência de propostas concretas, fica a dúvida quanto aos resultados do projeto e se estes garantirão os direitos conquistados por lei aos moradores. O fato de que representantes comunitários integrem o GT da Copa não significa um cheque em branco para que o Município estabeleça por conta própria um plano de reassentamento sem a necessidade de concordância explícita de representantes e comunidades. O GT da Copa, através de seus participantes, não deu a conhecer aos moradores das áreas atingidas sequer uma nota técnica de encaminhamento de solução habitacional para a questão, quanto mais um plano de reassentamento. Em nenhum momento propostas concretas foram levadas à votação no âmbito das comunidades afetadas.

Esta situação denota um descompasso entre os projetos viários e os projetos sociais, uma vez que os projetos técnicos de engenharia para as obras viárias já se encontram em estágio adiantado, enquanto as soluções para as milhares de pessoas atingidas pelo risco de remoção não dispõem sequer de um documento com propostas concretas oficialmente publicado.

Em inúmeras ocasiões a comunidade e outras organizações se manifestaram na tentativa de buscar respostas junto ao poder público, sobretudo sobre as alternativas aos impactos sociais das obras de duplicação da Av. Moab Caldas (Tronco). Em resposta, obtiveram apenas um conjunto contraditório de promessas apresentadas sem espaço e condições para uma discussão séria e efetiva com as comunidades. Até agora ninguém tem certeza de para onde poderá ir, nem em que condições e muito menos se efetivamente todas as famílias e situações estariam contempladas. Em novembro de 2010, este Fórum lançou um manifesto⁹², o qual estamos anexando a esta carta,

⁹¹ Anexo 1 - http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cs/usu_doc/copa2014obras.pdf

⁹² Anexo 2 - <http://reformaurbanars.blogspot.com/2010/11/por-uma-porto-alegre-democratica-livre.html>

apontando para os sérios problemas que serão enfrentados pela cidade como um todo em função da política adotada para a definição de Áreas de Interesse Social (AEIS), tanto para o Programa Minha Casa Minha Vida e como para os atingidos pelas obras da Copa. Através do manifesto, o Fórum propôs alternativas ao Projeto de Lei no 854/10 que altera as regras na definição das AEIS.

Somando-se a estas propostas, a própria comunidade se manifestou em inúmeras ocasiões tentando se fazer ouvir.

- **Em 14 de fevereiro de 2011**, a Comissão de Habitação da Grande Cruzeiro entregou carta apresentando as reivindicações dos moradores ao Prefeito José Fortunati. Além de sugestões específicas, a carta deixa transparecer a necessidade de participação no processo:

“(...)entendemos que é necessário estreitar ainda mais a relação da Comunidade junto ao Executivo Municipal, seja por meio da presença sistemática de seus técnicos ou com ferramentas de comunicação capazes de garantir informações concretas sobre todos os processos e andamentos deste grandioso projeto.” (Blog da Associação de Moradores Vila Tronco Postão)⁹³.

A própria necessidade da elaboração desta carta já é um indício de que as discussões para elaborar o Plano de Reassentamento não estavam acontecendo.

- Em **março de 2011** o Ministério Público Federal instaurou inquérito público e determinou a realização de Audiência Pública, ocorrida no dia 25 de março, para identificar as demandas das comunidades afetadas pelas obras⁹⁴.

Estas e outras ações formais (tais como o protocolo de correspondência na SECOPA e outras secretarias municipais), promovidas pelas comunidades com o intuito de obter respostas, não foram suficientes. Nas poucas vezes em que o poder público municipal se fez presente para discutir com a comunidade, o motivo foi mais por alguma necessidade urgente do próprio Município do que pelo respeito efetivo ao direito à moradia das comunidades. Veja-se, por exemplo, a afirmação do Sr. Prefeito José Fortunati, em 29 de junho de 2011⁹⁵, de que em função do calendário de entrega de projetos junto à CEF, teria pressa em que os moradores na área da Tronco aceitassem logo o início do cadastro socioeconômico das famílias, que atualmente fornecem os seus dados no escuro, sem saber onde estarão em 2014.

Nesta mesma reunião onde mais uma vez pedia um voto de confiança aos moradores, o prefeito reconheceu que não tem as respostas para a comunidade, como documentado em vídeo disponível no You Tube e no Blog do Comitê Popular da Copa 2014 Porto Alegre⁹⁶.

Este tipo de tratamento dado aos moradores revela que não só estão expostos a uma situação de expropriação territorial, como também estão excluídos das discussões e decisões pertinentes ao

O Fórum ressalta que qualquer ação governamental que fragilize os direitos humanos, sobretudo no que se refere ao direito à moradia, deve ser repudiada. A presente situação de insegurança e a vulnerabilidade em que se encontram os moradores de áreas atingidas pelas obras da Copa em Porto Alegre constitui abuso de poder e deve ser repudiada pela sociedade e pelas instituições encarregadas de assegurar a legalidade dos atos dos poderes públicos, bem como a garantia de direitos constitucionais, como é o caso do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público, federal e estadual.

O histórico de auditorias e ações na justiça observado em obras como a do Reassentamento da Vila Dique no Loteamento Bernardino da Silveira dá razões suficientes para que este Fórum se manifeste e alerte aos agentes envolvidos para as consequências que podem advir do tratamento desastroso que vem sendo dado à habitação de interesse social em Porto Alegre.

Cabe lembrar à CEF as inúmeras infrações ocorridas no Projeto Básico do reassentamento da Vila Dique, que

⁹³ <http://troncopostao.blogspot.com/2011/02/comissao-de-habitacao-da-grande.html>

⁹⁴ Anexo 3: http://www.4shared.com/document/VkpLuCp9/2011-00396_-_instaura_IC_impac.html?

⁹⁵ Reunião ocorrida no dia 29 de junho na Vila Cristal Divisa

⁹⁶ <http://comitepopularcopapoa2014.blogspot.com/2011/07/duplicacao-da-avenida-tronco.html> caso, o que configura flagrante violação de direitos conquistados e firmados através da Constituição de 1988, do Estatuto das Cidades (Lei No 10.257 – 2001), do Código Civil de 2002 (Lei nº 10.406/2002) e da MP 2.110/2001, PDDUA.

justificaram a Auditoria Pública⁹⁷ realizada pela 3ª Secretaria de Fiscalização de Obras – 3º SECOB no início de 2010: problemas licitatórios, não cumprimento dos condicionantes ambientais, execução de serviços com baixa qualidade e até a entrega de unidades habitacionais de péssima qualidade, com falta de infraestrutura e outros requisitos básicos que pudessem garantir a renda e o sustento das famílias. Todas as consequências recaem sobre a sociedade, principalmente sobre os moradores envolvidos.

Segundo relatório da Auditoria Pública citada acima, o DEMHAB se valeu da aquisição de projeto de particulares para atender o prazo exíguo exigido “O DEMHAB afirma (...) que parte dos projetos foi adquirida de particulares e que estes projetos previam originalmente o uso industrial para outro loteamento, os quais foram aproveitados e adaptados...” (pg. 2). Atitude esta avaliada pelos relatores como “...trabalhar com prazo exíguo para elaboração de projetos, como afirma o DEMHAB, apenas denota falta de planejamento da própria organização.” (pg.3).

Ações improvisadas adotadas pelo Município de Porto Alegre estão prestes a se repetirem. O Fórum Estadual de Reforma Urbana – Rio Grande do Sul repudia esta situação, pois mais uma vez se colocará em situação de vulnerabilidade milhares de pessoas que, em termos concretos, para além da repetição discursiva de promessas sem assinatura, estão excluídas do processo de discussão de seu próprio destino.

Cabe lembrar que o Município de Porto Alegre elaborou recentemente o seu Plano Local de Habitação de Interesse Social, condição inclusive para acessar recursos no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida. O Plano apresenta conteúdo que garante os direitos dos cidadãos em relação à moradia, inclusive o direito à participação na elaboração do próprio documento. Ora, por que é que este Plano não é cumprido na prática? Por que é que até agora não está disponível ao público em sua integralidade, se é anexado a pedidos de financiamentos? A exclusão social que se verifica atualmente na construção dos Planos de Reassentamento viola os princípios de participação e desconsidera as lutas históricas dos movimentos sociais.

Diante deste quadro, este FÓRUM vem até esta instituição manifestar sua extrema em relação ao que poderão conter os Planos de Reassentamentos para os atingidos pelas obras da Copa 2014 em Porto Alegre. Os moradores não sabem o seu conteúdo, as organizações da sociedade civil também não. A CEF saberá, mas não pode ser responsável por aprovar propostas desconhecidas daqueles que serão objeto delas. Portanto, este Fórum solicita que a Caixa Econômica Federal torne público o Projeto de Reassentamento, principalmente para que as organizações, sociedade e moradores atingidos possam discutir seu conteúdo.

Assinam esta carta as organizações que atuam no Fórum Estadual de Reforma Urbana – FERU/RS

ACESSO – Cidadania e Direitos Humanos

AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros

AMOVITA – Associação de Moradores da Vila São Judas Tadeu

CAMP - Centro de Assessoria Multiprofissional

CIDADE – Centro de Assessoria e Estudos Urbanos

CMP – Central dos Movimentos Populares

Comitê Popular Copa 2014 Porto Alegre

CONAM – Confederação Nacional de Associação de Moradores

FEGAM – Federação Gaúcha de Associações de Moradores

Fórum de Justiça e Segurança Região Nordeste

Fórum Nacional de Reforma Urbana

Grupo de Extensão e Pesquisa em Saúde Urbana - UFRGS

IdhES - Instituto de Direitos Humanos

IPES

MNLM-RS – Movimento Nacional de Luta pela Moradia

Observatório das Metrôpoles Núcleo Porto Alegre

Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo

Rede Planos Diretores Participativos

SAJU/UFRGS - Serviço de Assessoria Jurídica Universitária

SEMAPI – Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e

Pesquisas e de Fundações Estaduais do RS

⁹⁷Tribunal de Contas da União – TC 000.291/2010-2 – Disponível em: portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/.../AC_2157_31_10_P.doc